



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS

LEISLAYNE LIMA DE ALMEIDA

**ESTUDO SOBRE A DESVALORIZAÇÃO PROFISSIONAL A
PARTIR DA DISCRIMINAÇÃO SALARIAL DOS(AS)
ASSISTENTES SOCIAIS: análise de editais de instituições públicas em
Sergipe (2011-2021)**

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2022

LEISLAYNE LIMA DE ALMEIDA

**ESTUDO SOBRE A DESVALORIZAÇÃO PROFISSIONAL A
PARTIR DA DISCRIMINAÇÃO SALARIAL DOS(AS)
ASSISTENTES SOCIAIS: análise de editais de instituições públicas em
Sergipe (2011-2021)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito para à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social.

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2022

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

A447e Almeida, Leislayne Lima de
Estudo sobre a desvalorização profissional a partir da discriminação salarial dos(as) assistentes sociais : análise de editais de instituições públicas em Sergipe (2011-2021) / Leislayne Lima de Almeida ; orientadora Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves. – São Cristóvão, SE, 2022.
130 f. : il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2022.

1. Serviço social. 2. Assistentes sociais - Salários, etc. - Sergipe. 3. Sistemas de remuneração salariais. 4. Igualdade. 5. Discriminação. I. Gonçalves, Maria da Conceição Vasconcelos, orient. II. Título.

CDU 364-47:331.2(813.7)

LEISLAYNE LIMA DE ALMEIDA

**ESTUDO SOBRE A DESVALORIZAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DA
DISCRIMINAÇÃO SALARIAL DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS: análise de
editais de instituições públicas em Sergipe (2011-2021)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito para à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves.

Aprovada em: 19 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves
(Orientadora – UFS)

Prof.^a Dr.^a Milena Fernandes Barroso.
(Examinadora Externa – UFS)

Prof.^a Dr.^a Silmere Alves Santos
(Examinadora Interna – UFS)

Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Machado Aranha
(Examinadora Externa Suplente – UFS)

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desse trabalho perpassou por diversos momentos de aprendizado e de dificuldades, e nesse processo o apoio de algumas pessoas foi primordial. Dedico esse trabalho, portanto, a todos aqueles que contribuíram para esse processo de aprendizagem, mais especialmente a minha mãe Neusetete, meu pai Edilson, meu irmão Gabriel, meu noivo Victor, minha cachorra Kira, aos meus companheiros de pós-graduação Susana e Cleverton, aos professores(as) da graduação e pós-graduação, a minha supervisora de estágio docente Thalyta e a minha orientadora Lica. Sem vocês tudo teria sido muito mais difícil. Muito obrigada pelo apoio, incentivo, palavras de carinho e conforto. Por fim, mas não menos importante, agradeço imensamente a Deus por ter me dado forças e discernimento nesse processo cheio de percalços e alegrias.

RESUMO

O presente estudo tem como objeto de pesquisa a desvalorização profissional dos(as) assistentes sociais a partir da discriminação salarial existente na contratação de profissionais do Serviço Social em distintos espaços sócio-ocupacionais. Parte da discussão em torno da inserção dos(as) assistentes sociais no mercado de trabalho, ressaltando a desigualdade social e de gênero. Nesse sentido, esse trabalho põe em xeque a desvalorização da profissão ao tempo que esta é historicamente executada, em sua maioria, por mulheres. A motivação para o estudo se deu por conta da observação das mudanças que se apresentam no mercado de trabalho, como a presença das mulheres em trabalhos que não lhes eram comuns e as diferentes remunerações tanto de maneira geral bem como em relação à remuneração designada para profissionais de Serviço Social, em áreas diferentes. Compreender a discriminação salarial da profissão constitui tema relevante para apreender as determinações sócio históricas do Serviço Social como uma profissão com um caráter feminino dominante ao tempo em que demarca a desigualdade de gênero presente na sociedade baseada na divisão sexual do trabalho, imposta pelo capitalismo e pelo patriarcado de modo a dificultar de várias formas a luta pela igualdade social e sexual, marcada por avanços e retrocessos. Além disso, incide nesse contexto também as determinações socioeconômicas presentes no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro que traz particularidades para sua formação sócio-histórica. O objetivo geral é analisar a desvalorização da profissão a partir da análise da discriminação salarial dos(as) assistentes sociais presente nos processos seletivos e concursos públicos do estado Sergipe, no período de 2011 a 2021. Acerca da metodologia, o materialismo histórico-dialético embasa a análise dos fenômenos para além de sua aparência buscando estabelecer as associações que identificam a sua essência. Utiliza-se a pesquisa do tipo quanti-qualitativa, do tipo bibliográfica e documental, tendo esta última como fonte principal os editais de abertura de processos seletivos e concursos públicos, em Sergipe, no período de 2011 a 2021, com ofertas de vagas para profissionais com formação profissional em Serviço Social, em cargos nomeados ou não como assistente social. Foram avaliados aspectos como o quantitativo salarial oferecido nos concursos e processos seletivos, jornada de trabalho e número de concursos públicos e processos seletivos de Sergipe. Os elementos qualitativos discutidos incluem os salários ofertados para os(as) assistentes sociais. A partir do levantamento da principal fonte documental foram encontrados os seguintes resultados: do total de 69 editais encontrados, 50 dizem respeito a concursos públicos e 19 a processos seletivos; e dos 69 editais encontrados, 57 deles destinaram-se a determinados municípios sergipanos e 12 a ocupação de funções alocadas no estado de Sergipe, sem especificar o município. Ademais, 61,3% dos editais ofertavam apenas uma vaga, 69,9% dos editais correspondiam a uma carga horária de 30 horas semanais e 73,1% dos salários ofertados estavam entre um e dois salários-mínimos, categorizados de acordo com os reajustes anuais. Diante disso, observamos que a profissão vivencia um processo de desvalorização social nítido na oferta de empregos, sejam eles de caráter temporário (processos seletivos) ou efetivo (concursos públicos).

Palavras-chave: Desvalorização Profissional. Discriminação Salarial. Serviço Social. Desigualdade de gênero. Desigualdade Social

ABSTRACT

The present study has as its research object the professional devaluation of social workers from the wage discrimination existing in the hiring of Social Work professionals in different socio-occupational spaces. Part of the discussion around the insertion of social workers in the labor market, highlighting social and gender inequality. In this sense, this work calls into question the devaluation of the profession at the time that it is historically performed, mostly, by women. The motivation for the study was due to the observation of changes in the labor market, such as the presence of women in jobs that were not common to them and the different remuneration both in general and in relation to the remuneration assigned to professionals of Social Work, in different areas. Understanding the wage discrimination of the profession is a relevant theme to apprehend the socio-historical determinations of Social Work as a profession with a dominant female character at the same time that it demarcates the gender inequality present in society based on the sexual division of work, imposed by capitalism and the patriarchy in order to make difficult in various ways the struggle for social and sexual equality, marked by advances and setbacks. Furthermore, the socioeconomic determinations present in the uneven and combined development of Brazilian capitalism also affect this context, which brings particularities to its social-historical formation. The general objective is to analyze the devaluation of the profession from the analysis of the wage discrimination of social workers present in the selective processes and public contests of the state of Sergipe, in the period from 2011 to 2021. Regarding methodology, historical-dialectical materialism supports the analysis of phenomena beyond their appearance, seeking to establish the associations that identify their essence. Quantitative-qualitative, bibliographic and documentary research is used, the latter having as main source the public notices for the opening of selective processes and public tenders, in Sergipe, in the period from 2011 to 2021, with vacancies for professionals with professional training in Social Work, in positions appointed or not as a social worker. Aspects such as the amount of salary offered in public tenders and selection processes, working hours and number of public tenders and selection processes in Sergipe were evaluated. Qualitative elements discussed include salaries offered to social workers. From the survey of the main documental source, the following results were found: of the total of 69 notices found, 50 refer to public tenders and 19 to selective processes; and of the 69 notices found, 57 of them were intended for certain municipalities in Sergipe and 12 for the occupation of functions allocated in the state of Sergipe, without specifying the municipality. In addition, 61.3% of the notices offered only one vacancy, 69.9% of the notices corresponded to a workload of 30 hours per week and 73.1% of the salaries offered were between one and two minimum wages, categorized according to the annual readjustments. In view of this, we observe that the profession experiences a clear process of social devaluation in the offer of jobs, whether temporary (selection processes) or effective (public tenders).

Keywords: Professional Devaluation. Wage Discrimination. Social service. Gender inequality. Social inequality.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Processos Seletivos x Concursos Públicos.....	94
Tabela 2: Distribuição de editais por município.....	95
Tabela 3: Quantitativo de vagas ofertadas.....	96
Tabela 4: Quantitativo de salário ofertado.....	97
Tabela 5: Quantitativo de carga horária semanal ofertada.....	103
Tabela 6: Distribuição de vagas por área de atuação.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Adequação de carga horária ofertada com a lei 12.317/2010.....	104
Gráfico 2: Distribuição de cargos ofertados.....	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Salário x Carga horária	100
Quadro 2: Área x Salário	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Edital de Cedro de São João, do ano de 2019.....	99
---	----

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1 – Roteiro da coleta de dados.....	124
Apêndice 2 – Lista de editais	126

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AGENDE – Gênero, Cidadania e desenvolvimento

AMO – Associao dos Amigos da Oncologia

CCFMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CEAS – Centro de Estudos e Ao Social

CFESS – Conselho Federal de Servio Social

CRESS – Conselho Regional de Servio Social

EBSERH - Empresa Brasileira de Servios Hospitalares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISSB - Instituto de Servio Social do Brasil

LBA – Legio Brasileira de Assistênci

OMS – Organizao Mundial de Sade

ONG's – Organizaes No-Governamentais

PAISM – Programa Integral de Sade da Mulher

PCCV – Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos

SESI – Servio Social da Indstria

SENAI - Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial

SPSS – Statistical Package for Social Science

SUS – Sistema nico de Sade

SUAS – Sistema nico de Assistênci Social

UFS – Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	21
TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: uma aproximação a partir das desigualdades de classe e de gênero	21
1.1 Trabalho: de fundante do ser social à sua expressão no capitalismo	21
1.2 Desenvolvimento capitalista e a formação sócio-histórica do Brasil	40
1.3 Patriarcado: significado, surgimento e seus desdobramentos	49
1.4 Divisão sexual do trabalho	54
1.5 Movimentos feministas e suas diferentes perspectivas	57
CAPÍTULO II	62
SERVIÇO SOCIAL E INSERÇÃO NOS DIFERENTES ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS: transformações na sua trajetória	62
2.1 Análise histórica dos espaços sócio-ocupacionais dos(as) assistentes sociais: da gênese às mudanças na base de recrutamento	62
2.2 Determinantes da desvalorização profissional e discriminação salarial no Serviço Social	87
CAPÍTULO III	94
EDITAIS COM VAGAS PARA ASSISTENTES SOCIAIS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE SERGIPE: análise da desvalorização profissional a partir da discriminação salarial	94
3.1 Dados gerais acerca dos editais de abertura referentes a processos seletivos e concursos públicos	94
3.2 Padrões salariais nas principais áreas de atuação dos(as) assistentes sociais	99
3.3 Adequação da carga horária ofertada nos editais conforme o previsto na lei 12.317 de 2010	105
3.4 Áreas de atuação dos(as) assistentes sociais e cargos ofertados	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
APÊNDICES	126
Apêndice 1 – Roteiro da coleta de dados	126
Apêndice 2 – Lista de editais	127

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a desvalorização profissional dos(as) assistentes sociais a partir da discriminação salarial na contratação de profissionais do Serviço Social, para espaços sócio-ocupacionais distintos. A análise dessa desvalorização, por sua vez, envolve a problemática da desigualdade social, expressada na sociedade capitalista, e tendo como um tipo de determinação dessa desigualdade social a desigualdade de gênero, sendo esta, produto da divisão sexual¹ do trabalho, a qual estabelece relações sociais de exploração e dominação que subordinam as mulheres aos homens e ao capital, e integra a ordem social vigente que nega direitos básicos às mulheres. Essa desigualdade tem, portanto, caráter sistêmico e se estrutura em várias esferas da vida social, a exemplo das relações interpessoais, do cenário político e, principalmente, do mercado de trabalho. Sobre este, em específico, a participação dos(as) assistentes sociais se deu num primeiro momento através das atividades desenvolvidas pelas mulheres pertencentes à burguesia e as primeiras-damas² nas chamadas protoformas do Serviço Social. Exercida majoritariamente por mulheres, a profissão se inseriu, desde que saiu do espaço privado do lar para o espaço público, de maneira precarizada, desvalorizada, informal e com salários inferiores em relação aos dos homens.

A motivação para estudar a temática se deu num primeiro momento durante elaboração de um trabalho sobre a mesma ainda na graduação que possibilitou visualizar a paulatina mudança que tem ocorrido nos espaços profissionais que as mulheres, de modo geral, têm ocupado diante dos impasses sócio históricos aos quais são submetidas, visto que por muito tempo ficaram restritas a exercer funções no âmbito privado da vida social, fora do mercado de trabalho. Além da inquietação a respeito da desvalorização dos(as) assistentes sociais, materializada pelos baixos salários da categoria, o que pode ser observado principalmente através dos lançamentos de editais mais recentes para cargos de assistentes sociais. Vale ressaltar que atualmente há outras formas de contratação tais como, cargos comissionados e o pregão³, que não serão abordadas no

¹ O termo teve suas primeiras aparições na França e pode-se pensar em duas formas distintas, sendo elas a acepção sociológica de estudar a diferente distribuição de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e profissões, e suas variações no tempo e espaço; além de analisar a associação da divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. Para maiores aproximações consultar Hirata e Kergoat (2007).

² As primeiras-damas eram conhecidas como Damas de Caridade e procuravam atender às necessidades dos pobres por meio de um trabalho filantrópico e assistencialista junto a Igreja Católica (SANTOS; SANTOS; RESENDE; BEZERRA, 2013).

³ Maiores elucidações e aprofundamento acerca desse tipo de contratação podem ser encontradas em Araújo (2022), tese defendida em 2022, na Universidade Federal de Pernambuco.

âmbito desta pesquisa. Ademais, constatamos que há uma diferenciação de salários⁴ entre as áreas de inserção do profissional, isto é, os salários para os espaços sócio-ocupacionais relativos à política de assistência social são menores do que os vinculados a área sociojurídica. Diante desse fato lançamos o questionamento seguinte. Será que a discriminação salarial tem a ver com áreas que têm um maior prestígio na sociedade?

A partir disso, levantamos a seguinte hipótese a desvalorização do Serviço Social, expressa na discriminação salarial, está presente nos editais de abertura de processos seletivos e concursos públicos, quando se observa, especialmente que, os salários para cargos destinados aos(as) assistentes sociais são estipulados com diferenças expressivas em relação aos diferentes espaços sócio-ocupacionais que o Serviço Social está inserido.

Apesar de sua inserção cada vez maior no mercado de trabalho, as mulheres ainda encontram desigualdades de gênero significativas no que diz respeito à discriminação salarial haja vista que segundo o IBGE (2017), em 2016, as mulheres recebiam 20,6% menos do que os homens de mesmo nível profissional, e no 1º trimestre do referido ano, as mulheres que trabalhavam tinham um rendimento médio de R\$ 1.853, e os homens de R\$ 2.408 (IBGE, 2018). Diante de tal cenário, em sua dimensão macro, surgiram questionamentos acerca da discriminação salarial que os(as) assistentes sociais vivenciam, dado que observamos diferentes salários ofertados nos processos seletivos e concursos públicos para o desempenho de funções que exigem a formação profissional no curso superior de Serviço Social, possuindo ou não, como nomenclatura do cargo o termo assistente social. Nesse sentido, o estudo se mostra relevante para investigar e compreender os elementos que incidem e se desdobram acerca da discriminação salarial para com os profissionais do Serviço Social, de modo a considerar as determinações sócio históricas que colocam a profissão como dita de caráter feminino e demarcada pela desigualdade de gênero existente numa sociedade pautada na divisão sexual do trabalho, imposta pelo capitalismo e pelo patriarcado de modo a dificultar de diversas formas a luta pela igualdade social e sexual, marcada por avanços e retrocessos.

Assim, a presente pesquisa busca compreender quais elementos estão imbricados nessa discriminação e tem como objetivo geral analisar a desvalorização profissional a partir da análise da discriminação salarial dos(as) assistentes sociais presente nos

⁴ Ressaltamos que a questão salarial tem sido pauta de debates e campanhas do conjunto Conselho Federal de Serviço Social / Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS). Como, por exemplo, as campanhas: “Quem se importa com o Povo Valoriza a Quem ele Presta Assistência, Piso Salarial Do/A Assistente Social Eu Digo Sim” e “Nós, mulheres, assistentes sociais de luta”.

processos seletivos e concursos públicos do estado Sergipe, no período de 2011 a 2021. Para isso, estabelecemos como objetivos específicos: identificar os padrões salariais nas principais áreas de atuação dos(as) assistentes sociais; verificar adequação da carga horária ofertada nos editais conforme o previsto na lei 12.317 de 2010; identificar as determinações sócio-históricas que demarcam a discriminação salarial, entre as áreas.

Esse estudo caracteriza-se como exploratório-descritivo, uma vez que pretende “[...] descobrir a existência de associações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42) que estão presentes no contexto das propostas de salários para assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, de modo que isso está imerso em uma desvalorização da profissão, na conjuntura neoliberal em que as políticas sociais se encontram. Para isso foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, que possibilitaram uma melhor compreensão e familiaridade sobre o fenômeno estudado. A principal fonte de pesquisa documental foram os editais de processos seletivos e concursos públicos, em Sergipe, no período de 2011 a 2021, com ofertas de vagas para profissionais com formação profissional em Serviço Social, independente da nomenclatura. A opção em escolher esse instrumento de pesquisa está vinculado prioritariamente a facilidade de acesso aos documentos num contexto pandêmico. No entanto, frisamos que não foi fácil identificá-los nas páginas das instituições e municípios sergipanos, além de que não há garantias de que os editais foram de fato realizados, para tal seria necessária outra pesquisa que devido ao tempo para concluir o mestrado, seria inviável. Reconhecemos, ainda, que há outras formas de contratação além da que selecionamos como objeto central. Antes de prosseguir faz-se necessário, portanto, fazer a distinção entre os dois tipos de contratação que vão ser analisados. Os processos seletivos têm caráter temporário com tempo determinado, na maioria dos casos, entre doze e vinte e quatro meses, para atender necessidades específicas, pontuais e/ou urgentes e com o intuito de não criar vínculo empregatício. Os concursos públicos preveem a contratação pelo regime estatutário⁵, em que os profissionais passam pelo estágio probatório, geralmente de 36 meses, para depois estabelecer-se definitivamente como servidor público de modo a possuir estabilidade e possibilidade de progressão de carreira no cargo exercido, de forma contínua, podendo ser demitido por situações específicas de desrespeito às normas do servidor público, mediante processo administrativo (PAD) tramitado e julgado.

⁵ Regime de contratação que tem por objetivo estabelecer normas específicas para cargos públicos. Portanto, diz respeito ao vínculo de trabalho com estatuto próprio.

O recorte temporal escolhido se justifica por conta do marco profissional de conquista da carga horária de trinta horas semanais para os(as) assistentes sociais, estabelecido pela Lei nº 12.317, de agosto de 2010. Sendo assim, tendo em vista que a lei foi aprovada apenas no segundo semestre do referido ano, optamos pelo recorte a partir do ano de 2011 até o ano de 2021 que coincidiu com o período de realização da pesquisa, visando elaborar a dissertação. Ademais, verificamos nesse período a observância do aumento de concursos públicos e processos seletivos nos últimos anos, em Sergipe, mesmo com a ocorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)⁶, voltamos a mencionar que eles não são exclusivos para contratar profissionais.

A pesquisa fundamenta-se no método materialista histórico dialético, o qual permite analisar criticamente os fenômenos estudados de modo a ir além de sua aparência imediata que, como parte integrante da realidade, se constitui no ponto de partida para alcançar a essência do objeto que possui estrutura e dinâmica próprias (NETTO, 2011). A pesquisa se dá por meio da pesquisa quanti-qualitativa que, ao estudar aspectos estatísticos como o quantitativo salarial oferecido nos processos seletivos e concursos públicos de Sergipe, a jornada de trabalho; e elementos qualitativos como a desvalorização profissional do(a) assistente social, fornece subsídios para compreender o objeto de estudo em suas múltiplas determinações.

A respeito do percurso metodológico, num primeiro momento realizou-se um levantamento bibliográfico e documental sobre o problema, por meio de textos de outros autores para subsidiar a construção da pesquisa, retirados de fontes como Scielo, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Revista Katálysis, Revista Serviço Social e Sociedade etc. Com base na fundamentação teórica pesquisada, foi elaborado um instrumento de pesquisa, utilizado como roteiro para determinar quais dados iriam integrar a análise dos editais.

A fim de atender aos objetivos da pesquisa foi realizado um levantamento dos editais⁷ publicados de 2011 a 2021 que discorriam sobre oferta de vagas para cargos a serem ocupados por profissionais com formação de ensino superior em Serviço Social, a partir de processos seletivos e concursos públicos destinados ao estado de Sergipe. Em

⁶ Pandemia em curso devido a proliferação do vírus altamente contagioso, denominado de coronavírus, que causa doença respiratória que pode se agravar e levar ao óbito. No dia vinte de janeiro de dois mil e vinte, a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou o surto como Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional e, em onze de março de dois mil e vinte, como pandemia.

⁷ O Apêndice 2 apresenta os editais pesquisados com os respectivos links de onde eles podem ser encontrados.

seguida, a compilação dos dados foi realizada no programa Microsoft Excel®. No entanto, a análise estatística foi realizada através do programa Statistical Package for Social Science® (SPSS) versão 20.0 para Windows. Os dados foram expressos em distribuições absolutas, percentuais, médias e desvio padrão. Para avaliar a distribuição dos dados foi realizado o teste de normalidade de Kolmogorv-Smirnov. Já para investigar as associações entre as variáveis categóricas o teste de Qui-quadrado. Nas análises, quando alguma variável apresentava uma frequência inferior a cinco (5) calculava-se o exato de Fisher. O valor de p considerado como significativo foi $<0,05$. Como parte do universo de pesquisa foram somente considerados os editais⁸ que exigiam formação completa em Serviço Social, no entanto os editais referentes a processos de formação de pós-graduação lato sensu, como a residência multiprofissional, e stricto sensu, como mestrado, não foram incluídos bem como as vagas para composição de cadastro de reserva. O levantamento incluiu a busca de editais em nível municipal e estadual, em Sergipe, e como resultado preliminar verificamos que do total de 75 municípios sergipanos, em 45 deles⁹, foram localizados concursos e processos seletivos, nos quais as ofertas de vagas eram de responsabilidade dos próprios municípios ou do estado de Sergipe, ou seja, o estado assumindo a responsabilidade dos editais. Assim, os resultados indicam que, de 2011 a 2021, foram publicados 69 editais, sendo 19 deles correspondentes a processos seletivos e 50 a concursos públicos. O levantamento¹⁰ foi realizado por meio de ferramentas de busca na Internet (Google), em *sites* das prefeituras do estado, em *sites* de concursos públicos e no Diário Oficial da União. Os descritores utilizados foram Serviço Social e assistente social. A partir dos dados coletados podemos destacar as associações estatísticas entre as variáveis utilizadas como carga horária e salário; a diferença salarial entre processos seletivos e concursos de modo a levantar questionamentos a respeito do significado sócio histórico de cada um e sua desvalorização; a constatação de editais lançados, mesmo com a aprovação em lei, da carga horária de trinta horas, com carga horária superior à prevista na legislação; entre

⁸ Não foram considerados, porém os editais referentes as chamadas públicas para ocupação de vagas remanescentes, pois não fazem parte dos objetivos da pesquisa.

⁹ Amparo de São Francisco, Arauá, Areia Branca, Aquidabã, Barra dos Coqueiros, Boquim, Campo do Brito, Capela, Canhoba, Carmópolis, Cedro de São João, Cristinápolis, Cumbe, Divina Pastora, Estancia, General Maynard, Gracho Cardoso, Indiaroba, Itabaiana, Itabaianinha, Japaratuba, Japoatã, Lagarto, Laranjeiras, Maruim, Moita Bonita, Neópolis, Nossa Senhora da Aparecida, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pedra Mole, Pinhão, Poço Redondo, Ribeirópolis, Rosário do Catete, Salgado, Santo Amaro das Brotas, São Miguel do Aleixo, Siriri, Tobias Barreto e Tomar do Geru.

¹⁰ Voltamos a mencionar que o Apêndice 2 apresenta os editais com os respectivos links para subsidiar que novos pesquisadores tenham o acesso facilitado aos dados encontrados.

outros. Para a discussão dos dados aponta-se a utilização de autores, como Aranha; Silva e Almeida (2014), Bolzan (2015) e Santos (2021), os quais apresentam informações que podem contribuir para uma análise comparativa, tendo em vista a apresentação de dados similares.

No que se refere à estrutura do trabalho, este encontra-se dividido em introdução, desenvolvimento constituído por três capítulos e considerações finais e, como elementos pós-textuais, os apêndices. No primeiro capítulo foi realizada uma abordagem acerca do trabalho em sua essência fundante do ser social e das transformações decorrentes de sua submissão no capitalismo, as particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro, e apontamentos acerca do patriarcado e da divisão sexual do trabalho. No segundo capítulo abordamos sobre a discriminação salarial do Serviço Social de maneira geral e aquela presente na profissão nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, observando se a desvalorização do Serviço Social tem relação com seu marco histórico de ser, desde a sua gênese, uma profissão onde a maioria é composta por mulheres. E, no terceiro capítulo apresentamos a análise dos editais de processos seletivos e concursos públicos para verificar as associações existentes nos resultados da pesquisa que possam comprovar ou não a existência de uma desvalorização profissional dos(as) assistentes sociais expressa na discriminação salarial na inserção dos(as) assistentes sociais no mercado de trabalho.

CAPÍTULO I

TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: uma aproximação a partir das desigualdades de classe e de gênero

Para compreender as determinações teóricas fundamentais das relações sociais e suas desigualdades, relacionadas à proposta de pesquisa a ser realizada, é preciso, num primeiro momento, ocupar-se de algumas reflexões acerca do trabalho enquanto fundante do ser social e das relações capitalistas, do desenvolvimento capitalista mundial e brasileiro, e aspectos gerais sobre patriarcado, gênero e a divisão sexual do trabalho de modo a apreender seus pressupostos históricos analíticos, individuais e suas correlações, e de que maneira eles se interligam na sociedade.

1.1 Trabalho: de fundante do ser social à sua expressão no capitalismo

O trabalho é a categoria fundante do ser social, pois através dele o homem transforma a si mesmo, a natureza e os outros a seu redor e, sendo caracterizado como ação intermediadora entre homem e natureza, o trabalho tem como função atender às necessidades do homem que através do ato de atendê-las se transforma em ser social. Isto porque o que torna a ação laboral do homem diferente das outras atividades desempenhadas pelos animais é que, por meio de sua capacidade teleológica, o ser social estabelece previamente em sua mente uma finalidade para sua atividade, possibilidades de alternativas para o atendimento de suas necessidades, e avalia a disponibilidade de condições objetivas – seja de habilidades bem como de instrumentos de trabalho – de modo a “[...] antecipar na consciência o resultado provável das alternativas” (LESSA, 2006, p. 2) antes de sua objetivação, ou seja, da materialização do que fora idealizado na realidade concreta.

As necessidades, por sua vez, não são aleatórias, surgem a partir das determinações da história humana que, por meio do processo de transformação da natureza – o trabalho –, complexificam-se à medida que o homem cria respostas para elas. Desse modo, “Em face de cada progresso, o domínio sobre a natureza que tivera início [...] com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas” (ENGELS, 1999, p. 9). No entanto, para que esse progresso acontecesse, as respostas já formuladas para as necessidades precisavam ser repassadas a outros indivíduos, pois “[...] a partir das

experiências imediatas do trabalho, o sujeito se vê impulsado e estimulado a generalizar e a *universalizar* os saberes que detém” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 45, grifos do autor). Em consequência disso, ao relacionar-se com seus semelhantes conforme as atividades eram desempenhadas conjuntamente, em que os casos de ajuda mútua mostravam vantagens no desempenho das atividades individuais, forçou os homens a agruparem-se, o que suscitou a necessidade de um tipo de sistema de comunicação entre eles para que suas habilidades e conhecimentos pudessem ser compartilhados, para tanto, constituiu-se a linguagem articulada, pela qual o ser social expressa suas representações. Segundo Engels (1999, p. 12), “Primeiro o trabalho, e depois dele e com ele a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi-se gradualmente transformando em cérebro humano”. Tais características demonstram, portanto, que o trabalho se configura em atividade coletiva que ao realizar-se transforma os indivíduos em sua subjetividade, mas também suas relações com seus semelhantes. Dito isto, nota-se que o trabalho é o propiciador do salto ontológico, de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente, que transformou os antigos grupos de primatas, guiados por seus instintos, em seres sociais, haja vista que “[...] o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o **ser social**” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 46, grifos dos autores). A partir desse salto ontológico, proporcionado pelo trabalho, o homem produz também sua própria humanidade haja vista que é o que o diferencia dos outros seres orgânicos e inorgânicos, é o que o torna único, humano.

Quando o homem se separa definitivamente do macaco esse desenvolvimento não cessa de modo algum, mas continua, em grau diverso e em diferentes sentidos entre os diferentes povos e as diferentes épocas, interrompido mesmo às vezes por retrocessos de caráter local ou temporário, mas avançando em seu conjunto a grandes passos, consideravelmente impulsionado e, por sua vez, orientado em um determinado sentido por um novo elemento que surge com o aparecimento do homem acabado: a sociedade. (ENGELS, 1999, p. 13).

É através do trabalho que acontece o processo de humanização em que, de forma coletiva, os homens constituem a sociedade, sendo esta composta por seres que interagem e estabelecem sistemas de relações. No entanto, vale reafirmar a dependência do homem para com a natureza, pois mesmo a transformando e diminuindo as barreiras por esta imposta, ela é imprescindível para a sobrevivência e perpetuação de todos os seres vivos. O processo de humanização por sua vez se trata do desenvolvimento dos homens e a

construção de sua história à medida que a criação de novas formas de satisfação das necessidades estimula o surgimento de novas necessidades de modo a complexificar a sociedade. Desse modo,

O avanço do processo de humanização pode ser compreendido, pois, como a diferenciação e a complexificação das objetivações do ser social. O trabalho aparece como a objetivação primária e ineliminável do ser social, a partir da qual surgem, através de mediações cada vez mais complexas, as necessidades e as possibilidades de novas objetivações (NETTO; BRAZ, 2012, p. 52-53).

O trabalho caracteriza-se como o complexo social primário com o objetivo de transformar a natureza e que possui prioridade ontológica¹¹, se comparado a outros complexos sociais como a fala articulada, o direito, a filosofia, o Estado, a religião, entre outros, haja vista que esses complexos objetivam promover a organização das relações sociais. Além disso, junto ao trabalho, possibilitam o desenvolvimento das forças produtivas, das capacidades humanas e das relações sociais, pois fazem parte da complexificação da sociedade (LESSA, 2006).

O desenvolvimento histórico dessa humanidade se constitui primariamente no formato das chamadas comunidades primitivas, as quais visavam apenas a satisfação de necessidades básicas e imediatas de sobrevivência. À medida que esse comunismo primitivo evoluiu, a agricultura e a domesticação de animais começaram a ser praticadas, o que propiciou uma produção para além das necessidades imediatas de modo a irromper num excedente de produtos que levou à exploração do homem pelo homem e, por conseguinte, a divisão social do trabalho, em que alguns produzem enquanto outros usufruem daquilo que fora produzido. Com isso, tem-se a substituição da comunidade primitiva pelo modo de produção escravista (NETTO; BRAZ, 2012).

A partir da possibilidade de produção excedente houve uma transformação nas relações sociais de produção que configuram o processo de trabalho constituído pelos meios de trabalho, objeto de trabalho e pela força de trabalho, sendo esta a principal, pois é responsável pelo aperfeiçoamento tanto dos instrumentos como dos objetos de trabalho. Assim, esses três elementos formam as forças produtivas, as quais fazem parte das

7 “Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria em relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto que o inverso é ontologicamente impossível [...] pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algo que é, mas disso não deriva nenhuma hierarquia de valor.” (LUKÁCS, 1979 apud BARROCO, 2010, p. 25).

determinações da relação do homem com a natureza, ou seja, das relações de produção. Desse modo, conjuntamente articuladas, as forças produtivas e as relações de produção integram o modo de produção, o qual está sujeito a transformações que dependem da correspondência entre elas,

Essa correspondência nunca está dada definitivamente, porque o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção não obedece aos mesmos ritmos: comprovou-se historicamente que as primeiras são mais dinâmicas que as segundas. Enquanto as forças produtivas tendem, quase sempre, a um desenvolvimento cumulativo e intenso, as relações de produção (determinadas pelo regime de propriedade dos meios de produção fundamentais) favorecem o desenvolvimento das forças produtivas; quando estas deixam de ser fomentadas pelas relações de produção e, sobretudo, quando passam a ser travadas por elas, aquela correspondência é substituída pela contradição entre forças produtivas e relações de produção – que se resolve pela transformação estrutural e substantiva do próprio modo de produção. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 72).

Tendo esses pressupostos elencados, é necessário compreender as mudanças trazidas com o surgimento do modo de produção escravista, possível graças à possibilidade de acúmulo de riquezas do excedente econômico e, conseqüentemente, da origem da propriedade privada dos meios de produção fundamentais e da força de trabalho por meio da exploração do homem pelo homem – escravos –, o que levou a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas e a origem da desigualdade social ao ponto de criar uma civilização pautada na coerção, repressão e exploração do trabalho.

No curso contraditório entre as relações de produção e as forças produtivas, tem-se nesse momento muito claro que, à medida que a exploração do trabalho se fez presente de forma violenta, a produção de mercadorias e desenvolvimento de instrumentos e meios de trabalho cresceram bastante. Por conseguinte, essa incompatibilidade gerou mudanças significativas na sociedade de modo a experienciar-se na história o modo de produção feudal, que tinha em seu funcionamento os chamados feudos – unidades econômico-sociais que produziam com base no trato da terra – com um sistema de submissão dos servos aos proprietários das terras, os senhores feudais. Assim, a estrutura social desse período tinha como fundamento principal a propriedade da terra que polarizava a sociedade entre senhores e servos. Diferentemente dos escravos, os servos possuíam instrumentos de trabalho próprios e por mais que também fossem explorados e violentados e o excedente da produção ficasse sobre o poder dos senhores feudais, eles retiravam sua subsistência de parte da produção nas glebas e nas terras comunais. Ao

mesmo tempo, de forma paralela, a produção que objetivava a troca de mercadorias continuou a existir e se encontrava voltada ao trabalho artesanal que, ao longo desse processo histórico, foi complexificando-se ao ponto de alcançar o desenvolvimento de um comércio que começou a conflitar com o feudalismo (NETTO; BRAZ, 2012).

O dinheiro e o comércio, que surgiram ainda no escravismo mediante as relações de troca, tornam as relações sociais ainda mais complexas, e no modo de produção feudal eles se ampliaram de tal maneira a apresentar uma ameaça à ordem social da época. Com o auxílio das cruzadas e das ligas camponesas, os comerciantes fortaleceram-se enquanto grupo social e aos poucos modificaram a organização da sociedade, de modo a romper com o caráter autárquico do feudalismo e a estimularem o consumo de mercadorias pela nobreza e o surgimento de cidades. Nesse processo uma nova forma de riqueza se destaca: a mobiliária, ou seja, o acúmulo de dinheiro, adquirido por meio dos lucros (NETTO; BRAZ, 2012; MARX, 2011).

O sistema feudal sustentava-se basicamente pela agricultura e pecuária, e essas atividades, a partir do século XIV, começaram a decair haja vista que o solo já não era mais tão produtivo e que na época não se conheciam técnicas para recuperá-lo. Além disso, a mineração também sofreu uma queda significativa e a peste negra dizimou boa parte da população. Desse modo, o feudalismo entrou em uma crise, que perdurou por séculos, e a relação entre senhores e servos ficou ainda mais conflituosa, pois, diante da queda no excedente, aqueles acentuaram a exploração destes. Do ponto de vista econômico o comércio ganhou mais espaço uma vez que as transações entre terras e trabalho se expandiram com o uso do dinheiro e no aspecto político o surgimento do Estado Absolutista trouxe entraves ao *modus operandi* do feudalismo, dado que o poder se concentrava no rei, reduzindo, portanto, o controle da nobreza e dos senhores feudais, além de possibilitar o desenvolvimento dos comerciantes que, junto às casas bancárias, exerceram o papel de financiadores do absolutismo. Este sistema político consolidou-se sob a base de uma força armada de comando único, uma burocracia e um sistema fiscal. Por mais que este tenha sido uma invenção dos senhores feudais, na prática esse sistema político beneficiava muito mais os grupos mercantis mais ricos e então, com tais benefícios, esses comerciantes iniciaram “[...] a chamada revolução comercial, que deslocou a rota comercial para o Atlântico nos séculos XVI e XVII, especialmente voltada para a América” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 85). Com isso, as atividades mercantis expandiram-se de tal forma a confluir no nascimento da manufatura, acompanhada pelo desenvolvimento das forças produtivas que levaram mais uma vez a um descompasso

entre elas e as novas relações de produção, de modo a ocasionar uma revolução social, visto que o desenvolvimento econômico da burguesia não era compatível com a nobreza e nem ao Estado Absolutista – que contraditoriamente possibilitou seu surgimento – e por isso irrompeu-se, portanto, a Revolução Burguesa. Esta ocasionou a abolição de privilégios da nobreza e do clero, de instituições absolutistas e feudais, bem como o estabelecimento de um Estado laico, de modo a configurar-se numa revolução democrática-burguesa responsável pela consolidação política da nova classe social denominada burguesia, além de incorporar grandes transformações de âmbito social, econômico, tecnológico, cultural e político que possibilitaram o desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas de produção (SEGATTO, 1998). Sendo assim, é importante destacar que, segundo Netto e Braz (2012, p. 87),

A tomada do poder político pela burguesia, cujo marco emblemático é 1789, não constitui mais que o desfecho de uma luta de classes plurissecular, que teve no domínio da cultura e das ideias um campo de batalhas decisivo, como o provam a Reforma protestante e a Ilustração. Foi a hegemonia conquistada pela burguesia no terreno das ideias que lhe permitiu organizar o povo (o conjunto do Terceiro Estado) e liderá-lo na luta pôs fim ao Antigo Regime. Enterrado o Antigo Regime, abre-se o século XIX com o Estado criado pela burguesia triunfante, o Estado burguês.

É a partir de tais transformações históricas, geradas ainda na estrutura feudal, que o modo de produção capitalista tem como classe dominante e revolucionária, a burguesia. Os comerciantes, ora mencionados, se constituíram da diferenciação entre artesões, uma vez que a minoria deles enriqueceu, tornaram-se patrões e começaram a lucrar com sua atividade comercial, a qual funcionava com base na produção mercantil simples, dependente da divisão social do trabalho e da propriedade privada constituída pela troca de mercadorias – na esfera da circulação – através da compra por preços mais baixos do que na venda. Esses comerciantes em nada tinham a ver com a produção, e é por isso que diferem expressivamente do capitalista ou burguês, uma vez que os ganhos destes advêm da esfera produtiva, ou seja, por meio da exploração do trabalho e integram a produção mercantil capitalista (NETTO; BRAZ, 2012).

Sendo assim, essa nova classe e novo modo de produção estruturaram-se por meio de uma transformação básica e fundamental: a divisão de classes em que alguns dispunham apenas da venda de sua mercadoria força de trabalho para sobreviver, enquanto outros detinham os meios necessários à produção que os possibilitava explorar

os primeiros. Para que essa cisão fosse realizada precisou-se do processo nomeado por Marx de acumulação primitiva do capital. Tal processo se desenvolveu entre o final do século XV até meados do século XVIII e, segundo Marx (2011, p. 515),

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

Iniciado o processo de maneira mais significativa na Inglaterra, território pioneiro e principal do desenvolvimento capitalista, a acumulação primitiva “clássica”, iniciada pelos proprietários fundiários, se deu através da expropriação violenta das terras comunais de camponeses (proletários fundiários) que as utilizavam para sua própria subsistência. Essa prática – legitimada através da lei dos “cercamentos” – foi importante para o desenvolvimento do capitalismo, mas não foi a única. Assim, enquanto a sociedade feudal estava em crise, o desenvolvimento da burguesia se alargava através da exploração – de ouro e prata no caso da América e dos negros no caso da África (NETTO; BRAZ, 2012). A reforma protestante, responsável por expropriar boa parte das terras da Igreja, também contribuiu para a concentração fundiária e a composição dos grandes latifúndios.

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre. (MARX, 2011, p. 524).

Parte considerável dos proprietários das terras comunais, que não conseguiram se adaptar à nova realidade e compuseram o então proletariado, encontraram-se na condição de mendigos, assaltantes e vagabundos. Em decorrência disso, foi criada a legislação sanguinária contra vagabundagem que permitia o castigo àqueles que tentassem resistir à

retirada das terras. Esse processo violento também provocou o deslocamento dos, a partir de agora, homens livres, para as cidades, formando assim a classe proletária que passou a compor o trabalho assalariado. (NETTO, BRAZ, 2012; MARX, 2011).

Compreendemos até aqui de que maneira o trabalho passa de fundante do ser social a instrumento de exploração dos homens pelos homens, iniciada e possibilitada devido à produção excedente, de modo a passar por diferentes modelos de produção até chegar no modo de produção capitalista que se funda essencialmente na exploração do trabalho, na divisão social do trabalho e na propriedade privada. Sendo assim, o capitalismo tem como “[...] ponto de partida [...] o dinheiro e o ponto de chegada [...] mais dinheiro. Este é o sentido específico da ação do capitalista: a partir do dinheiro, produzir mercadorias para conseguir dinheiro” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 109), expresso pela fórmula de movimento do capital: $D \rightarrow M \rightarrow D'$ ¹². É necessário atentar-se, porém, a diferença básica entre a circulação mercantil simples e a mercantil capitalista, uma vez que a primeira gera lucros na esfera da circulação, enquanto a segunda gera mais valor acrescido na mercadoria na esfera produtiva, por meio da exploração do trabalho. Desse modo, “[...] D' possui uma natureza inteiramente distinta de D +: *em D' se concretiza a forma típica que o excedente econômico adquire no MPC*¹³ – excedente apropriado pelo capitalista, fonte de seu lucro e que se denomina **mais-valia (m)**” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 110-111, grifos dos autores).

Para compreender então esse processo, que gera uma relação social, são necessárias algumas distinções acerca dos meios de produção que compõem o capital constante e a força de trabalho que integra o capital variável, sendo esta uma mercadoria especial uma vez que além de transferir valor para a mercadoria, também cria valor excedente em cima dela. Desse modo, “[...] 1º) o valor [dos meios de produção] foi determinado pelo tempo socialmente necessário para produzi-las; e, 2º) o seu valor não variará no processo de produção: ele apenas será transferido à mercadoria a ser produzida” enquanto que,

Comprando a força de trabalho do proletário pelo seu valor, o capitalista tem o direito de dispor do seu valor de uso, isto é, de dispor da sua capacidade de trabalho, capacidade de movimentar os meios de produção. Mas a força de trabalho possui uma *qualidade única* [...]: **ela cria valor** – *ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário*

¹² Fórmula representativa da circulação mercantil capitalista, em que D significa dinheiro, M mercadoria e D' mais dinheiro.

¹³ Modo de produção capitalista.

para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa. E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é o maior que o primeiro. O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 113, grifos dos autores).

Nesse processo, portanto, é que se encontra a exploração do capitalismo e, nesses moldes a relação de exploração pode até ficar despercebida se comparado a outros modos que se valiam da violência direta, visto que aparentemente o modo de produção capitalista se funda em relações sociais justas já que o capitalista tem uma espécie de contrato com o trabalhador em que o pagamento do salário correspondente a x horas de trabalho que lhe dá o direito de extrair o que fora produzido nesse tempo. Dessa maneira, a grande sacada do capitalista aqui é que nesse tempo x de trabalho o que é produzido tem um valor superior ao que é pago de fato ao operário. A força de trabalho nesse tempo x, denominado como jornada de trabalho, produz mais valor do que aquele correspondente a sua produção/reprodução básica. Isto posto, é através da jornada de trabalho que o capitalista expropria o excedente econômico necessário à manutenção de seu sistema.

Para melhor compreensão da categoria trabalho e sua trajetória no capitalismo é importante pontuar alguns detalhes sobre a mercadoria e seu funcionamento nesse modo de produção, bem como a chamada lei do valor. A mercadoria possui valor de uso e valor de troca, sendo o primeiro a utilidade de um produto e o segundo a medida de valor que quantifica o equivalente de um produto por outro ou pela mercadoria universal – dinheiro. Cada mercadoria, por sua vez, é trocada conforme a quantidade de trabalho socialmente necessário equivalente à sua produção. No que se refere à lei do valor, esta é responsável por regular as relações de produção, de troca das mercadorias e da repartição do trabalho, dentro da produção mercantil capitalista. Tal regulação se revela através da concorrência do mercado de modo a encarecer mercadorias que estão em queda e baratear as que estão em alta. Assim,

Numa sociedade de produtores que comerciam suas mercadorias, a concorrência aciona a lei do valor, inerente à produção mercantil, instaurando assim uma organização e uma ordenação da produção social que são as únicas possíveis nessas circunstâncias. Somente a desvalorização ou o encarecimento excessivo dos produtos mostram, de forma tangível, aos vários produtores o que e quanto é ou não necessário para a sociedade. (ENGELS apud NIKITIN, s.d., p. 29).

O trabalho médio, socialmente necessário, refere-se ao dispêndio de tempo e energia (física e psíquica) empregado pelos detentores da força de trabalho durante a produção de diferentes valores de uso. Esse trabalho, portanto, pode ser apreciado sob dois ângulos diferentes: sob o valor de uso da mercadoria, denominado como trabalho concreto; e o valor de troca como trabalho abstrato. Destarte,

1º) o trabalho abstrato só é pertinente nas economias nas quais as trocas mercantis são significativas; 2º) como no MPC a lógica mercantil se universaliza, também se universaliza a redução do trabalho concreto a trabalho abstrato. Ora, é essa redução que permite a homogeneização de todas as formas de trabalho a uma forma geral (abstrata, despida de suas determinações concretas): o capitalista compra a força de trabalho enquanto trabalho abstrato, que pode ser mensurado e quantificado. E o trabalho abstrato, medido enquanto trabalho médio em condições históricas precisas, constitui o que já apresentamos ao leitor como trabalho socialmente necessário. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 118).

No curso histórico da evolução do capitalismo temos momentos diferentes da produção, sendo o primeiro deles o trabalho cooperativo – como forma específica do processo de produção capitalista – em que as operações produtivas eram realizadas no mesmo espaço físico, as técnicas empregadas advinham do artesanato e eram controladas pelos trabalhadores e, os capitalistas tinham menor poder sobre o processo de trabalho. Foi então, a partir do século XVIII, que a manufatura sucede à cooperação, culminando na especialização do trabalho que possibilita a divisão do trabalho de forma específica, o que causa a destruição dos saberes e o conhecimento técnico das operações realizadas na produção e, em consequência, a perda do controle sobre suas tarefas de modo a colocar o produtor na condição de subsunção a um ramo exclusivo da produção e a suprimir a diversidade original de suas funções. Do ponto de vista do capital, tais mudanças foram extremamente benéficas visto que aumentaram a produtividade e dividiram os trabalhadores em uma pequena parcela especializada e a maioria detentora dos conhecimentos técnicos do ofício. Isso significou o aumento da exploração infantil e feminina e, a formação de um amplo grupo de trabalhadores que não dispunham dos saberes do ofício (MARX, 2011; NETTO; BRAZ, 2012).

Em seguida, a Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII, possibilita o surgimento da maquinofatura que correspondeu a um avanço gigantesco na tecnologia através do forte incremento de maquinário na produção, desenvolvendo assim as forças produtivas e aumentando a divisão do trabalho, tornando o trabalhador alheio aos meios

de produção e com o ritmo do trabalho regido pelas máquinas, sendo também alienado. A Inglaterra, pioneira do fenômeno da Revolução Industrial, com seu acúmulo no livre comércio pode ampliar investimentos e inovações tecnológicas para aumentar a produtividade de modo a substituir a energia humana pelo maquinário, o qual definia o ritmo de trabalho dos operários. A respeito do desenvolvimento tecnológico podemos citar o surgimento da energia a carvão, do ferro, da revolução na agricultura e o destaque à ascensão da indústria têxtil com a invenção do tear mecânico. Assim, as tecnologias avançadas conformam a grande indústria com gerência científica que exerce pressões sobre os operários, alienando-os mais e os transformando em apêndices da máquina num trabalho cada vez mais precarizado (OLIVEIRA, 2004).

Antes da primeira Revolução Industrial viveu-se o estágio do capitalismo conhecido como comercial ou mercantil, o qual teve como destaque a afirmação da burguesia como classe social com forte poder econômico e que confrontou privilégios da nobreza fundiária, de modo a tornar-se uma classe revolucionária, cujo interesses naquele momento correspondiam aos da maioria da população. É importante destacar aqui como a expansão marítima foi responsável por alavancar os grupos mercantis e a iniciar o processo de mundialização, combinando processos progressistas bem como bárbaros. Em continuidade, no final do século XVIII, em meio a Revolução Industrial, o capital chega em mais um estágio: o concorrencial – também chamado de “liberal” ou “clássico”, vinculado a mudanças de caráter político, organizado através da nascente grande indústria, e que provocou tanto o processo de urbanização quanto a criação do mercado mundial. Esse momento trouxe à tona possibilidades de negócios para os pequenos e médios capitalistas baseados na livre iniciativa com boas chances de se consolidar no mercado. Além disso, tinha como configuração político-institucional o Estado liberal, em que os capitalistas individuais concorriam entre si, submetidos à lei do mercado, sem interferência estatal na economia. Não se pode esquecer que esse estágio teve a presença imponente da luta de classes que nesse momento em específico se fortaleceu, com destaque ao movimento do ludismo e cartismo¹⁴, os quais tiveram como resposta por parte dos capitalistas a incorporação de novas tecnologias à produção e a ameaça do

¹⁴**Ludismo:** Movimento de resistência que aconteceu na Inglaterra, no século de XVIII, através da quebra de máquinas da indústria, pois os operários acreditavam que elas eram as responsáveis por sua exploração, já que eram elas quem ditavam o ritmo do trabalho naquele período. **Cartismo:** Movimento que possibilitou a tomada de consciência da classe operária de modo a passar de classe em si para classe para si. A partir desse processo os trabalhadores puderam compreender que a exploração que sofrem não advém das máquinas, mas sim do capitalista, detentor dos meios de produção.

desemprego. Esse movimento por sua vez tem um caráter bastante contraditório haja vista que as lutas de classe influem fortemente no desenvolvimento das forças produtivas (NETTO; BRAZ, 2012, p. 186).

Em consequência disso, a burguesia converteu-se em classe conservadora para manter as relações sociais amparadas na propriedade privada. Esse conservadorismo levou-a a defender reformas sociais que reduzissem os efeitos da exploração sobre os trabalhadores,

Evidentemente, esse reformismo burguês tinha um limite absoluto: a propriedade privada dos meios fundamentais de produção – o direito a ela permaneceria intocada, como se fosse um direito natural. Essencialmente, as reformas aceitas por esses setores capitalistas estavam conformes ao espírito de Tancredi, personagem de *d'O leopardo*, notável romance do italiano Giuseppe Lampedusa (1896-1957): “É preciso mudar algo para que tudo permaneça como está” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 188).

Diante de tais mudanças sociopolíticas, da concorrência descontrolada e do caráter anarquista desse momento, o desenvolvimento tecnológico caracterizou a Segunda Revolução Industrial. Com o surgimento dos monopólios, os quais foram representados por meio de grandes grupos capitalistas nacionais que controlavam ramos industriais inteiros, e em sincronia com a mudança no papel dos bancos, percebeu-se que antes estes tinham como função principal intermediar pagamentos e passaram a ser peças-chaves do sistema de crédito, de modo a controlar gigantes massas monetárias, disponibilizadas através de empréstimos. Assim sendo, “[...] essa mudança no papel dos bancos [...] ocorreu ao mesmo tempo em que o processo de concentração/centralização se estendia dos ramos industriais ao próprio setor bancário. *O surgimento dos monopólios industriais é acompanhado pela monopolização também no âmbito do capital bancário*” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 192, grifo dos autores).

Esses monopólios industriais se associaram de tal maneira que se criou uma fusão monopolista de capitais bancários e industriais para a constituição do capital financeiro, o qual passou a ter centralidade no estágio imperialista do capital. Além disso, a indústria bélica teve um caráter essencial na catalização da economia, por conta da corrida armamentista e das guerras subsequentes. Ainda no capitalismo monopolista observamos o processo imperialista de concentração de produção do capital; da exportação de capitais; e da formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si. Aqui inclusos também a oligarquia financeira e o poder econômico, bem

como político em escala nacional e internacional. Nesse ínterim, a exportação de mercadorias e capitais passou a constituir a principal vinculação entre os países, e “[...] a exportação de capitais se realizam de duas formas: 1º) *capital de empréstimo*: capitalistas concedem créditos, em troca de juros determinados, a governos ou capitalistas de outros países. 2º) *capital produtivo*: capitalistas implantam indústrias em outros países”. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 194, grifos dos autores).

Vale ressaltar que o objetivo inicial dos grandes monopólios era o controle dos mercados de seus próprios países, com o desenvolvimento de outras fases, em especial, a globalização do capital, os monopólios passam a não ter fronteiras. À medida que se esgotaram os territórios a serem partilhados, iniciou-se, em 1914, um processo que resultou na primeira Guerra Mundial, tendo aqui destaque a indústria bélica tendo em vista que esta tornou-se um componente central da economia e que serviu para a arrecadação dos superlucros. A corrida armamentista parte dessa indústria envolta por interesses econômicos e políticos. No que tange à utilidade do belicismo, esse possibilitou a contenção da crise através da movimentação de capital decorrente da indústria bélica de modo a combater o subconsumo.

Do capitalismo resultou a divisão técnica do trabalho e mudanças na divisão social do trabalho que, através de seu desenvolvimento, além da mundialização e expansão para uma divisão internacional do trabalho, caracterizado pela hierarquia dos países, estabelecendo relações de dominação e exploração em que o lema é de um desenvolvimento desigual e combinado¹⁵. Frente ao aprofundamento do imperialismo apresentam-se novas condições na sociedade capitalista como a possibilidade de aumento dos lucros, de escape da tendência de queda da taxa dos lucros e do aumento da exploração. Porém tais condições encontraram entraves políticos.

Dentre as estratégias de garantia dos lucros estão a fixação de preço superior das mercadorias e a apropriação dos monopolistas de parte da mais-valia de setores não-monopolizados “[...] através da imposição de preços inferiores ao valor das mercadorias dos monopolistas sobre os não não-monopolistas [...]”. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 202).

No entanto, é importante advertir que os superlucros possuem limites, ou seja,

¹⁵ Desenvolvimento desigual e combinado: razões históricas que justificam um desenvolvimento em ritmos diferentes nos diversos espaços nacionais e desenvolvimento combinado, nos termos de Trótski (1879-1940) os países desenvolvidos obrigam os subdesenvolvidos a darem saltos combinando técnicas modernas com relações sociais e econômicas arcaicas. Porém, esse processo não os retira da condição de exploração e dependência. Para maiores elucidações consultar Fernandes (1987), Mandel (1982) e Gregório (2012).

[...] assim como acaba por se estabelecer uma taxa média de lucro, também acaba por se fixar uma taxa média de superlucros – e embora [a] existência de uma dupla taxa seja um fenômeno próprio do imperialismo, salvo conjunturas excepcionais, a tendência a queda da taxa de lucro continua se fazendo sentir no capitalismo dos monopólios. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 203).

Conhecidos como fase clássica do imperialismo, os anos dourados subseguiram à crise de 1929, conhecida como a Grande Depressão marcada, principalmente, pela superprodução e o subconsumo. Para isso, a solução indicada foi a maciça intervenção do Estado, para além da frequente intervenção do Estado burguês na dinâmica econômica, para garantir as condições externas para a produção e acumulação capitalista.

Nesse interim há de chamar atenção para dois fenômenos interligados que marcaram esse período: a combatividade e organização de setores operários de modo que o movimento sindical operário adquiriu consistência e densidade; e “a Revolução de Outubro, dirigida pelo bolcheviques na Rússia, em 1917: a criação do primeiro Estado proletário, simbolizando um conjunto de promessas há muito inscrito no imaginário dos trabalhadores, atraiu a simpatia e a adesão de vanguardas operárias, além de significar um duro golpe contra o imperialismo.” (NETTO, BRAZ, 2012, p. 206). Com isso, as bases materiais e subjetivas do liberalismo enfraqueceram e a concentração monopolista do capital foi responsável por derrubar a utopia liberal de que o indivíduo é orientado pelos sentimentos morais. A grande crise de 1929, enquanto divisor de águas, possibilitou que as elites político-econômicas começassem a reconhecer os limites do mercado se deixado à mercê dos seus supostos movimentos naturais. E assim, o liberalismo passa a ser questionado. Alguns apontamentos acerca do funcionamento cíclico da crise no capitalismo se fazem necessários. O crescimento da composição orgânica do capital possibilita o aumento da taxa da mais-valia e com o recuo do movimento operário é possível a baixa dos preços das matérias-primas e, contraditoriamente, tem-se a ampliação da resistência operária; a diminuição da taxa da mais-valia; a generalização da revolução tecnológica; a redução dos superlucros, com uma concorrência e especulação acirradas; e a estagnação do emprego e da produtividade que gera uma superabundância de capitais, escassez de lucros, desemprego generalizado e a queda do consumo (BEHRING; BOSCHETTI, 2009; NETTO; BRAZ, 2012).

Nos locais em que o movimento operário teve maior êxito a nova forma de intervenção do Estado na economia se deu dentro da democracia política, a exemplo da

Europa Nórdica, da Inglaterra e da França etc. Porém, onde as raízes democráticas foram mais fracas instaurou-se o fascismo, regime político mais adequado para o livre desenvolvimento dos monopólios.

A intervenção fascista, pois, se configura em uma garantia das condições gerais da produção e da acumulação capitalista, através da destruição das organizações dos trabalhadores, da regulação da massa salarial o favorecimento exacerbado do grande capital, a militarização da vida social e os fortes investimentos da indústria bélica. No que diz respeito a questões técnicas, os dogmas do pensamento liberal-conservador foram questionados, sendo o principal crítico Keynes – afirmou que era necessário que o Estado agisse como regulador dos investimentos privados através do direcionamento de seus gastos, de modo que o papel central estaria no orçamento público, como indutor de investimentos. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 210).

Junto a essa nova intervenção estatal tem-se a implementação da organização de produção do taylorismo/fordismo – padrão de produção industrial que se universalizou nos “anos dourados” e tinha como características uma produção verticalizada, homogeneizada, com uma racionalização das “[...] operações realizadas pelos trabalhadores combatendo o desperdício na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo do trabalho, visando a intensificação das formas de exploração” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 211). Além disso, verificamos um padrão produtivo com base no trabalho fragmentado, na decomposição de tarefas e na constante repetição de tarefas que ditam o ritmo e tempo de realização do trabalho.

O imperialismo dos “anos dourados” teve como importante investimento a inflação, uma vez que os monopólios sugaram recursos da sociedade e elevaram os preços das mercadorias. Ademais, percebemos o crescimento do setor terciário ou setor de serviços, e a refuncionalização do Estado, dado que a economia foi direcionada para a garantia dos superlucros dos monopólios e que nessa condição “[...] a intervenção estatal desonera o capital de boa parte do ônus da preservação da força de trabalho, financiado agora pelos tributos recolhidos da massa da população – financiamento que assegura a prestação de uma série de serviços públicos (educação, saúde, transporte, habitação)”. (NETTO; BRAZ, 2012, p, 217).

A terceira fase imperialista é denominada como capitalismo contemporâneo, ainda sob a égide dos monopólios. Durante os trinta anos de “ouro” do capital a mundialização do capital se fez presente. E com isso, foi vivenciado um período de consumo em massa – lembrado sobretudo pelos automóveis – que possibilitou o estabelecimento do *Welfare*

State (Estado de Bem-Estar Social)¹⁶. Impulsionado através do taylorismo-fordismo e do keynesianismo, o *Welfare State* consolidou o “capitalismo democrático”, com a expectativa de que o mercado em expansão e a intervenção estatal fossem suficientes para controlar as crises. Desse modo, estabeleceu-se a onda longa expansiva do capital, caracterizada por períodos cíclicos de prosperidade. Porém, dado seu caráter cíclico, o contrário também se faz presente, indicando seu esgotamento. Como detonadores da crise e anúncio da onda longa repressiva tem-se o colapso do ordenamento financeiro mundial e a queda do petróleo. A partir disso se determinou uma recessão generalizada, com uma queda considerável das taxas de lucro. Como respostas o capitalismo apresenta três soluções: a reestruturação produtiva, a financeirização e o neoliberalismo. (NETTO; BRAZ, 2012; BEHRING, BOSCHETTI, 2009).

O capital monopolista adota como estratégia para reverter a conjuntura, o ataque ao movimento sindical e a responsabilidade da recessão aos chamados gastos públicos com garantias de direitos sociais para os trabalhadores. Tem-se a partir desse momento a implantação da acumulação flexível que,

[...] se apoia na flexibilização dos processos de trabalhos, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1993, p. 140).

Sobre a reestruturação produtiva, uma de suas estratégias é a da desterritorialização da produção, processo em que os trabalhadores são deslocados territorialmente para locais onde a exploração é maior, seja pela alta oferta de mão de obra barata, seja pela fragilidade de legislações trabalhistas que maximizam o caráter desigual e combinado do desenvolvimento. Tem-se também o desenvolvimento das forças produtivas com a introdução da robótica e da microeletrônica. Três são as implicações imediatas desse cenário: a expansão das fronteiras do trabalhador coletivo, as exigências postas à força de trabalho diretamente envolvida na produção com a exigência de qualificação e polivalência, e a gestão do trabalho que mediante o Toyotismo ganha notoriedade nas relações de trabalho.

¹⁶ Política Social de pleno emprego e prestação de serviços. Para mais aproximações consultar Behring e Boschetti (2009).

Verificamos também uma associação negativa entre o trabalho flexibilizado e o crescimento do desemprego. Desse modo, com a reestruturação produtiva, o mercado de trabalho divide os trabalhadores em uma parte polivalente e qualificada e outra precarizada e desqualificada. Com isso, se pode observar uma crise no movimento sindical e a redução do contingente dos operários industriais.

O capitalismo contemporâneo tem como marca importante da sua economia os serviços do setor terciário e há quem defenda que com as atividades terciárias pode se observar o surgimento de uma “sociedade pós-industrial”. Porém também há um posicionamento contrário de que justamente por serem,

[...] controlados pelo capital, os serviços passam a uma lógica industrial, primeiro porque não há crescimento de atividades de serviço “[...] sem crescimento de atividades industriais” (Lojkine, 1995, p. 242); segundo, porque os serviços agora se desenvolvem sob uma industrialização generalizada: “a mecanização, a padronização, a superespecialização e a fragmentação do trabalho, que no passado determinaram apenas o reino da produção de mercadorias na indústria propriamente dita, penetram agora todos os setores da vida social”. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 234).

Concentração e centralização, recém-chegadas na economia mundial, são tendências no capitalismo monopolista nas áreas monopolisticamente dinâmicas e geram uma hipertrofia nas atividades financeiras que se configuram no processo de financeirização. A financeirização do capital possui um estilo especulativo e predatório. A destruição estruturada de aditivos por meio da inflação, a promoção de níveis de encargos de dívidas que reduzem populações inteiras, a dilapidação de aditivos mediante fusões e aquisições, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (NETTO; BRAZ, 2012). Essa financeirização tem como razão essencial a superacumulação e a queda das taxas de lucro dos investimentos industriais, registrada entre os anos setenta e meados dos oitenta do século XX. Desse modo, o capitalismo contemporâneo se agrega ao capital fictício, sendo este especulativo e sem correspondência com os valores reais.

É também no marco da financeirização do capitalismo que se tornam inteligíveis a questão da dívida externa de muitos países periféricos e também as propostas de “ajuste” de suas economias, através de “reformas” recomendadas e monitoradas por agências internacionais, notadamente, o Fundo Monetário Internacional que representam justamente os interesses das oligarquias de finanças. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 246).

Os países periféricos, em sua condição de endividados, quando não cobertos por suas receitas, recaem no *déficit* público. E quando eles possuem dificuldades em pagar seus credores, estes pressionam por cortes em gastos estatais para criar um *superávit* primário que dê conta do pagamento dos valores sob forma monetária. Assim, “[...] as propostas de ‘reformas’ e ‘ajustes estruturais’ apresentadas aos estados periféricos e dependentes combinam a recomendação de ‘cortar gastos’ com a privatização, e a oligarquia financeira e os grupos monopolistas são quem ganham com tais ‘reformas’ e ‘ajustes’”. (CHOSSUDOVSKY, 1999).

O capitalismo contemporâneo apresenta, portanto, um “mundo novo” caracterizado pelo crescente alargamento da distância entre o mundo do rico e do pobre, pela crise ecológica e pela ascensão do racismo e da xenofobia. E nenhuma dessas questões pode ser resolvida nesses moldes de produção. Se resgatarmos uma das respostas do capitalismo à crise de meados de 1970, temos o neoliberalismo que, dentre seus preceitos estão a supressão de direitos sociais duramente conquistados, mas apresentados como “privilégios” dos trabalhadores, e a liquidação das garantias do trabalho em “nome” da flexibilização. Trata-se de um conjunto ideológico que se refere a um projeto de classe e se difundiu como neoliberalismo, compreendendo uma concepção de homem e sociedade fundada na ideia de necessidade de uma natural desigualdade entre os homens e uma rasa noção de liberdade, responsável por legitimar “[...] políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista [...]” (HARVEY, 2011, p. 16). Através dessa ideologia,

o Estado foi demonizado pelos liberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado – e, pela primeira vez, na história do capitalismo, a palavra reforma perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos. A partir dos anos oitenta, do século XX, sob o rótulo de reforma(s) que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contrarreformas(s), destinado a supressão ou redução de direitos e garantias sociais. (NETTO; BRAZ, 2012).

Ainda no que diz respeito às características do neoliberalismo, tem-se um Estado máximo para o capital e mínimo para o social (NETTO; BRAZ, 2012); uma estabilidade monetária e forte disciplina orçamentária; a reforma fiscal e do Estado, tendo aqui como alvo a regulamentação das relações de trabalho, no caso do Brasil, na década de 1990,

com destaque a Reforma trabalhista¹⁷, aprovada em 2017; o desmonte dos direitos sociais e a refilantropização da assistência; a desresponsabilização do Estado e do setor público; e a ausência de articulação entre as políticas sociais e a busca de redução da pobreza.

Das transformações no mundo do trabalho trazidas pela crise, faz necessário destacar a precarização do trabalho e suas decorrentes expressões da questão social que só podem ser superadas com a extinção da lei geral de acumulação capitalista. Isso porque as novas tecnologias acabam por esgotar os postos de empregos, sendo os trabalhadores substituídos por máquinas, desqualificados e qualificados, mas desempregados. Essas tecnologias objetivam o aumento da produtividade e a diminuição de custos que, a partir do momento em que são apropriadas de forma a beneficiar o capital em detrimento dos trabalhadores acaba por ampliar o desemprego, expandir a terceirização e as relações informais de trabalho. Desse modo, a força de trabalho tem sido descartada do mercado de trabalho formal, com rebaixamento do salário, e com retrocesso nas conquistas dos trabalhadores.

Para além desses aspectos no que diz respeito ao capitalismo no mundo, é importante compreender o caso particular do Brasil e as imbricações da desigualdade social existente na formação sócio-histórica brasileira. Sendo assim, no item seguinte trazemos alguns aspectos importantes a serem considerados.

¹⁷ Reformulação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) responsável por transformações profundas nas relações de trabalho por meio da alteração de diversos direitos da classe trabalhadora, bem como os deveres das empresas para com os trabalhadores.

1.2 Desenvolvimento capitalista e a formação sócio-histórica do Brasil

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil se distinguiu bastante do desenvolvimento do capitalismo dos chamados países centrais, e é justamente por isso que se faz necessário fazer alguns apontamentos acerca da realidade brasileira. Segundo Fernandes (1987), o Brasil passou por três fases na evolução interna do capitalismo, sendo que esse desenvolvimento se assemelhou aos das nações periféricas e heteronômicas, pois os traços típicos dessas nações surgem como condição estrutural permanente. No caso brasileiro há de se destacar que não houve ruptura com a relação de dependência em relação a dominação imperialista, não houve também a desagregação completa do antigo regime e seus vestígios, além de não haver a superação da relação de subdesenvolvimento e da extrema concentração de riqueza, principal causadora da desigualdade social. Sendo assim, o que se observou foi a permanente exclusão da maior parte da população que não detinha os meios de produção capitalistas.

Diante disso, coube ao Brasil uma condição de dependência e subdesenvolvimento que foi imposta de fora para dentro, de modo a fazer parte de uma estratégia na “[...] qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana.” (FERNANDES, 1987, p. 223). Assim, o desenvolvimento capitalista se desdobrou através da dominação estamental e de classes como uma técnica econômica e não como política nacional que interfere na totalidade do processo histórico.

A respeito dessa condição de dependência é necessário pontuar que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se enquadra na lei do desenvolvimento desigual e combinado, teoria formulada por Trotsky. “Na concepção de Trotsky, portanto, seria o modo combinado como o capitalismo se desenvolvia que designaria o caráter da revolução e os sujeitos sociais revolucionários nos países atrasados.” (DEMIER, 2007, p. 79). Já o caráter desigual diz respeito às marcas da “[...] assimilação dos elementos mais modernos das nações avançadas e sua adaptação a condições materiais e culturais arcaicas.” (DEMIER, 2007, p. 78).

A lei do desenvolvimento desigual e combinado, pensada por Trotsky, é abordada por intelectuais de renome tais como, Mandel (1982), Löwy (1995) e outros. Fernandes (1987) faz uma análise, apresentada a seguir, da formação social brasileira enfatizando as

particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil, o qual ocorre de forma desigual e combinada.

No que diz respeito as fases do desenvolvimento capitalista, apresentadas por Fernandes (1987), elas se configuram na fase de nascimento do mercado capitalista moderno, na fase de formação e expansão do capitalismo competitivo e na fase de surgimento do capitalismo monopolista. Em relação a primeira fase refere-se desde a abertura dos portos até meados do século XIX e se constitui numa fase de transição neocolonial (FERNANDES, 1987).

O mercado capitalista moderno se desenvolveu através do enlace entre a economia interna com o mercado mundial e com o mercado externo hegemônico, de modo a ter como função importante inserir, na economia do país, dinamismos externos fortes que transformavam o mercado em um polo de crescimento acelerado. Outra característica do desenvolvimento do mercado capitalista moderno é a relação entre mercado, cidade e população, a qual era de suma importância, pois esses dois últimos serviam de suporte imediato ao funcionamento e crescimento do primeiro.

No momento de transição neocolonial,

os arranjos estruturais resultantes criaram uma economia articulada (pois o mercado capitalista moderno se superpunha à produção escravista, destinada à exportação, ao consumo ou ao comércio interno), mas dotada de dinamismos próprios de desenvolvimento (determinados e orientados pelo mercado capitalista moderno) e de potencialidades de crescimento a longo prazo (dependentes da produção escravista; no entanto, relativamente fortes sempre que a procura externa pudesse garantir a expansão deste setor). (FERNANDES, 1987, p. 227).

Já a segunda fase do desenvolvimento capitalista durou do final do século XIX até a década de 1950 e compreendeu o período de consolidação da economia urbano-comercial e da primeira transição industrial. Ou seja, para a formação de uma economia capitalista competitiva era necessária a consolidação do mercado capitalista moderno. Para isso,

Este precisava expandir-se em termos de tamanho, de diferenciação e de intensidade financeira, para tornar-se uma fonte de estímulos à constituição de um sistema de produção diretamente vinculado às necessidades sócio-econômicas do setor urbano e às funções de saturação econômica que este devia preencher em relação às unidades escravistas, de trabalho livre ou semilivre e mistas da economia agrária. (FERNANDES, 1987, p. 228).

Na passagem da economia escravista-capitalista para economia urbano-industrial a aristocracia agrária empenhou-se em consolidar e difundir internamente o mercado capitalista moderno para que se pudesse expandir um complexo comercial especificamente capitalista. No que diz respeito ao processo de urbanização, este se deu de maneira bastante seletiva já que havia uma massa de excluídos por causa da inatividade forçada, da escravidão e da pobreza geral (FERNANDES, 1987). Após a abolição da escravidão, os ex-escravos não foram absorvidos pelo mercado de trabalho e ficaram, portanto, a margem da sociedade, sem condições de subsistência. Essa marginalização se deu também por conta do processo migratório que incorporou imigrantes (italianos e japoneses, por exemplo) no mercado de trabalho, pois eram considerados mais capacitados para o trabalho. Quanto a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, esta se deu através da introdução de sua mão de obra nas fábricas (num período de crescimento da maquinaria e do desenvolvimento tecnológico) com carga horária de 18 horas diárias e condições de extrema desvalorização uma vez que seu salário era inferior ao do homem (QUERINO; DOMINGUES; LUZ, 2013). Essas, por sua vez, se configuram em determinações para a discriminação e desigualdade de raça/etnia e de gênero.

A articulação entre a economia urbano-comercial e o sistema de produção escravista, segundo Fernandes (1987, p. 228-229), “[...] se mostra uma fonte de ganhos reais para o setor novo, que se pode expandir em bases capitalistas graças principalmente à persistência do escravismo e à liberdade que o senhor desfrutava de transformar a expropriação do escravo em base material do crescimento urbano-comercial.”

Para a expansão do setor urbano-comercial foi fundamental o esquema comercial de importação e exportação do país, o que tornou o Brasil atraente aos países que disputavam a “partilha do mundo”. Sendo assim, os recursos e potencialidades do Brasil atraíram nações como a Inglaterra, Alemanha e França, de modo que elas passaram a disputar pela construção de uma economia capitalista dependente nos trópicos. Com isso, “[...] se desencadeia uma reorganização da infra-estrutura da nossa economia que transcende, de imediato, aos incentivos diretos do mercado interno (em termos da produção para o exterior e de sua própria intensidade.” (FERNANDES, 1987, p. 232). Isto posto, há, portanto, uma conexão estrutural e dinâmica entre o mercado das nações capitalistas hegemônicas e o desenvolvimento econômico interno, ou seja, uma articulação de uma economia periférica as economias centrais. Assim, tem-se uma

transformação capitalista que “[...] representa o modo pelo qual se pode praticar o capitalismo competitivo na periferia.” (FERNANDES, 1987, p. 237-238).

Com a implantação de uma nova infraestrutura para o mercado capitalista moderno houve uma diferenciação e expansão da agricultura, do comércio e da produção manufatureira. Consequentemente houve um impacto na economia e na produção artesanal, uma vez que esta foi substituída pela impulsão da produção manufatureira e à industrialização, que estimulou a constituição interna de um sistema de produção verdadeiramente capitalista que se instituiu, no início, no setor urbano-comercial e depois se propagou lentamente e de forma descontínua para o setor arcaico. Assim, tem-se primeiro o aparecimento dos traços inerentes ao capitalismo comercial, no contexto brasileiro, que, com o tempo, e um certo nível de concentração, se converte em capitalismo industrial (FERNANDES, 1987).

Especialmente no setor urbano-comercial, onde a intensidade do processo é marcante, contínua e relativamente rápida, o mercado irrompe como uma força revolucionária, que desagrega a ordem escravista preexistente, com a rígida bipolarização que ela instituíra nas relações de poder, e engendra uma formação societária nova, fundada em relações competitivas (FERNANDES, 1987).

Assim sendo, se estabelece uma “crise do antigo regime”, a qual apresenta uma nova mentalidade social, política e econômica, de modo que fizeram surgir questionamentos acerca dos excessos dos senhores e processos de luta pela abolição da escravidão, através de greves e pressão política contra os abusos da dominação oligárquica. É o que Fernandes (1987, p. 239) denomina, “[...] advento da ‘democracia burguesa’. É nesse quadro amplo, que se estende à crise de 1929 e à Revolução de 1930, que se esbatem os efeitos sociais construtivos, desencadeados pela metamorfose do mercado, sob a consolidação do capitalismo competitivo.”

É importante assinalar que à medida que essa economia competitiva se expandiu e se fortaleceu, no Brasil, os ditames da relação de dependência também se intensificaram e se redefiniram, o que torna, conforme Fernandes (1987, p. 240) “impossível o desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado.”

[...] a estrutura da economia mundial na primeira fase do capitalismo tardio difere em várias características importantes de sua estrutura na era do imperialismo clássico, mas reproduz, e até mesmo reforça, as diferenças nos níveis de produtividade, renda e prosperidade entre os países imperialistas e os subdesenvolvidos. A participação destes

últimos no comércio mundial declina – em vez de aumentar ou permanecer constante – e o declínio é rápido. A totalidade das transferências públicas e privadas de capital dos países metropolitanos não consegue acompanhar o ritmo do escoamento de valores na direção oposta, e os países do chamado Terceiro Mundo sofrem, conseqüentemente, um empobrecimento relativo em suas transações com os países imperialistas. É óbvio que esse empobrecimento não pode ser acompanhado por uma participação crescente no comércio mundial, isto é, por uma porção crescente do poder de compra internacional. (MANDEL, 1982, p. 45-46).

A articulação da economia capitalista competitiva dependente se deu de duas formas: internamente com a articulação entre o setor moderno (ou urbano-comercial) e o setor arcaico; e externamente com a articulação das economias capitalistas centrais e o complexo econômico agrário-exportador (FERNANDES, 1987). Nessa relação,

Aceita-se, como “natural”, que o setor agrário em modernização continuasse vastamente arcaico, onde e como isso se mostrasse funcional à acumulação originária de capital. Doutro lado, também se aceita como “natural” que a articulação as economias centrais, além de persistir, se aprofundasse, sob a presunção de que aí estaria ou a “melhor” ou a “única” saída para industrialização e a concomitante aceleração do desenvolvimento econômico interno (FERNANDES, 1987, p. 242).

É nessa dupla articulação, supramencionada, que o capitalismo competitivo alcança seu apogeu. Esse foi marcado pelo segundo surto industrial que afetou a produção de bens de produção pela inserção do capitalismo no campo e pela associação entre o capital financeiro e as oligarquias agrárias. Essa associação, por sua vez, atende a interesses financeiros estrangeiros e nacionais, e busca por condições melhores de autoproteção do produtor e da comercialização de produtos (FERNANDES, 1987).

Isto posto, Mandel (1982, p. 37) afirma que

Na era clássica do imperialismo, entretanto, passou a existir uma aliança social e política a longo prazo entre o imperialismo e as oligarquias locais, que congelou as relações pré-capitalistas de produção no campo. Esse fato limitou de forma decisiva a extensão do “mercado interno”, e assim novamente tolheu a industrialização cumulativa do país, ou dirigiu para canais não industriais os processos de acumulação primitiva que, apesar de tudo, se manifestaram.

A terceira fase se inicia no fim da década de 1950 e se torna de caráter estrutural após a “Revolução de 1964”. Essa fase, “se caracteriza pela reorganização do mercado e

do sistema de produção, através de operações comerciais, financeiras e industriais da ‘grande corporação’ (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista).” (FERNANDES, 1987, p. 225).

Nos países periféricos o processo de transição do capitalismo competitivo para o monopolista foi mais complexo do que nos países centrais, pois o padrão de desenvolvimento que se estabeleceu exigiu altos índices de concentração demográfica nas cidades-chaves e no mundo urbano-industrial e urbano-comercial; de renda *per capita*; de padrão de vida; de capital incorporado ou incorporável ao mercado financeiro; de modernização tecnológica; de estabilidade política e de “[...] controle efetivo do poder do Estado pela burguesia nativa.” (FERNANDES, 1987, p. 252).

No que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo monopolista em nível mundial é importante salientar que as nações periféricas serviram como fonte de matérias-primas essenciais para o desenvolvimento econômico sendo, portanto, responsáveis por boa parte do crescimento, funcionamento e estrutura das economias centrais. Com isso, a periferia passou por mudanças que possibilitaram que os países periféricos se tornassem um mercado atrativo e uma boa área de investimentos, além de mudar consideravelmente as relações entre as economias periféricas e as grandes corporações (FERNANDES, 1987). Segundo Mandel (1982, p. 38) “A dominação do capital estrangeiro sobre os processos de acumulação de capital nos países subdesenvolvidos resultou num desenvolvimento econômico que [...] tornou esses países complementares ao desenvolvimento da economia dos países metropolitanos imperialistas.”.

O capitalismo monopolista teve como grande objetivo aumentar os lucros capitalistas por meio do controle de mercados. Assim,

Essa organização – na qual o sistema bancário e creditício tem o seu papel econômico-financeiro substantivamente redimensionado – comporta níveis e formas diferenciados que vão desde o “acordo de cavalheiros” à fusão de empresas, passando pelo *pool*, o cartel e o truste. Na prossecução da sua finalidade central, a organização monopólica introduz na dinâmica da economia capitalista um leque de fenômenos que deve ser sumariado: a) os preços das mercadorias (e serviços) produzidas pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; b) as taxas de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; c) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa *média* de lucro (Mandel, 1969, 3: 99-103) e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão aos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil [...]; e) cresce a tendência a economizar trabalho “vivo”, com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado – o que, por outra parte, diminui os lucros adicionais

dos monopólios e aumenta o contingente de consumidores improdutivos (contrarrestando, pois, a tendência ao subconsumo). (NETTO, 2005, p. 16-17, grifos do autor).

No plano político o que se constatou foi uma espécie de “segunda partilha do mundo”, pois o processo de neocolonização, típico do capitalismo monopolista, se fez presente nesse desenvolvimento capitalista. Diante de um cenário de revoluções socialistas, o controle das periferias passa a ser ainda mais importante para o “mundo capitalista”, pois as economias centrais precisavam de matérias-primas e seus dinamismos econômicos e “[...] porque nela se achava o último espaço disponível para a expansão do capitalismo. Onde a oportunidade não fosse aproveitada ou fosse perdida, a alternativa seria o alargamento das fronteiras do ‘mundo socialista’ e novas transições para o socialismo.” (FERNANDES, 1987, p. 253).

A partir da década de 1950, a economia brasileira deixa de servir apenas como impulsionadora do crescimento do capitalismo monopolista de fora e passa a também colher frutos dessa associação de modo a incorporar também esse crescimento.

De um lado, a “decisão externa” de converter o Brasil numa economia monopolista dependente repousa em dois fatores diversos: a disposição das economias centrais e da comunidade internacional de negócios de alocar no Brasil um volume de recursos suficientes para deslocar os rumos da revolução econômica em processo; e no deslocamento empresarial envolvido por essa disposição, que iria implantar dentro do país o esquema de organização e de crescimento econômicos intrínsecos à grande corporação. De outro lado a “decisão interna” de levar a cabo a referida transformação capitalista, tão temida por muitos povos de economia competitiva dependente e subdesenvolvida. (FERNANDES, 1987, p. 256).

No que se refere a decisão interna é necessário pontuar que ela não se justificou apenas por motivações econômicas. Há nesse interim complexas relações políticas uma vez que a transição do Brasil para uma economia monopolista dependente não resolveria todos os problemas do país, herdados do período neocolonial. Além disso, há de se ater ao fato de que essa transição também não solucionaria as desvantagens de uma economia dependente e da brusca elevação da interferência estrangeira. Sendo assim,

Os interesses econômicos equacionados são interesses de classe, que não afetam indivíduos ou grupos isolados, mas o modo pelo qual os estratos dominantes das classes média e alta percebem o “destino do capitalismo” no Brasil. Como se viram bloqueados pelo impasse do capitalismo competitivo dependente e subdesenvolvido, tentaram uma

nova saída, mantendo as demais condições e introduzindo alterações no controle político da ordem, que permitissem dar visibilidade à saída escolhida. A verdadeira dificuldade foi escamoteada. Ignorou-se que ela não estava nos padrões alternativos de desenvolvimento capitalista, mas na dupla articulação. Mantida esta, o novo padrão de desenvolvimento capitalista terá de gerar, em termos estruturais, funcionais e históricos, novas modalidades de dependência em relação às economias centrais e novas formas relativas de subdesenvolvimento; e não como algo transitório, mas permanente. (FERNANDES, 1987, p. 259-260).

O papel do Estado, frente a esse processo transitório, foi adotar o modelo da grande corporação capitalista, de modo a adaptar o país econômica e politicamente aos requisitos estruturais e dinâmicos do capitalismo monopolista. Para isso, se fortaleceu junto à iniciativa privada a fim de exercer um papel de elo ao florescimento das grandes corporações privadas e do capitalismo monopolista no Brasil. Assim sendo, formou-se o que Fernandes (1987, p. 261) chamou de “capitalismo de Estado”, o qual servia apenas aos interesses privados e “Ao lograr o controle completo da máquina estatal, colocaram-na a serviço da revolução econômica requerida pela ‘captação da poupança externa’ e pela ‘internacionalização’ da economia brasileira, sob o capitalismo monopolista.”. Assim, pode-se afirmar que o Estado agia de acordo com os interesses sociais, ou políticos das classes ou as orientações econômicas que o controlavam e o constituíam. Isto posto, a intervenção estatal objetivava garantir os superlucros dos monopólios e para isso tinha como funções:

[...] a sua inserção como empresário nos setores básicos não rentáveis (nomeadamente aqueles que fornecem aos monopólios, a baixo custo, energia e matérias-primas fundamentais), a assunção do controle de empresas capitalistas em dificuldades (trata-se, aqui, da socialização das perdas, a que frequentemente se segue, quando superadas as dificuldades, a reprivatização), a entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado, [...] às encomendas/compras do Estado aos grupos monopolistas, assegurando aos capitais excedentes possibilidades de valorização [...], investimentos públicos em meios de transporte e infraestrutura, a preparação institucional da força de trabalho requerida pelos monopólios e, [...] os gastos com investigação e pesquisa. (NETTO, 2005, p. 21-22).

O capitalismo monopolista no Brasil não eclodiu através da destruição de estruturas arcaicas ou obsoletas, pelo contrário, o que houve foi uma combinação entre moderno e arcaico. “Para Florestan, seria justamente a presença de elementos

‘anticapitalistas’ e ‘semicapitalistas’ que produziria funcionalidade ao capitalismo nas áreas dependentes; o ‘arcaico’ não seria antípoda do ‘moderno’, e sim seu complemento histórico e socialmente necessário.” (DEMIER, 2007, p. 83).

Na transição para o capitalismo monopolista ocorre uma imposição de tendências de concentração de riqueza que, ao contrário desse momento, não são transitórias. Essas tendências por sua vez contribuem para preservar e agravar os fatores internos que tornam a articulação das economias desiguais.

No que concerne ao significado da irrupção do capitalismo monopolista para as classes antagônicas à dominação burguesa encontramos-nos em uma posição paradoxal. As condições de transição [...] fizeram com que a “compressão política” se tornasse, a um tempo, extremamente dura e sistemática. A tal ponto que o espaço político, inerente à ordem legal existente, só continuou aberto, democrático e flexível para os membros e as elites das classes dominantes *que se identificassem* com os propósitos econômicos, sociais e políticos que polarizavam e dinamizavam, de modo consciente, agressivo e violento, a dominação burguesa na fase de transição [...]. (FERNANDES, 1987, p. 274, grifos do autor).

Dentre as mudanças do desenvolvimento capitalista no Brasil está a transformação da base econômica de organização das classes sociais em suas relações conflituosas, haja vista que esse desenvolvimento aprofundou e ampliou as desigualdades sociais, políticas e econômicas preexistentes. Sendo assim, as classes dominantes tiraram vantagens diretas e indiretas das transformações ocorridas. Por outro lado, Fernandes (1987, p. 279, grifo do autor) afirma que “[...] o *povo* muda de configuração estrutural e histórica, e o proletariado adquire um novo peso econômico, social e político dentro da sociedade brasileira.” Com isso, tem-se mudanças consideráveis no que diz respeito à consciência de classe, da luta de classes e da solidariedade das classes operárias.

Em suma, o desenvolvimento capitalista no Brasil se deu de maneira gradual, regido pela lei do desenvolvimento desigual e combinado visto que conciliou, na sua expansão, técnicas modernas e arcaicas. Com isso, tem-se também desdobramentos de cunho social, político e econômico, anteriormente mencionados, que se fazem importantes para apreender as condições sócio históricas do Brasil em sua totalidade e também no que diz respeito à desvalorização profissional do(a) assistente social visto que é imprescindível conhecer as particularidades de um país para compreender melhor de que maneira uma profissão se institucionaliza, se desenvolve e, por conseguinte, as dificuldades que enfrenta. Essas particularidades, por sua vez, refletem no modo como a

sociedade e a categoria profissional se organiza e reivindica por melhores condições de trabalho e de vida.

1.3 Patriarcado: significado, surgimento e seus desdobramentos

O conceito de patriarcado pode variar a depender das diferentes interpretações possíveis, além do que existe uma discussão acerca do uso ou não do termo patriarcado. Autoras como Mary G. Castro e Lena Lavinias entendem o conceito de forma adjetiva sendo ele referente a família patriarcal ou a ideologia proletária e patriarcal, e, de acordo com o defendido por Weber, esse entendimento se remete ao seu conceito de patriarcalismo, o qual se trata de “[...] um tipo de dominação em que o senhor é a lei e cujo domínio está referido ao espaço das comunidades domésticas ou formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição.” (CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 237).

Em contrapartida há também autoras como Saffioti, a qual corroboramos com seu pensamento nesse estudo, que não concordam com Weber, pois acreditam que se pode fazer uma formulação mais abrangente e mais próxima a complexidade das relações e instituições. A partir do entendimento do patriarcado como um sistema dominação dos homens sob as mulheres pode-se afirmar que ele compõe a dinâmica social como um todo tanto na esfera familiar como no âmbito trabalhista, na mídia e na política, e, estando também no inconsciente dos homens e mulheres, individual e coletivamente (MORGANTE; NADER, 2014).

Além das concepções distintas sobre o termo patriarcado, também existe uma discussão acerca do uso de patriarcalismo como uma espécie de sinônimo, pois de acordo com Lobo, esse termo dá o entendimento de início da divisão sexual do trabalho e dos fundamentos materiais da sociedade, e de que “[...] as relações sociais organizam as divisões da sociedade, e a divisão sexual do trabalho é um *locus* fundamental das relações entre os sexos.” (LOBO, 1992, p. 259). Sendo assim, a autora afirma que esse conceito pressupõe uma determinação estrutural de modo a não considerar as relações históricas e construções culturais da divisão sexual do trabalho, e propõe a utilização do termo gênero tratando-o, em uma das maneiras, como a divisão sexual do trabalho, de modo a considerar que essa perspectiva é consequência de uma estrutura patriarcal determinante (MORGANTE; NADER, 2014).

Já para Saffioti (1992), o feminismo marxista encontra-se dividido entre aqueles que defendem a subordinação do patriarcado ao sistema capitalista e aqueles que usam o conceito de patriarcado apenas como forma de ideologia, de acordo com o sentido adjetivo do termo como supracitado. Além disso, tentou-se reconceitualizar e repensar conceitos da teoria marxista, como o trabalho produtivo e reprodutivo, a divisão social do trabalho, e também o conceito de produção, para pensar as condições material e social das mulheres na sociedade de classes (OPPEN, 2018).

No caso de Pateman (1993), o conceito se relaciona estritamente ao pressuposto das relações sociais patriarcais referente a família e ao governo do pai, e, assim, a família é entendida como sinônimo de origem da vida. Além disso, entendemos que a gênese da civilização se deu com o surgimento da família patriarcal. É por esse sentido, de que o patriarcado seria uma estrutura imutável, definitiva, universal e a-histórica, que a autora Lobo (1992) critica o uso do termo patriarcado, e defende que “O conceito de patriarcado deve ser utilizado na forma substantiva, como um sistema de dominação e exploração das mulheres, muito bem situado historicamente e geograficamente.”. (MORGANTE; NADER, 2014, n.p.).

Ainda há autoras, como Machado (2000), que não concordam com o significado do termo, porém não são contra a sua utilização, contanto que seja usado como patriarcado contemporâneo numa perspectiva de não essencialismo e de modo a considerar as mudanças ocorridas na sociedade, porém alerta que o uso desse termo, mesmo que contemporâneo, dá um sentido totalizador que não aborda as transformações das relações de gênero do mundo moderno. Há de se destacar que essa autora organiza seu pensamento em disformidade com a matriz conceitual weberiana na qual o conceito de patriarcalismo se refere a dominação exercida por um indivíduo em uma comunidade econômica ou familiar. Sobre este vale lembrar que, segundo Saffioti (1992, p. 194), “a teoria weberiana é constituída por conceitos genéticos fechados, que não admitem nem multivocidade, nem matizes. O termo patriarcado, contudo, não constitui propriedade da teoria weberiana ou de filiação weberiana”, e que pode ser utilizado na contemporaneidade desde que seja bem precisado. Diante disso, Machado (2000), em suas análises das relações de gênero, utiliza o termo dominação masculina ao invés de patriarcado.

Em suma, apesar das discordâncias a respeito do uso do termo patriarcado, patriarcalismo e patriarcal, não se deve abandonar o uso de tais termos, pois analisar as relações de gênero contemporâneas sob tal ótica ainda é frutífero, desde que tenha como

base o patriarcado moderno e se afastem de análises que compreendam o patriarcado em seu sentido literal como governo do pai ou de direito paterno, e da apreensão de forma adjetiva weberiana. Desse modo, Pateman (1993, p. 40) afirma que “é urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado. Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada.”.

A ausência da formulação do conceito de patriarcado e a fuga de uma precisão teórica para os marxistas não se encaixa em feminismo e nem em um progressismo, pois se configura em obstáculo para a luta, um nível de ideologia dominante e do impressionismo. Segundo Oppen (2018, p. 177) “Não podemos fazer do nosso caráter de exploradas, oprimidas, subalternas e dominadas uma virtude e um refúgio para fugir dos debates teóricos e políticos que nos são apresentados na hora de lutar e nos organizarmos.”. Desse modo, o que se tem em comum entre as formulações do conceito de patriarcado é que elas explicam a existência das desigualdades entre homens e mulheres, e a existência de uma hierarquização em relações de dominação, opressão e subordinação das mulheres pelos homens.

Não sendo uma instituição natural ou eterna, o patriarcado constitui-se em uma base material marcada pela superioridade do homem sob a mulher, através do poder e de privilégios que aquele exerce sob esta, além de colocar a mulher em posição de submissão. Ademais, o patriarcado configura-se em um dos complexos ideológicos que se desenvolveu em milhares de anos, por distintas razões, baseadas nos interesses dos grupos ao longo da história. Em decorrência da submissão aos homens, as mulheres são inferiorizadas e oprimidas de modo a perpetuar uma dominação masculina que dita o lugar que a mulher ocupa na sociedade. Segundo Delphy (2009) o significado da palavra patriarcado parte da combinação do grego *pater* (pai) e *archie* (comando) e entende seu conceito como sistema de exploração do trabalho reprodutivo das mulheres, no entanto, Pateman (1993) atenta para o fato de que a dominação na relação homem e mulher é anterior e fundamental, enquanto o direito paterno possui uma dimensão de poder posterior. Em decorrência disso, há uma hierarquização da autoridade masculina na sociedade entre as relações de sexo que as caracterizam. Importante ressaltar que, uma vez que o patriarcado é determinado socialmente, ele é anterior ao capitalismo e ganha nestes novos princípios e valores decorrentes da apropriação do capital. Assim, segundo Saffioti (2000), o patriarcado possui mais de 6.500 anos sendo, portanto, relativamente novo haja vista que a humanidade possui cerca de 250.000 anos. Autoras como D’eaubonne (1977) afirmam que a origem do patriarcado está fundamentada em duas

importantes descobertas: “o conhecimento de que o homem participava no processo da fecundação, gerando novos seres humanos e o controle da fertilidade do solo com equipamentos e técnicas agrícolas” (GOMES, 2019, p. 3). Antes de tais constatações havia uma igualdade entre os sexos e a mulher era considerada importante uma vez que era a responsável por gerar vida e perpetuar a espécie, além de participar de atividades de pesca e caça, e ser considerada um ser mágico que representava o feminino como algo divino e responsável pela fertilidade. Outra descoberta importante, de acordo com ossadas encontradas correspondentes ao período paleolítico, é que não havia diferença considerável na estatura ou força física entre homens e mulheres. Sendo, portanto, por conta da divisão das atividades, de acordo com critérios sexuais, que essa diferença surgiu, junto com o patriarcado.

Em contrapartida, estudos como os realizados pelo estudioso Engels defendem que, nas comunidades primitivas, as mulheres possuíam centralidade haja vista que a preponderância da mãe no que diz respeito a sucessão familiar era da mulher, período em que segundo o autor, se viveu o matriarcado. No entanto, diante da ausência de comprovação da existência de registros históricos de supremacia feminina ou opressão masculina, estudiosas feministas refutam esses estudos. Apesar de discordarem do que fora demonstrado em estudos como os de Engels, afirmam a importância que descobertas feitas pelas mulheres, como a agricultura, representaram para o desenvolvimento humano. Assim, D’eaubonne (1977) afirma que tal descoberta foi na verdade apropriada, o que explica a ausência do reconhecimento da invenção feminina, e aperfeiçoada pelos homens, de modo a possibilitar a produção excedente e o surgimento da propriedade privada, processo esse explicitado anteriormente (GOMES, 2019).

Esse processo trouxe transformações consideráveis e dentre suas consequências tem-se a projeção de novas relações sociais, acompanhada da descoberta de que o homem também é, juntamente a mulher, responsável pela geração da vida, de modo a atribuir ao homem papel primordial e decisivo na reprodução da espécie e contribuir para a conformação de sistemas de poder masculino, como o patriarcado. Esse, no entanto, não se instalou rapidamente e encontrou resistência por parte das mulheres, porém, com o surgimento de grandes civilizações, o patriarcado se fortaleceu por meio da instituição da família e da noção de herança, ancorado também na posse de terras, técnicas agrícolas e sua responsabilidade na geração da vida humana. Com isso, a mulher, que era considerada ser místico e de grande importância, perde o *status* e poder que possuía além de ser destituída das atividades anteriormente realizadas e agora ser requisitada em funções

meramente reprodutoras para contribuir na perpetuação da linhagem (GOMES, 2019). Desse modo, tem-se o sistema patriarcal de origem ligada a apropriação do corpo feminino como uma propriedade e que explora e se apropria da mulher, a partir da criação de “[...] sistemas simbólicos que inferiorizam socialmente as mulheres” (SAFFIOTI, 2000, p. 72). Tal exploração é possível também graças ao poder político que o homem garante uma autoridade pura e simplesmente pelo fato de nascer homem.

A mulher passa a ser propriedade do homem através do casamento uma vez que este é uma espécie de contrato em que, segundo Saffioti (2009, p. 29), para ser “capaz de estabelecer relações igualitárias, ter-se-ia que dar entre indivíduos. Ora, não é isto que ocorre, pois ele une um indivíduo [homem] a uma subordinada [mulher].”. Nesse sentido a mulher passa a ser tratada como coisa uma vez que é apropriada tanto materialmente como mentalmente. Assim, percebemos como na verdade a opressão na qual a mulher está submetida não é natural, sendo a inferioridade feminina social e historicamente construída. Na tentativa de justificar uma naturalização desse desenho de relações sociais, foram postas ao esquecimento os grandes feitos da mulher, ou seja, não há registros da ação feminina no desenvolvimento da humanidade de modo a menosprezar e ocultar a mulher da produção material e simbólica de muitas sociedades (GOMES, 2019).

Como supracitado, o patriarcado é anterior ao capitalismo, porém ele ganhou força a partir da instauração do sistema capitalista haja vista que “[...] as mulheres, vistas como menos capazes, frágeis e sensíveis, tornam-se uma das bases da preservação deste sistema, a partir do seu trabalho não remunerado e/ou mal pago.” (GOMES, 2019, p. 12). Aqui se nota ainda uma diferenciação de como a divisão sexual do trabalho atuava na vida das mulheres. Enquanto as mulheres da burguesia tiveram seus matrimônios arranjados e sua liberdade restringida, a mulher proletária tinha que vender sua força de trabalho num mercado excludente com salários muito inferiores se comparado aos dos homens. Além disso, com o surgimento da propriedade privada, as mulheres foram, em sua maioria, expulsas do campo e tiveram que migrar para a cidade e passaram a viver na miséria. Com isso, ficou para as mulheres a função do trabalho doméstico e reprodutivo e que não eram efetivamente considerado trabalho (GOMES, 2019). Autoras como Kergoat afirmam que se pode falar de um capitalismo patriarcal visto que “[...] patriarcado e capitalismo se combinam e exploram dominando e dominam explorando”. (KERGOAT, 1978 apud HIRATA, 2018, p. 16).

1.4 Divisão sexual do trabalho

Ao longo do desenvolvimento histórico, a mulher assumiu distintos papéis em diferentes contextos sociais, sendo comum à maioria deles a sua vinculação com a esfera da reprodução, no âmbito privado. Esta realidade, socialmente construída, foi moldada a partir de uma divisão sexual do trabalho da qual decorre a relação desigual de gênero, em que o homem assumiu o papel de provedor, relacionado à esfera pública, ao poder e ao prestígio, enquanto a mulher foi responsabilizada pelos cuidados ao marido e aos filhos, além dos afazeres domésticos, sem reconhecimento e sem visibilidade. Essa divisão é regida por dois princípios importantes: o de separação em que o trabalho é dividido em trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o hierárquico em que o trabalho do homem possui mais valor social que o trabalho da mulher (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Nessa direção, existem várias perspectivas teóricas, resguardadas as suas particularidades, que apontam para a existência do patriarcalismo que, segundo Coelho *et al.* (2014, p. 472), pautada nas discussões de Saffioti (2004), se constitui em “[...] uma relação de dominação subjetiva, onde os homens são considerados superiores, na condição de poder dominar as mulheres [...]”. Para elas, portanto, coube um papel secundário na sociedade sem desfrutar dos mesmos direitos que os homens, a exemplo de direitos políticos, como votarem e serem votadas.

O termo gênero é mais abrangente do que o termo sexo, uma vez que enquanto o segundo está restrito ao sentido biológico, o primeiro se refere a uma construção histórica, cultural, política, econômica e social. Campos e Teixeira (2010, p. 21) argumentam que o gênero é uma construção que apresenta como característica principal a desigual distribuição de poder, na qual “[...] as sociedades elaboram de maneira diferenciada, social, econômica e culturalmente determinada, um conjunto de normas, valores, costumes e práticas que definem modos de ser, atitudes e comportamentos próprios a homens e mulheres”. Desse modo, é evidente que as relações sociais de gênero estão em constante movimento e modificam-se de acordo com o tempo e o espaço, de modo que acompanham o movimento da sociabilidade, sendo esta transformada ao longo dos anos. Nesse sentido, tais relações se modificam de acordo com as mudanças no funcionamento da sociedade, porém é preciso compreender que elas se encontram imersas no patriarcado: sistema de dominação no qual as relações entre o homem e a mulher são desiguais. Isto porque supostamente o homem possui superioridade sobre a mulher, uma vez que esta fica subordinada àquela, sobretudo, numa diferenciação entre suas funções sociais que

configura o fenômeno histórico definido como divisão sexual do trabalho. Com isso, a ideia de ser mulher, de seus atributos e afazeres passa a estar ligada aos afazeres domésticos, cuidado e educação dos filhos, e a obediência ao marido. Dessa forma, se “[...] preconizava um destino natural para a mulher: ser mãe e esposa, mantendo o conceito de família como instituição básica e universal” (NOGUEIRA, 2010, p. 59).

No que se refere à sociedade atual, desde a instauração do modo de produção capitalista, a mulher passou a ser vítima de outro sistema de exploração, o capitalismo – o qual também recai sobre o homem –, que perpetuou e introduziu em seus interesses os princípios patriarcais que incorporaram fortes implicações na reprodução da força do trabalho de modo a formular uma divisão socio sexual do trabalho, em que,

a relação capital/trabalho como uma relação histórica concreta pode ser vista de forma a incorporar uma hierarquia de gêneros, expressa em categorias como - qualificação, responsabilidade, controle - que de fato não são neutras a sexo, como também não são neutras as classes. (PENA, 1981 apud NOGUEIRA, 2010, p. 59).

Sob a ótica da divisão sexual do trabalho, a estruturação da família tipicamente patriarcal exerce considerável papel na separação de funções masculinas e femininas ao longo do curso histórico, uma vez que nessa configuração familiar os afazeres domésticos e principalmente os referentes ao cuidado, são importantes atividades para a manutenção da família, consideradas atribuições da mulher. Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2007, p. 599) afirmam que a divisão sexual do trabalho é “[...] um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”, já que aos homens são designadas funções na esfera produtiva, a qual possui maior valor social, e as mulheres na esfera reprodutiva que garante a perpetuação da força de trabalho e, conseqüentemente, das relações sociais. Tais aspectos têm um rebatimento na discriminação salarial para as profissões onde a maioria é de mulher, como por exemplo, o Serviço Social. No que diz respeito à divisão social do trabalho, tal desigualdade contribui para o aumento da mais-valia dado que, nessa distribuição de papéis, a mulher trabalha no âmbito privado/domiciliar sem remuneração e contribui para garantia das condições de reprodução da força de trabalho masculina à medida que é responsabilizada pelo cuidado do lar e dos filhos, enquanto o homem preocupa-se apenas com o provimento econômico da família. (SIQUEIRA; FERREIRA; SILVA, 2018). Assim sendo, vê-se que na sociedade capitalista, além da exploração e da opressão imposta ao trabalhador, imprime-se também à mulher uma

posição secundária, visto que o homem historicamente se constituiu como elemento central da sociedade.

A divisão sexual do trabalho caracteriza-se também por uma plasticidade que faz com que a clivagem de papéis sociais seja mutável (HIRATA; KERGOAT, 2007), sobretudo, frente às transformações da sociedade, e com o desenvolvimento do capitalismo não foi diferente. A partir da Revolução Industrial, irrompida primeiro na Grã-Bretanha, os homens vivenciaram uma redução em seus salários que, em muitos casos, resultou na insuficiência de provimento da subsistência da família. Em decorrência disso, e do aumento da demanda por mão-de-obra, a esfera pública e produtiva, anteriormente restrita aos homens, integrou a força de trabalho feminina de modo que, a partir desse cenário, além das funções no seio familiar, a mulher tornou-se também provedora complementar e, em muitos casos, provedora principal.

As mulheres, assim como as crianças, foram incorporadas no mercado de trabalho por duas razões. Por um lado era interessante para os industriais substituir o trabalho do homem adulto já que pagavam àquelas um valor inferior ao deste, e por outro lado, os salários dos homens que continuavam empregados caíram e se tornaram muito baixos, de tal maneira que as mulheres tiveram que complementar a renda familiar, por isso adentraram o espaço da fábrica, porém continuaram responsáveis pelos afazeres domésticos, passando a cumprir dupla jornada de trabalho, recebendo salários inferiores aqueles pagos aos homens e assim se sujeitando a uma intensa exploração. (BOTTINI; BATISTA, 2013, n.p.).

No contexto da Primeira Guerra Mundial, as mulheres foram chamadas a substituir o trabalho dos homens no setor primário, secundário e terciário, enquanto eles estavam na guerra, de modo a ocupar espaços industriais e de serviços, e não apenas no campo. Assim, no século XX, as mulheres foram inseridas na força de trabalho mundial, em nível de participação no mercado equiparável ao dos homens. E essa inserção na indústria se deu em diferentes ocupações e na prestação de serviços como na advocacia e na medicina. Dentre os motivos para o aumento da presença feminina no mercado de trabalho brasileiro estão: a consolidação da industrialização e modernização urbana, tornado favorável à incorporação de trabalhadores e trabalhadoras; o aumento das desigualdades sociais e de rendas, levando a necessidade das mulheres de completar a renda familiar; a intensificação do consumo e transformações ideológicas” (SILVA; LEAL, s. d., p. 3).

Alguns números a respeito da presença da mulher no mercado de trabalho importantes a serem mencionados são que, na década de 1970, “[...] a mão de obra feminina se concentrava no setor terciário (69,3%), seguido pelos setores de serviços (38,8 %), atividades sociais (16,1%), indústria de transformação (9,9%), comércio (6%), administração pública (2,6%), outras atividades industriais (0,4%) e outras atividades (4,9%).” (SILVA; LEAL, s. d., p. 3-4). Já em 1980 e 1990, 50% dos empregos femininos concentravam-se no segmento administrativo e em serviços de higiene e auxílio a saúde.

Outro fenômeno importante a ser mencionado, e analisado por estudiosas do tema, é o teto de vidro, termo utilizado para “[...] descrever uma barreira, sutil e transparente, mas que impossibilita a ascensão das mulheres em cargos mais altos da hierarquia organizacional. Afetando as mulheres, independente dos seus avanços individuais, por causa do seu gênero. (SILVA; LEAL, s. d., p. 5). Duas vertentes explicam esse fenômeno: a discriminação em que se prefere um homem com produtividade idêntica à de uma mulher e o da discriminação estatística que se baseia na ideia de que a produtividade do homem seja superior à da mulher.

As atividades baseadas em capital intensivo são reservadas aos homens e as de menor qualificação ou mais otimizadas com maior exploração são ofertadas às mulheres. Diante disso, o capital tem se aproveitado da polivalência ensinada a mulher através da experiência da esfera privada, já que os homens encontram mais dificuldade em ser polivalentes, devido as construções de papéis sociais.

A profissionalização e a inserção da mulher no mercado de trabalho formal favoreceram a concepção de busca pela liberdade, o que possibilitou o início dos movimentos feministas. Todavia, essa mudança no que diz respeito à liberdade não significou que estivessem livres de suas obrigações, historicamente construídas, de cumprir tarefas em relação aos afazeres domésticos.

Diante desses pressupostos e condições para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, percebemos que as mudanças no mundo do trabalho impactam direta e indiretamente a conformação do Serviço Social como profissão, haja vista que esta é considerada de caráter feminino e partilha de condições de trabalho bastante semelhantes.

1.5 Movimentos feministas e suas diferentes perspectivas

Em contrapartida ao sistema de exploração do patriarcado têm-se movimentos revolucionários que surgem para questionar essa ordem vigente. Tais movimentos fazem

parte dos feminismos¹⁸, termo usado no plural por se ramificar em diferentes teorias regidas por diferentes perspectivas como, por exemplo, a adotada nesse estudo: a materialista. Essa teoria entende o trabalho como central para compreender a divisão sexual do poder, do trabalho profissional e do doméstico. Essa corrente marxista também acredita que as relações de classe são sexuadas e as relações de sexo são perpassadas por pontos de vista de classe. Defende-se, portanto, que a exploração e opressão ocorre nos diversos espaços e há uma tentativa de combinar feminismo e marxismo. Assim, “a utilização do *materialismo histórico-dialético* pelo feminismo tem sido fundamental para a construção de uma crítica radical à naturalização das relações sociais em sua totalidade, especialmente para a análise da indissociabilidade das relações de exploração e opressão.” (BARROSO, 2018, p. 23, grifos da autora).

Tanto tendo como base teórica a perspectiva materialista quanto sob outras perspectivas de análise existe também o chamado feminismo negro, o qual compreende que o gênero não é o único fator de opressão das mulheres, pois se relaciona com “[...] as intersecções da raça e do gênero, abordando parcial ou periféricamente a classe ou sexualidade que ‘podem contribuir para estruturar suas experiências (as das mulheres de cor)’.” (CRENSHAW, 1994 apud HIRATA, 2014, p. 62). Esse entendimento faz parte do conceito de interseccionalidade, termo criado pelo feminismo negro, tendo como importante figura Ida B. Wells.

Para estudiosos como Kergoat, a sociedade só pode ser entendida de maneira completa através de três contradições fundamentais: a de gênero, de raça/etnia e de classe¹⁹. Essa intersecção entre essas três categorias se configura no conceito conhecido

¹⁸ “A palavra feminismo tem origem francesa e vem da palavra Femme, que em francês significa mulher. Feminismo pode ser então compreendido como tudo aquilo que diz respeito à emancipação das mulheres. Hoje o feminismo é, entretanto, mais que isto. O feminismo é ao mesmo tempo uma teoria que analisa criticamente o mundo e a situação das mulheres, um movimento social que luta por transformação e uma atitude pessoal diante da vida. Como uma linha de pensamento, ou seja, uma perspectiva teórica, o feminismo procura explicar a situação das mulheres e elabora continuamente a crítica e a denúncia da injustiça da sociedade patriarcal, é uma teoria aberta e em permanente construção. Como atitude, o feminismo é uma postura cotidiana assumida por cada mulher diante da sua própria vida ao não aceitar ser o ‘tipo de mulher’ que a sociedade impõe que ela seja. Em sua dimensão organizativa, o feminismo é a movimentação das mulheres na sociedade para fazer a luta por direitos, por mudanças, por igualdade, por justiça.” (SILVA; CAMURÇA, 2010, p. 12-13).

¹⁹ Compreendemos a importância de integrar o debate de raça para a compreensão das determinações de classe e gênero no entendimento da sociedade, porém diante dos limites dos objetivos dessa pesquisa não foi possível maiores aprofundamentos acerca do assunto. Ao pontuar esse debate uma das intenções foi a de estabelecer vínculos com a desvalorização profissional do Serviço Social e consequentemente com a discriminação salarial que se faz presente nos editais analisados nessa pesquisa.

como interseccionalidade, o qual busca considerar diferentes fontes de identidade, sem a pretensão de que alguma delas se destaque. Sendo assim,

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009 apud HIRATA, 2014, p. 62-63).

Nesse sentido, as categorias raça e etnia são pilares para compreensão da opressão das mulheres. No Brasil, vale ressaltar a criação, em 1978, do Movimento Contra a Discriminação Racial e também do Movimento Negro Unificado, sendo esse último caracterizado por uma organização mista, mas que possibilitou a denúncia de muitas mulheres negras a situações de discriminação, além de dar espaço para críticas ao sexismo no interior das organizações (SILVA, 2019). Além disso, é importante destacar que o feminismo negro faz críticas diretas aqueles movimentos compostos somente por mulheres brancas.

Também ao partir do pressuposto de que o debate de gênero deve incluir a questão de raça, temos o feminismo decolonial latino-americano que pode ser considerado uma das ramificações do movimento de mulheres negras e não brancas. Esse feminismo, por sua vez, defende que é preciso levar em consideração também a herança colonial escravista. Assim, “Pensar um feminismo decolonial latino-americano e brasileiro significa elaborar formas de combater um imaginário racista que considera inferior ao europeu tudo o que é oriundo das comunidades originárias e da cultura afro-brasileira.” (CASTRO, 2020, n. p.).

Já o feminismo liberal, também conhecido como bem-comportado, compreende a luta contra a opressão às mulheres sem alteração na estrutura sócio-política da sociedade, de modo a buscar por direitos individuais e por igualdade sem analisar as contradições inerentes ao sistema, e sem considerar, portanto, as desigualdades sociais. Além disso, percebe-se que “[...] através de seu discurso há uma objetificação/mercantilização dos corpos travestida de liberdade. [Senso assim,] a pauta é que o mercado absorva as mulheres com a mesma igualdade.” (FEDERICI; HUMBELINO, 2019, p. 2).

O feminismo radical se desenvolveu entre 1967 e 1975 e teve como algumas autoras Kate Millett, Shulamith Firestone e Katherine Mackinnon. A luta desse movimento se pautou em uma estratégia política separatista em que um sexo se encontrava contra o outro e tem como principal argumento que as relações de poder não podem ser reduzidas a reflexos ou instrumentos para preservar a exploração econômica que deveriam ter conceitos próprios. Oppen (2018, p. 187) aponta como os três principais elementos das formulações do feminismo radical: “[...] o caráter a-histórico e estruturalista do conceito de patriarcado, a cooptação e inversão do marco marxista de análise [sic] e o individualismo utópico contido no slogan popular do feminismo radical: ‘o pessoal é político.’”, esse slogan por sua vez situa o indivíduo e não o coletivo como o agente e o objetivo estratégico da mudança.

No que diz respeito a trajetória desses movimentos feministas, em sua dimensão macro, temos o movimento sufragista que, no início do final XIX, era caracterizado como conservador, e não desejava alterar as relações de gênero como um complemento para o bom andamento da sociedade (PINTO, 2003). Nos Estados Unidos e na Europa, o movimento feminista ganhou destaque com a luta pelo sufrágio, ou seja, pelo direito ao voto, de modo a marcar a primeira onda do feminismo. No Brasil, essa conquista sufragista se deu em 1932, com o decreto 32.076, o qual estabeleceu o voto feminino e o voto secreto. Na busca por espaço, também na educação, as mulheres conquistaram o direito de exercer a docência, o que fez com que ganhassem visibilidade nos meios jurídicos e acadêmicos. Em meados de 1968, surge uma tendência de movimento considerada “mal-comportada” que defendia o direito a educação, além de abordar sobre sexualidade e divórcio. Ainda sobre essa década, o movimento conhecido como libertário busca espaço para a mulher no trabalho, na educação e na vida pública além de lutar por novas relações entre homens e mulheres, sendo essas livres e autônomas para decidir sobre seu corpo e sua vida.

Ademais, cabe destacar também sobre a existência do movimento anarquista. No Brasil, em pleno clima de ditadura, foi um “[...] momento de repressão total da luta política legal, [que obrigou] os grupos de esquerda a irem para a clandestinidade e partirem para a guerrilha. Foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições [d]o país, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil, na década de 1970.” (PINTO, 2010). Nesse período, podemos destacar como marco importante o Ano Internacional da Mulher, em 1975, intitulado de “O papel e o

comportamento da mulher na realidade brasileira” (PINTO, 2003. 239). Esse feminismo brasileiro, por sua vez, desenvolveu-se no interior da esquerda militante.

Já na década de 1980, o crescimento do movimento feminista no Brasil conquistou alianças com ativistas europeias para a luta contra a ditadura, direitos das mulheres e também da implantação do socialismo. Esse também foi um momento importante pois o movimento feminista juntou-se a outros movimentos de redemocratização do regime político brasileiro que trouxeram novas pautas como a violência, orientação sexual, igualdade no casamento, direito a terra etc. Além disso, surgiram grupos feministas temáticos, e um deles desenvolveu-se e gerou o feminismo acadêmico. Nesse momento houve a implantação do Programa Integral de Saúde da Mulher (PAISM) e com a Constituição Federal de 1988 houve a consolidação e formalização da Equidade de gênero, o que não garantiu que os direitos conquistados fossem postos em prática. Na década de 1990 tem-se dois cenários importantes: a dissociação entre pensamento feminista e movimento; e a profissionalização do movimento através de um grande número de ONG's (Organizações Não-Governamentais). Exemplos dessas são o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CCFMEA); a Gênero, Cidadania e desenvolvimento (AGENDE); e a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (PINTO, 2003). Nos anos 2000 temos como importante marco, principalmente no combate à violência doméstica, a lei 13.340, de 2006 (MENDES, VAZ, CARVALHO, 2015) e “[...] duas Conferências Nacionais para a Política da Mulher, ocorridas em 2005 e 2007, que mobilizaram mais de 3 000 mulheres e produziram alentados documentos de análise sobre a situação da mulher no Brasil” (PINTO, 2010, p. 17). No entanto, ainda existem barreiras graves para serem derrubadas pelo movimento, a exemplo da luta pela descriminalização do aborto, entendendo-o como um problema de saúde pública; contra o assédio sexual; e pela representatividade das mulheres na política, a qual é muito baixa, uma vez que “Um país em que as mulheres representam mais de 51% dos eleitores, mas menos de 10% dos legisladores, necessita de uma reforma política que garanta ao menos a paridade entre homens e mulheres no Congresso.”. (SANDENBERG, 2010 apud MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015, p. 96). É importante ressaltar que os movimentos feministas nos primeiros anos eram compostos por grupos de mulheres brancas e de classe média. Mas hoje são compostos por diferentes setores da sociedade, o que é possível, entre outras razões, devido a luta pelo empoderamento da mulher.

CAPÍTULO II

SERVIÇO SOCIAL E INSERÇÃO NOS DIFERENTES ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS: transformações na sua trajetória

A inserção do(a) assistente social no mercado de trabalho está envolvida em determinações sócio históricas gerais, anteriormente mencionadas, que se materializam para a categoria profissional como um todo. No entanto, se levarmos em consideração a dinamicidade e particularidades das diferentes esferas da realidade social, além da vasta possibilidade de espaços sócio-ocupacionais de que o(a) assistente social dispõe, fica evidente a necessidade de fazer um resgate histórico para compreender, de maneira geral e também mais singularizada, a constituição de áreas de atuação profissional como assistência social, saúde, previdência social, sociojurídica e educacional, ampliadas principalmente a partir da Constituição de 1988. Além disso se faz necessário apontar determinantes que implicam na desvalorização profissional do(a) assistente social e a discriminação salarial no Serviço Social.

2.1 Análise histórica dos espaços sócio-ocupacionais dos(as) assistentes sociais: da gênese às mudanças na base de recrutamento

O surgimento do Serviço Social é marcado por diversas discussões, as quais perpassam pela defesa de teses acerca da forma com que a profissão se conformou, suas funções, legitimação e modo de ser. Tendo em vista que tal debate é vasto e envolve considerações teórico-metodológicas complexas²⁰, optou-se por tratar sobre o tema diretamente a partir da perspectiva histórico-crítica, a qual entende a gênese do Serviço Social como decorrente “[...] da síntese de *projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à ‘questão social’*” (MONTAÑO, 2009, p. 30, grifos do autor). Sendo assim, é a partir disso que a profissão passa a fazer parte da reprodução das relações sociais e a ter um caráter intrinsecamente contraditório. Ao cumprir um papel

²⁰ Para aprofundamento da temática consultar Montañó (2009).

na ordem econômica, política e social, o Serviço Social passa a ser entendido como um produto histórico das relações sociais.

O momento no qual a profissão se constituiu no Brasil, a década de 1930, era de exploração intensa da classe trabalhadora, numa situação de extrema miserabilidade e condições subumanas de trabalho. Diante disso, os trabalhadores começaram a reivindicar contra a opressão sofrida, através de movimentos operários como os de 1917 a 1921, de modo a se impor a contradição entre capital e trabalho. Nesse ensejo demarca-se, portanto, a conformação da questão social que

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...]. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 84).

Após o final da Primeira Guerra Mundial, com a questão social definitivamente posta, surgem na sociedade algumas obras e instituições que dão base para a estruturação do que ficou conhecido como as protoformas do Serviço Social. Exemplos dessas obras são as desenvolvidas pela Associação das Senhoras Brasileiras (1920) e pela Liga das Senhoras Católicas (1923), instituições essas compostas por membros da grande burguesia e também pela militância feminina. Dado seu conhecimento e contatos, essas instituições conseguiam planejar obras de maior envergadura e eficiência técnica. Além de estar relacionado a princípios e valores emanados do patriarcado onde a mulher ocupava uma posição de hierarquia inferior ao homem, cabendo a mesma funções específicas. Essas ações compõem “[...] uma perspectiva embrionária de *assistência preventiva*, de *apostolado social*, *atender* e *atenuar* determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 177, grifos dos autores).

Apesar dessas obras e instituições terem uma ação assistencial e paternalista, elas foram de extrema importância para o surgimento mais à frente das primeiras escolas de Serviço Social. Configurando a base organizacional do surgimento da profissão tem-se as Obras Sociais e os movimentos de apostolado social, fundamentados nas encíclicas papais, em especial a *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*²¹. Assim, “[...] instituições

²¹ Aprofundamento sobre essas influências podem ser encontradas em Aguiar (1995) e Castro (1993). Inclusive a publicação do Jubileu de Ouro do curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Sergipe,

de caráter caritativo confessional, vinculadas à Igreja Católica e tendo à frente mulheres, surgem para dar respostas [às] demandas” (DUTRA; PATRIARCHA, 2019, p. 4), e então o processo de formação dos primeiros profissionais brasileiros se orientam por conteúdos do ideário da Igreja Católica, com a criação – após um curso intensivo de “formação social para moças” – do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em 1932, que tinha como objetivo promover as ações de filantropia das classes dominantes que estavam sob patrocínio da Igreja, difundir a doutrina e a ação social da Igreja e dinamizar a mobilização do laicato (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). O CEAS era um dos centros operários responsáveis por, de maneira intermediária, servir como campo de observação da sociedade para que as trabalhadoras sociais pudessem aplicar seus estudos teóricos, além de se constituírem em espaços em que se buscava estimular nas jovens mulheres o amor ao lar, a fé viva e esclarecida, o sentimento de dever cumprido, e também espaços de formação das elites que depois iriam intervir na massa operária despertando o espírito de apostolado da classe pela classe. Importante pontuar que o CEAS era composto por mulheres e que possuía em seu ideário que as tarefas educativas e caridosas eram de vocação da mulher. É importante sinalizar que nesse momento o Serviço Social ainda não se constituía em uma profissão. Sendo assim, “[...] essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, *a consciência do posto que cabe a mulher na preservação da ordem moral e social* e o dever de *tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades.*” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 182, grifos dos autores). Tendo isso em vista, a intervenção dessas mulheres era vista como uma responsabilidade feminina de educar, restaurar a família e remodelar os hábitos e costumes que incidem na economia e nas leis do país.

Diante de tais apontamentos, é importante destacar que a associação do Serviço Social com a caridade está intimamente ligada à responsabilidade de executar tais ações ser historicamente da mulher, pois fora dado a ela, naturalmente, a vocação para o cuidado e a educação conforme os preceitos herdados do patriarcado. Destarte, “para o exercício desta profissão eram exigidas características que se remetiam ao fortalecimento da formação moral da sociedade, sendo que tais aptidões eram e ainda são vinculadas à suposta natureza feminina”. (DUTRA; PATRIARCHA, 2019, p. 4).

(UFS) faz menção a influência da igreja na formação profissional. Salientamos que, em 1968, o curso de Serviço Social passou a incorporar a UFS.

O CEAS era orientado para a formação técnica especializada das mulheres para agirem na justiça social e na caridade cristã, além de ser responsável por difundir a doutrina social da Igreja, através de uma intervenção direta junto ao proletariado. Dentre os cursos ensinados estavam os de filosofia, moral, doutrina social, legislação do trabalho, enfermagem de emergência etc. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Dentre outras conquistas desse centro, destacamos aqui a criação, em 1936, da primeira escola de Serviço Social; e, em 1935, do Departamento de Assistência Social do Estado, por meio da Lei 2.417, o qual sofreu alteração de nome para Departamento de Serviço Social, em 1938, e tinha entre suas competências:

a) superintender todo o serviço de assistência e proteção social; b) celebrar, para realizar seu programa, acordos com as instituições particulares de caridade, assistência e ensino profissional; c) harmonizar a ação social do Estado, articulando-a com a dos particulares; d) distribuir subvenções e matricular as instituições particulares realizando seu cadastramento. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 185).

Nesse contexto, Iamamoto e Carvalho (2014) afirmam que a assistência foi a primeira área de intervenção do Estado, e que esse buscou racionalizá-la de modo a reforçar e centralizar sua participação e a regular as iniciativas particulares. Com isso, essas passaram a ficar cada vez mais dependentes e voltadas para as demandas de serviços do Estado e também a cooptação de figuras de destaque nas instituições particulares para compor quadros técnicos e Conselhos Consultivos de instituições estatais. A partir disso, o Estado passou a adotar técnicas e a formação técnica especializada utilizadas por instituições particulares, como o CEAS, haja vista que a demanda aumentou e o Estado assumiu parte da responsabilidade à medida que passou a regulamentar, a incentivar e a institucionalizar progressivamente a transformação em profissão legitimada dentro da divisão sócio técnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

A fundação da primeira escola de Serviço Social, em São Paulo, foi uma conquista que não pode ser responsabilizada apenas pelo Movimento Católico Laico, pois, já havia por parte do Estado uma demanda que se aproximou da formação doutrinária do apostolado social. A partir disso, tanto a primeira escola como as demais adaptaram à demanda pela formação técnica especializada através de mudanças de orientação. Essas mudanças acontecem, sobretudo, quando, em 1939, se firma um convênio entre o CEAS e o Departamento de Serviço Social do Estado. Em seguida, no ano de 1940, como

desmembramento da escola de Serviço Social, surge o Instituto de Serviço Social para atender a demanda para formação de trabalhadores sociais especializados para o Serviço Social do Trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Em 1938 foi instituído, sob o regime de Decreto-lei n. 525, de 1.7.38, a organização nacional do Serviço Social que descrevia como funções do Serviço Social a

[...] utilização das obras mantidas quer pelos poderes públicos, quer pelas entidades privadas, para o fim de diminuir ou suprir as deficiências ou sofrimentos causados pela pobreza e pela miséria ou oriundas de qualquer outra forma de desajustamento social e de reconduzir tanto o indivíduo como a família, na medida do possível, a um nível satisfatório de existência no meio em que habitam. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 264).

Durante a Segunda Guerra Mundial surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA)²², a primeira instituição nacional voltada para a assistência social, que tinha como objetivo “prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao ‘esforço de guerra’” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 265), sendo esse último objetivo importante para a mobilização da opinião pública no que diz respeito a LBA. Além disso, foi responsável por buscar apoio político para o governo de modo a reforçar seu caráter assistencialista. A LBA se constituiu em importante mecanismo de impacto para o “[...] desenvolvimento do Serviço Social como elemento dinamizador e racionalizador da assistência” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 266). À medida que tentava suprir brechas da rede assistencial, a LBA atuava tanto com instituições públicas como privadas e foi marcada pelo trabalho voluntário feminino. Ademais, a LBA foi de suma importância para o Serviço Social haja vista que apoiou a criação de escolas especializadas em diversos estados; contribuiu para a expansão, organização e interiorização da rede de obras assistenciais; e incorporou os princípios da profissão.

Em 1942, diante de um processo de aprofundamento do capitalismo e das novas necessidades geradas com ele, foi criado o Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Com o objetivo de organizar e administrar nacionalmente as escolas de

²² “A LBA foi fundada em 28 de agosto de 1942 por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, com a finalidade de ‘amparar os soldados brasileiros e seus familiares’ por parte dos ‘brasileiros de boa vontade’ durante os anos em que o Brasil participou da 2ª Guerra Mundial.” (BARBOSA, 2017, p. 7). Em 1969, por meio do decreto-lei nº 593, de 27 de maio de 1969, passou a ser vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, com o nome de Fundação Legião Brasileira de Assistência, mas como a mesma sigla LBA. Foi extinta através do art. 19, inciso I, da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995.

aprendizagem para industriários, o SENAI foi uma instituição importante para o Serviço Social visto que o incorporou enquanto serviço assistencial proporcionando o desenvolvimento do exercício profissional mediante o uso de técnicas relacionadas a caso e grupo. Sendo uma instituição social gerida pela burguesia industrial, o SENAI buscou no Serviço Social a incumbência de “[...] adequar-se à demanda social que lhe é formulada e tentar cumprir o mandato que lhe é confiado. Sobressairão aí dois elementos, a ação ideológica de ajustamento e a coordenação da utilização dos serviços assistenciais corporificados.” (IAMAMOTO; CARVALHO, p. 273).

A partir de 1942 foi possível uma espécie de “purificação”²³ da formação técnica especializada enquanto profissão, pois os alunos que compunham as escolas passaram a ser também membros da pequena burguesia urbana e funcionários de instituições sociais. Assim, observamos um alargamento da base de recrutamento haja vista que a profissão deixou de ser composta somente por integrantes das classes dominantes. Com isso, as escolas de Serviço Social tiveram que passar a assumir diferentes funções das quais possuíam nos primeiros núcleos de formação e organização do apostolado social.

De instâncias de preparação de moças da sociedade com determinado capital cultural e formação familiar [...] as escolas passam a instâncias de seleção e formação de quadros subalternos. Possuindo naquele momento uma base *técnica* diminuta, restará ao ensino especializado de Serviço Social a reificação de um modo de *ser* e de ver o mundo próprios de uma classe, embebidos na doutrina social católica. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 232-233, grifos dos autores).

Por meio dessa especialização da formação proporcionada pelas escolas é que se alarga ainda mais a base de recrutamento da profissão, tendo em vista que há uma crescente absorção de setores sociais mais amplos, sobretudo da burguesia e do conjunto dos setores médios. Além disso, ao se constituir enquanto profissão remunerada o Serviço Social passa a ocupar crescentemente os setores subalternos da sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Em 1946 foi oficializado o Serviço Social da Indústria (SESI). Com o objetivo de estudar, planejar e executar medidas que contribuíssem para o bem-estar do trabalhador da indústria, o SESI correspondeu a uma evolução da posição do empresariado em relação a questão social, que se aprofundou no contexto do pós-guerra. Assim, segundo

²³ Expressão utilizada por Iamamoto e Carvalho no livro *Relações Sociais: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*.

[...] o Estado institucionaliza a iniciativa da burguesia industrial – da sua fração dominante – para que essa classe organize e gerencie mecanismos assistenciais unificadores das iniciativas já existentes em inúmeras empresas, num grande complexo assistencial, extrapolando sua ação das unidades de produção para o cotidiano da vida do proletariado. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 283).

É a partir do SESI que se pode pensar numa institucionalização do Serviço Social com um objeto teórico com amplo espectro social. Com isso, é possível apreender que o Serviço Social incorporou com mais afinco às atividades vinculadas ao confronto entre capital e trabalho²⁴ e não apenas atuasse em atividades de serviços assistenciais, concessão de benefícios, cooperativismo etc. Iamamoto e Carvalho (2014, p. 287-288) afirmam que “O Serviço Social será reafirmado como elemento essencial para a harmonização entre capital e trabalho, atuando no sentido de conscientizar o patronato e preparar uma elite de trabalhadores que viabilize aquele tipo de comunhão”.

É também no período pós-guerra que a presença do Serviço Social na saúde se amplifica, e com o “novo” conceito de saúde, em 1948, o qual tinha como enfoque aspectos biopsicossociais e acabou por requisitar outros profissionais, inclusive o(a) assistente social. Esse conceito trouxe ênfase também para o trabalho multidisciplinar e incluiu conteúdos preventivistas e educativos (BRAVO; MATOS, 2004).

O desenvolvimento da profissão foi lenta e gradual dado que a demanda pela profissão possuía um campo bem delimitado. No setor público, de São Paulo por exemplo, a demanda se concentrou no Departamento de Serviço Social do Estado, e em algumas funções do Departamento Estadual do Trabalho e no Juizado de Menores. Já no âmbito particular, as principais obras assistências vinham do CEAS.

[...] um dos primeiros campos de trabalho de assistentes sociais na esfera pública foi o Juízo de Menores do Rio de Janeiro, então capital da República. Emergente, diante do agravamento dos problemas relacionados à ‘infância pobre’, à ‘infância delinquente’, à ‘infância abandonada’, manifestos publicamente no cotidiano da cidade, o serviço social é incorporado a essa instituição como uma das estratégias de tentar manter o controle almejado pelo Estado sobre esse grave problema, que se aprofundava no espaço urbano. (CFESS, 2014, p. 13).

²⁴ É fundamental esclarecer que a base de fundamentação teórico-metodológica da formação profissional não fornecia elementos para apreender o aspecto contraditório dessa relação, de modo que o(a) profissional não tinha consciência de tal contradição. Sendo assim, a intervenção favorecia muito mais ao capital do que ao trabalho.

No que diz respeito a inserção da profissão nos Institutos e Caixas de Pensões e Aposentadorias esta foi emperrada e retardada por uma pesada e hierarquizada estrutura burocrática e pelo intenso jogo de interesses políticos e corporativos. As primeiras tentativas de introdução do Serviço Social na previdência aconteceram num momento em que houve a reorganização e reordenação da legislação e mecanismos de controle e enquadramento do proletariado. Assim, no ano de 1943, foi “[...] proposta a unificação de diversas instituições previdenciárias, a ampliação dos programas de benefícios e sua universalização, com a criação do ISSB (Instituto de Serviço Social do Brasil)” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 308). A institucionalização do Serviço Social nas Caixas de Pensões e Aposentadoria foi feita em 1944, através da Portaria n. 45 do Conselho Nacional do Trabalho, porém o espaço ocupado pelos(as) assistentes sociais será conquistado de maneira lenta e heterogênea. Apesar dessa portaria é apenas com a organização, em 1945, de cursos intensivos de Serviço Social para funcionários dos Institutos e Caixas, realizados pela Portaria do Departamento Nacional da Previdência, que o Serviço Social tem início efetivo na Previdência (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

As atividades desenvolvidas pelos(as) assistentes sociais eram bastante restritas, pois a atuação dos órgãos públicos de Serviço Social ainda era limitada e também porque, no caso das instituições particulares, havia uma ausência na política de encaminhamentos, sendo estes um dos principais elementos do Serviço Social naquele momento. Há de se destacar aqui que as atividades desempenhadas eram de caráter assistencial e possuíam atuação doutrinária.

A atuação prática desenvolvida pelos primeiros Assistentes Sociais estará, assim, voltada essencialmente para a *organização da assistência*, para a *educação popular*, e para a *pesquisa social*. Seu público preferencial – e quase exclusivo – se constituirá de famílias operárias, especialmente as mulheres e crianças. As visitas domiciliares, os encaminhamentos – de muito pouco efeito prático, devido à carência de obras que sustentassem semelhante *técnica* – a distribuição de *auxílios materiais* e a *formação moral e doméstica* através de círculos e cursos, serão as atividades mais frequentemente desenvolvidas pelos primeiros assistentes sociais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 208, grifos dos autores).

Diante disso, notamos que a intervenção inicial frente à questão social, na gênese do Serviço Social, pautava-se em interesses tanto do ideário da igreja quanto do ideário da burguesia, de modo que a questão social passou a ser convertida em objeto de ação

moralizadora e psicologizante, alicerçada numa ideologia conservadora de base teórica positivista, o que fazia com que suas expressões fossem apreendidas como provenientes de desajustamentos dos indivíduos, considerados problemáticos, e que precisam, portanto, realinhar-se à ordem social posta, sem os compreender como decorrente da contradição entre o capital e o trabalho (YAZBEK, 2009a).

É nesse contexto abordado acima que emerge a necessidade de um profissional responsável pelo consenso, no caso, o(a) assistente social. Assim, a profissão é constituída na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista em seu momento de crise, período em que o capital precisa fazer uma espécie de pacto com os(as) trabalhadores(as), para que os conflitos sejam apaziguados, de modo que não se altere a ordem burguesa. Nesse sentido, a profissão não é entendida como uma simples determinação do surgimento da questão social, mas sim na mediação da relação capital e trabalho através do aparelho do Estado para intervir na questão social por meio da execução de políticas sociais e para conciliar demandas profissionais com necessidades sociais.

As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política. A Questão Social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a "matéria-prima" e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão socio técnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão. (YAZBEK, 2009a, p. 6).

Sendo assim, o Serviço Social surge como profissão que tem como marco principal a dualidade de ao tempo que ocupa o lugar do consenso, também compõe a divisão socio técnica do trabalho, como parte da classe trabalhadora, imersa numa ordem socioeconômica determinada e entrelaçada pela luta de classes. Uma profissão que se constitui, de início, como executora terminal das políticas sociais segmentadas pela classe hegemônica, e alienada do pertencimento de sua classe – a trabalhadora (NETTO, 2005). Tal implicação traz desdobramentos a serem pensados, como o fato de a profissão ter surgido das próprias contradições do capital; de as primeiras teorizações e práticas decorrerem de interpretações acríticas sem questionar o *status quo*; da própria prática

profissional se encontrar tensionada e dividida entre dois senhores: o órgão empregador – instrumento de controle popular – e, as necessidades das classes subalternas. Isto posto,

O que legitima uma profissão, é, portanto:

- 1) dar respostas (não importa se exclusivas ou não) a determinadas necessidades sociais;
- 2) a existência de instituições e organizações com interesse e capacidade de contratar esses profissionais para dar tais respostas. No caso do Serviço Social, a existência de: 1) a chamada “questão social” e suas refrações – sempre presentes no sistema capitalista industrial – e 2) organismos – historicamente o Estado e organizações fundamentalmente ligadas às classes dominantes – que desenvolvam políticas sociais. (MONTAÑO, 2009, p. 58-59).

Posto em análise a questão de gênero, nessa perspectiva, pode-se apontar que, mesmo compreendendo que o Serviço Social não é fruto da evolução das práticas de caridade e filantropia, mas sim do atendimento à requisição do Estado na mediação com a população, não há como ignorar o fato de que, desde sua gênese, o Serviço Social é ocupado majoritariamente por mulheres. Isto porque mesmo ao longo do seu desenvolvimento a profissão tendo passado por fundamentações diferentes, as características das primeiras profissionais do Serviço Social repercutiram na elaboração de características comuns a profissão em si, sendo elas educativa, moralizadora, disciplinadora, solucionadora de problemas e carências. O fim da ação da profissão aqui não é mais de disseminar a doutrina da Igreja, ou de sensibilização humanitária, mas é, portanto, um meio pelo qual o capital se apropria da “imagem” do(a) assistente social. Ou seja, aproveita-se do entendimento da gênese do Serviço Social como evolução da caridade e filantropia para associar a “imagem” de mulheres “bondosas” que tem como função social ajudar a população com seus problemas. Desse modo, se distorce a realidade de que os mínimos sociais ofertados são direitos dos trabalhadores concedidos de maneira conciliatória para manter a ordem burguesa.

Desta forma, o assistente social vai intervir nos problemas da população, que o receberá em função da imagem de ajuda, de nexos com o Estado, de que gozam os profissionais, e por “solucionar” suas carências, por responder a suas demandas (o que o legitima perante a população). Como resultado disto o que se espera em meios oficiais (e da classe hegemônica), é a legitimação e a consolidação do sistema; o que o usuário espera é a solução de suas carências. (MONTAÑO, 2009, p. 63).

Para além das imposições do capitalismo, em tais relações sociais, é importante lembrar que a subordinação da mulher e as funções às quais ela é designada, inclusive aquelas designadas as profissionais do Serviço Social, também se conforma de tal modo devido à dominação patriarcal, anterior ao modo de produção capitalista, que possibilitou a construção social e histórica da divisão sexual do trabalho, responsável por definir o papel da mulher na sociedade de modo a remete-la sempre ao cuidado do lar, dos filhos e da família, ao tempo em que ficou restrita, por muito tempo, ao âmbito privado da vida social.

Para Cisne (2015), a divisão sexual do trabalho por resultar do sistema capitalista e patriarcal, “confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados”. Deste modo, a divisão do trabalho por sexo não é um processo natural, o é um processo social, nessa mesma lógica, o Serviço Social não possui essência feminina, mas sim, passa a ser vinculado ao feminino por suas características e demandas que lhe são impostas pelos empregadores. Assim, as profissões tidas como de mulheres, são aquelas vinculadas às práticas do cuidado e de alguma forma representam a extensão das atividades domésticas. Esperam-se determinadas qualidades daqueles que buscam certa profissão, no caso do Serviço Social, as qualidades exigidas, são atribuídas naturalmente às mulheres. (SILVA; LOPES; VANNY, 2017, p. 10).

Tendo em vista que a gênese da profissão é marcada pelo ideário da Igreja, podemos observar que a mesma influenciou a estruturação de um certo perfil profissional com referenciais orientadores baseados no ideário franco-belga de ação social e as filosofias do tomismo e neotomismo²⁵. Ao tempo em que a profissão se constituiu na década de 1930, momento em que o Brasil se industrializava e dava início ao processo de urbanização e que o Estado deixa de responder as expressões da questão social através da violência, como caso de polícia, e passa a tratar como caso de política, e é aqui então que o(a) assistente social se insere na atuação junto às políticas sociais. Já a partir da década de 1940, período de criação da LBA e do sistema S de educação como o SENAI e o SESI, esses pressupostos da profissão se assimilam ao Serviço Social norte-americano – com

²⁵ Inspirado na de filosofia de Santo Tomás, o tomismo pregava princípios como dignidade da pessoa humana, sociabilidade essencial da pessoa humana, perfectibilidade, entre outros. Além de partir do pressuposto de que o homem é constituído de corpo e alma, filho de Deus, e merecedor de dignidade e respeito, essa doutrina também propõe que ao obedecer às leis morais os homens encontram sua “essência”, possibilitando a aproximação com Deus. Já o neotomismo constituiu-se na retomada das ideias tomistas, resgatadas principalmente pela encíclica papal *Rerum Novarum*. Para maiores aproximações, consultar Iamamoto e Carvalho (2014), Aguiar (1995) e Castro (1993).

destaque a assistente social Mary Richmond, que criou o Serviço Social de Caso, e as contribuições advindas do Serviço Social de grupo por parte de pensadoras como Edith Motta e Gisela Konopka – de cunho conservador da teoria social positivista. Já as experiências do Serviço Social de comunidade vão se fazer presente a partir da década de 1950, tendo como principais pensadoras Safira Bezerra Ammann e Myrian Veras Baptista, as quais fazem um resgate do seu processo de implantação e enfatizam também as diferentes matrizes teóricas do trabalho de comunidade (BATTINI, 2016).

Nesse período, o Estado brasileiro, para lidar com as demandas de bens e serviços dos trabalhadores – que se encontravam extremamente empobrecidos –, tinha como estratégia o uso de ações assistenciais com vistas a regular a economia e as relações sociais para conciliar o processo de industrialização e acumulação capitalista com o controle social e as necessidades dos trabalhadores. Para desempenhar tal intervenção o Estado tramitou a entrada do recém constituído Serviço Social no mercado de trabalho, de modo que os(as) assistentes sociais puderam passar a intervir na sociedade para além do trabalho que desempenhavam na ação social vinculados de maneira privada a ação social católica. Assim, “[...] a profissão amplia sua área de ação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do Estado e, a partir desse momento, tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de Políticas Sociais”. (YAZBEK, 2009a, p. 10).

A nova vinculação da profissão com o Estado, na década de 1950, marcada pela política desenvolvimentista²⁶, traz mudanças significativas tanto por conta da ampliação do campo de trabalho – que modifica o público-alvo dos(as) assistentes sociais –, quanto pela intervenção através de Políticas Sociais inoperantes e de pouca efetividade social, haja vista que o trabalho desempenhado estava profundamente condicionado pela trama de relações vigentes no funcionamento do Estado da época, sendo este paternalista, “humanitário”, repressivo e benemerente. Assim, ao acompanhar essa tendência do Estado, as políticas sociais – executadas pelos(as) assistentes sociais – eram representadas

²⁶ A ideologia desenvolvimentista propôs um crescimento acelerado e autossustentado que tinha como objetivo principal superar o subdesenvolvimento e o atraso. Além disso, o progresso com essa política não seria “[...] exclusivos de e para certos setores ou classes; pelo contrário, abrangeriam, nas consequências por ele geradas, o conjunto da sociedade. Nesse sentido, e se veiculada como ideologia e política pelo poder do Estado, a ideologia desenvolvimentista constituir-se-ia em meta e mobilização de toda a coletividade, sendo, portanto, o desenvolvimento um ponto de convergência entre Estado e povo. O desenvolvimento significa, pois, no plano desse discurso, a valorização do homem brasileiro, e traz como consequência o fim do pauperismo, a elevação do nível de vida.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 360-361).

pela fragmentação, concebidas de forma setorial de modo a entender a vida social de maneira desarticulada e sem compreender a totalidade da realidade social na qual intervinha (YAZBEK, 2009a).

Diante disso, pois, o Serviço Social se insere no espaço de profissionalização e assalariamento, dentro de um conjunto de mecanismos reguladores das políticas socioassistenciais à medida que passa a exercer atividades e cumprir objetivos que lhes foram postos socialmente, independentemente de suas intencionalidades individuais. Assim, o(a) assistente social

[...] integra [o] mercado de trabalho como um dos agentes responsáveis pela execução de políticas engendradas no âmbito do Estado e voltadas ao atendimento de sequelas da "questão social", [de modo a] conferir um caráter não liberal ao exercício profissional, apesar de seu reconhecimento legal como profissão liberal pelo Ministério do Trabalho pela Portaria n. 35 de 19 de abril de 1949. (YAZBEK, 2009a, p. 11).

É imperativo dizer que independente da profissão ser ou não liberal não a retira do lugar de assalariamento em que põe o(a) assistente social na condição de vendedor da sua força de trabalho e integrante da classe trabalhadora, estando, portanto, subordinado a relações contratuais com seu empregador – em sua maioria o Estado – que definem as condições do seu exercício profissional. Tal apontamento é indispensável para compreender que as condições históricas as quais esse profissional está submetido possibilitaram a organização de um projeto profissional que direciona coletivamente os princípios teóricos, ideológicos e políticos da categoria, sendo estes dependentes dos limites e especificidades históricas do processo de reprodução social.

Acerca das particularidades nas quais o Serviço Social desenvolve suas formulações teórico-metodológicas é imperativo mencionar que após 1960, período de ascensão do desenvolvimentismo no Brasil, mesmo ainda sendo em sua maioria os profissionais de caráter tradicional e conservador, parte deles passou a questionar a prática profissional do Serviço Social e a se somar a outros(as) assistentes sociais de diferentes países latino americano ao chamado Movimento de Reconceituação, abrangendo o período entre 1965 e 1975. No Brasil, esse momento coincide com a ditadura militar, mas segmentos de profissionais se somavam ao movimento que propunha “[...] um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*”.

(VIANA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015, n.p.). De início sua proposta consistia em buscar a criticidade e uma prática mais eficaz, bem como a busca por novos fundamentos teórico-metodológicos. No entanto, o que observamos foi um questionamento sem que se perdesse de vista o tradicionalismo. No Brasil, esse movimento assume especificidades que caracterizam momentos conjunturais distintos.

Netto (1994), no seu livro *“Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”*, faz uma análise desse movimento e de seus rebatimentos na profissão. A partir da análise da literatura nacionalmente difundida no período de 1965 a 1985, retratando o debate e o exercício profissional do Serviço Social brasileiro, ele identifica a existência de diferentes estágios de dominância teórico-cultural e ideopolítica que se entrecruzam e se sobrepõem. A esse processo denominou-se de renovação profissional, identificando três direções: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Como marco importante do movimento tem-se documentos e seminários que compuseram a história da profissão e se encontram vinculados a cada uma dessas direções. Em relação a perspectiva modernizadora destacamos o documento de Araxá, o qual sugeria mudanças técnicas e “[...] uma adequação da profissão à modernidade e da busca pela teoria e metodologia no Serviço Social”. (LEORATO, 2017, p. 29). O documento versa também a respeito do rompimento com a atuação exclusiva do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, de modo a rever seus elementos constitutivos e incorporar novos métodos e processos. Esse rompimento, por sua vez, foi entendido como uma ruptura com a exclusividade do tradicionalismo (NETTO, 1994).

A respeito das funções do Serviço Social, reconhecidas no documento de Araxá,

[...] elas se efetivam em dois níveis: o da micro e o da macroatuação. No primeiro, “essencialmente operacional” (CBCISS, 1986:31) arrolam-se a administração e a prestação de serviços diretos, já “o nível de macroatuação compreende a integração das funções do serviço social ao nível de política e planejamento para o desenvolvimento”. E essa integração, acrescenta-se, supõe “a participação no planejamento, na implantação e na melhor utilização da infra-estrutura social” (idem, ibid). (NETTO, 1994, p. 170).

Nesse momento a profissão foi inserida “[...] na estrutura do Estado, sob perspectiva funcional ao sistema, com ênfase nos instrumentos e nas técnicas e na definição de funções socioprofissionais (BATTINI, 2016, p. 161). O documento tratava ainda sobre a contribuição positiva do Serviço Social para o desenvolvimentismo,

expresso pela busca da modernização funcionalista, o que acabou por ser o destaque e fez com que se perdessem de vista as pretensões de mudança da profissão.

Em continuidade a esse percurso histórico, ainda na busca por uma teoria metodológica, em 1970, o documento de Teresópolis, que é o resultado do Seminário congregando assistentes sociais para o debate e construção de reflexões sobre o Serviço Social. O documento versa acerca da sobreposição do moderno ao tradicional, que interfere tanto na concepção operativa quanto na intervenção da profissão. Desse modo,

[...] argumentando que a prática profissional pode ser definida a partir da resolução de sua metodologia, instigando a prática profissional do Serviço Social a adquirir um nível científico em que já podemos perceber uma diferenciação deste documento para o anterior, pois o encontro em Teresópolis [...] encobre a lacuna que prevalece no documento de Araxá perante a concepção teórica. (LEORATO, 2017, p. 31).

É no texto de Teresópolis que há o coroamento do transformismo, pois

[...] nele, o “moderno” triunfa completamente sobre o “tradicional”, cristalizando-se operativa e instrumentalmente e deixando na mais secundária zona de penumbra a tensão de fundo que subjazia no texto produzido em Araxá. No Documento de Teresópolis, o dado relevante é que a perspectiva modernizadora se afirma não apenas como concepção profissional geral, mas sobretudo como pauta interventiva. Há mais continuidade entre os dois documentos: no de Teresópolis, “o moderno” se revela como a consequente instrumentação da programática (desenvolvimentista) que o texto de 1967 avançava. (NETTO, 1994, p. 178).

Há de lembrar que esse movimento teve sua iminência no período ditatorial o que, entre outras determinações, impossibilitou o seu avanço e resultou, portanto, na manutenção da “modernização conservadora”, privilegiadora do desenvolvimento capitalista. No entanto, com o processo de redemocratização foram propiciadas condições para novos conceitos e formulações para o Serviço Social.

Nesse percurso histórico vale destacar que frente à modernização do Estado, das indústrias, dos modelos econômicos utilizados, anteriormente remodelados para inserção na dinâmica capitalista no país, evidenciaram-se o êxodo rural e o inchaço populacional, que resultaram na miséria, violência, e muitas outras frações da questão social para a sociedade brasileira. Assim, o mercado de trabalho apresentou para o(a)assistente social novas demandas que exigiam uma “[...] postura moderna, que atendesse às exigências de

uma racionalidade burocrático-administrativas em meio a modernização conservadora [...]” no desenvolvimento dos fluxos, finalidades e rotinas dessa racionalidade.” (VIANA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015, n. p.).

Além da perspectiva modernizadora, de cunho funcionalista e estruturalista, impulsionada pela crise do tradicionalismo da profissão e com principal marco na adequação do Serviço Social as demandas do golpe militar, emerge a Reatualização do Conservadorismo. Tendo como referência a estudiosa Anna Augusta de Almeida, essa vertente buscava “[...] aperfeiçoar as antigas práticas profissionais de acordo com as novas exigências do perfil profissional, ou seja, busca-se mantê-las num viés mais crítico que pudesse apresentar argumentos plausíveis para adentrar a nova prática profissional. Essa perspectiva ‘supunha reatualizar o conservadorismo’” (NETTO, 2005 apud VIANNA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015, n. p.).

As formulações da reatualização do conservadorismo estão presentes nos seminários de Sumaré e do Alto da Boa Vista. Essa vertente tem como características a exigência e a valorização da elaboração teórica, uma vez que há um esforço sistemático no sentido de produzir conhecimentos para fundamentar as práticas profissionais, e a recusa e a crítica dos padrões teórico-metodológicos do positivismo. Além disso, se recusavam as práticas ajustadoras e priorizava-se a transformação social (NETTO, 1994).

Em busca de um suporte metodológico diferente a reatualização do conservadorismo adota como reelaboração teórica e prática da profissão a fenomenologia, o que segundo Netto (1994, p. 208) “[...] emerge como uma das principais balizas diferenciadoras da contribuição desta perspectiva no processo de renovação profissional desenvolvido nas duas últimas décadas.”.

Nesse sentido, a reatualização do conservadorismo teve como objetivo (re)legitimar

[...] as formas particulares de que a profissão se investiu até a década de sessenta, bem como as constelações ideológicas que a paramentavam, redimensionando-as de modo tal que elas se rerepresentem, sem modificações substantivas, como alternativas mais adequadas e contemporâneas quer à “natureza” da profissão, quer as demandas do “homem”. (NETTO, 1994, p. 226-227).

Por fim, a perspectiva de intenção de ruptura, que surgiu no quadro da estrutura universitária brasileira, baseou-se no pensamento marxista, e buscou romper com o tradicionalismo, o conservadorismo e a tradição positivista, além de “[...] encontrar

formas e modos de experimentação para as propostas interventivas decorrentes do novo embasamento teórico-metodológico.” (NETTO, 1994, p. 251). Essa intenção marca uma nova fase para o Serviço Social que passa a se desvencilhar dos interesses do bloco de poder, a autarquia burguesa e a aproximação socioeconômica da categoria profissional às condições de trabalho das classes subalternas e que, num primeiro momento, se pautou em aproximações com os textos de Marx de maneira simplista, inapropriada e superficial, de modo a culminar no que ficou conhecido como “Marxismo Vulgar”²⁷ (LEORATO, 2017; VIANA, CARNEIRO e GONÇALVES, 2015).

Há de se ressaltar o caráter político e ideológico da perspectiva da intenção de ruptura haja vista que, diferentemente das outras vertentes (perspectiva modernizadora e reatualização do conservadorismo), se desenvolveu num constante confronto com a ditadura.

[...] esta politização, experimentada num quadro de dilaceramento das esquerdas, acabou por adquirir contornos de partidarização. [...] Esta tendência a partidarização [...] fazia incidir sobre a intenção de ruptura um antigo viés da tradição profissional, o do testemunho (cristão), agora reposto sob a lente do militantismo. Reproduzia-se como novo conteúdo, um procedimento eticista-voluntarista, que renovava o Serviço Social a ideia de vocação, só que recolocada a serviço de impulsões antiburguesas (donde a opção político-profissional comportando um cariz visivelmente messiânico). E porque, adicionalmente, superados os constrangimentos da ordem autocrática, a mesma tendência (favorecida pelo mecanismo psicossocial já aludido da “purgação”) se manifestará com vigor preocupante. (NETTO, 1994, p. 259-260).

Ainda sobre a intenção de ruptura, Netto (1994) divide esse movimento em três momentos distintos, correspondendo-os ao de emersão, consolidação acadêmica e de espraiamento sobre a categoria profissional. O primeiro foi representado pelo Método Belo Horizonte, caracterizado por um militantismo político-partidário, o qual acarretou numa “[...] instrumentalização para legitimar estratégias e táticas [e] pouca possibilidade de reflexão teórica sistemática” (NETTO, 1994, p. 268), junto a um estruturalismo marxista althusseriano e ao Marxismo Vulgar que marca uma falta de sustentação

²⁷ Nesse momento, o contato com o pensamento marxista não foi feito diretamente com textos da fonte, ou seja, escritos por Karl Marx e por isso foi nomeado como marxismo vulgar. Essa aproximação fez com que as interpretações das ideias de Marx, feitas pelos/as assistentes sociais da época, fossem distorcidas e causasse uma concepção de que o(a) assistente social era um agente transformador da sociedade (LEORATO, 2017).

ontológica-dialética e conduz a uma direção da conjunção do fatalismo mecanicista com o voluntarismo idealista. Nesse sentido,

[...] combinando o formalismo e o empirismo na sua redução epistemológica da práxis, estabelece vínculos iluministas entre concepção teórica e intervenção profissional, deforma as efetivas relações entre teoria, método e prática profissional e simplifica indevidamente as mediações entre profissão e sociedade. (NETTO, 1994, p. 288).

Outra característica marcante do método de Belo Horizonte foi a crítica teórico-prática, ideológica e metodológica ao tradicionalismo profissional. Além disso, Netto (1994, p. 279) destaca também “A tentativa de historicizar objeto e objetivos profissionais, o repúdio sem ambiguidades à assepsia ideológica e ao transclassismo são notáveis”.

Já o momento de consolidação acadêmica foi efetivado a partir da publicação de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, do livro “*Relações Sociais e Sociedade no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*”, o qual marca a superação dos vieses do Marxismo Vulgar e o comprometimento com a perspectiva ontológica original de Marx, e que proporcionou o reconhecimento do significado da profissão como elemento participativo da reprodução das relações sociais, uma vez que passa “[...] a ser justificado como profissão necessária dentro do sistema capitalista e com visão real do pensamento marxista [...]” (SILVA; SANTOS, 2019), além de entender a profissão como inserida na divisão sócio técnica do trabalho. Ademais, a consolidação acadêmica também foi marcada por indicações prático-operativas e o enfoque foi, do ponto de vista analítico, sobre as problemáticas socioeconômicas dos espaços sócio-ocupacionais para a intervenção profissional de modo a buscar determinações teóricas e referências críticas para o exercício profissional dos(as) assistentes sociais (NETTO, 1994).

O momento de espraiamento sobre a categoria profissional, por sua vez, apoia a profissão na análise aprofundada do marxismo, a qual atua num mercado de trabalho repleto de desafios impostos pela contemporaneidade, sendo eles as péssimas condições de trabalho, as privatizações, a redução da atuação do Estado no âmbito social em favor dos interesses econômicos dominantes, o crescimento da desigualdade social e da concentração de renda e, portanto, o agravamento da questão social e suas expressões (SILVA; SANTOS, 2019).

Nesse sentido, é importante destacar que

[...] é com a vertente da intenção de ruptura que repercutem produtivamente no Serviço Social no Brasil as questões referentes à dinâmica contraditória e macroscópica da sociedade, apanhadas na angulação que põe em causa a produção social (com a ênfase na crítica da economia política), que ressalta a importância da estrutura social (com o privilégio da análise das classes e suas estratégias) que problematiza a natureza do poder político (com a preocupação com o Estado) e que se interroga acerca da especificidade das representações sociais (indagando-se sobre o papel e as funções das ideologias). (NETTO, 1994, p. 302-303)

É importante destacar também que é com a adoção do marxismo embebecido de fontes clássicas que a abordagem da profissão passa a ser “[...] componente da organização da sociedade inserida na dinâmica das relações sociais participando do processo de reprodução dessas relações” (YAZBEK, 2009b, p. 10-11). E é a partir disso que, nos anos 1980 e início dos anos 1990, houveram mudanças consideráveis para adequação da formação dos(as) assistentes sociais, principalmente com a formulação do currículo de 1982, conhecido como o currículo de ruptura devido a inserção da teoria social de Marx como fundamento da formação, as Diretrizes Curriculares de 1996, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e o seu Código de Ética de 1993. Esses documentos fizeram parte de um processo de formulação do projeto ético político do Serviço Social que ressignificou modalidades prático-interventivas tradicionais e fizeram emergir novas áreas e campos de intervenção numa dinâmica de alargamento da prática profissional tanto pelo crescimento da produção de conhecimentos como pelo reconhecimento do exercício profissional pelos usuários (NETTO, 1999).

Apesar de contribuir para a viabilização do acesso aos direitos sociais, o Serviço Social está imerso numa cultura de subalternidade no âmbito das profissões que não permite que seus profissionais sejam reconhecidos e nem valorizados, e como pertencentes à classe trabalhadora e à divisão sócio técnica do trabalho.

Ao partimos do pressuposto de que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho e que as atividades exercidas pelo(a) assistente social fazem parte do processo de mercantilização e do universo do valor e da valorização do capital, podemos afirmar que o exercício profissional é mediado pela produção, troca e consumo de mercadorias (bens e consumo) (RAICHELIS, 2011). Sendo assim,

A mercantilização da força de trabalho, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames

do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e a integral implementação do projeto profissional. (IAMAMOTO, 2009, p. 8).

Importante pontuar que a atividade exercida pelos(as) assistentes sociais está inscrita, principalmente, no terreno ideológico e político com rebatimentos nas condições materiais dos sujeitos por meio de serviços, projetos e programas. Assim, áreas como seguridade social, assistência social e saúde se destacam por interferirem no padrão de consumo e na qualidade de vida dos usuários (IAMAMOTO, 2009).

Uma vez que é parte de um coletivo de trabalhadores, o(a) assistente social ingressa nas instituições empregadoras com o objetivo de implementar ações institucionais ou empresariais que se concretizam de formas diferentes nos diversos espaços sócio-ocupacionais de sua atuação, além de relacionar-se de modos diferentes em relação às expressões da questão social. Estes, todavia, dependem dos recortes das políticas definidas pelos órgãos empregadores. Sendo assim, podemos perceber que o(a) profissional possui uma autonomia relativa tendo em vista que, enquanto trabalhador assalariado (RAICHELIS, 2011), não possui controle sob suas condições de trabalho, mas que, apesar de seguir as demandas postas pelo seu empregador, também pode redirecionar seu exercício profissional para rumos sociais distintos. Para isso, a profissão necessita de um arcabouço teórico-metodológico e operativo que se comprometa com os valores da profissão e o atendimento das necessidades do público ao qual assiste. Tendo em vista sua autonomia relativa é preciso reforçar que o “[...] assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao seu controle do indivíduo e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho.” (IAMAMOTO, 2009, p. 16).

No que diz respeito as condições de trabalho precárias, impostas pelas determinações de um mundo do trabalho regido pelo neoliberalismo, repercutem em reformas e mudanças na esfera estatal que transformam as políticas sociais em segmentos focalizados, descentralizados e privatizados. Assim, segundo Silva e Santos (2019, p. 8), “Presencia-se a desorganização e destruição dos serviços sociais públicos, em consequência do enxugamento do Estado em suas responsabilidades sociais”. E o Serviço Social, frente a esse contexto e de acordo com seu posicionamento ético-político, teórico-metodológico e técnico operativo, precisa responder às novas demandas das expressões

da questão social a ele apresentadas através do comprometimento com os interesses da classe trabalhadora e com uma intervenção crítica na realidade social.

A partir dos desdobramentos do capitalismo contemporâneo, o Estado passa a ser redirecionado pelos preceitos neoliberais à medida que estabelece o mínimo de ações e intervenção para os aspectos sociais da sociedade e máximo para o capital. No que concerne ao Serviço Social, observamos mudanças na formação e no exercício profissional bem como na inserção e condições do trabalho e em aspectos que envolvem todo o mercado de trabalho. Com isso, apontamos as principais características do Serviço Social diante desse contexto: a sua atuação frente às expressões da questão social se dá por meio principalmente do setor público, à nível municipal – o que se explica pelo processo de descentralização e municipalização proporcionado pela Constituição Federal de 1988 –, e também se faz presente de maneira considerável no chamado Terceiro Setor²⁸, sobretudo, em área como a Saúde e a Assistência Social e com predominância de vínculo empregatício de regime estatutário, por meio de concursos públicos (ARANHA; SILVA; ALMEIDA, 2014). Já no que diz respeito às atividades desempenhadas pelos(as) assistentes sociais tem-se a execução de políticas sociais bem como o planejamento e coordenação de programas e projetos, monitoramento e avaliação de ações/programas e serviços. Com menor representatividade, aparecem ações relacionadas à assessoria e à pesquisa.

Diretamente relacionada com essa questão, Yazbek (1999, p. 98) destaca a presença do assistente social em todo território nacional “[...] em fóruns e conselhos vinculados às Políticas Sociais, seja no plano da defesa de direitos sociais dos usuários destas Políticas, seja no âmbito do legítimo controle social das mesmas bem como de planos, projetos e orçamentos”. (ARANHA; SILVA; ALMEIDA, 2014, p. 65-66).

Conforme verificado pela pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em parceria com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), no ano de 2005, acerca do perfil²⁹ dos(as) assistentes sociais no Brasil, o maior empregador da categoria é o Estado. Mas existe uma tendência de mudança das necessidades da esfera pública para esfera privada, através do incremento do Terceiro Setor. Tal transformação

²⁸ Composto principalmente por Organizações Não-Governamentais (ONGs) e entidades filantrópicas. Entre elas, encontram-se ONGs atuando nas áreas de saúde, assistência social e educação onde o(a) profissional de Serviço Social integra a equipe. Como por exemplo, as ONGs Associação dos Amigos da Oncologia (AMO), Escola de Gente, Associação Cidadão Pró-Mundo, Instituto Futebol de Rua etc.

²⁹ Os outros indicadores desse perfil são apresentados a seguir, na subseção 2.2.

se dá em detrimento de lutas e conquistas sociais. Sendo assim, podemos afirmar que a política neoliberal ameaça os direitos sociais conquistados sobretudo na Constituição Federal de 1988 (IAMAMOTO, 2009). Com isso, há uma desresponsabilização do Estado pela prestação de serviços e por respostas as expressões da questão social, de modo a transferir a responsabilidade para outros setores ou para a população através do processo de refilantropização³⁰, o que afeta não só os espaços sócio-ocupacionais dos(as) assistentes sociais como de outras profissões. Além disso, à medida que o Estado deixou de atender políticas sociais básicas para a população, o Terceiro Setor passou a responder suas necessidades de maneira paliativa com atendimento de baixa qualidade e sem proposições resolutivas para os problemas, além de aumentar a seletividade do acesso a esse atendimento (COSTA, 2019).

Ainda a respeito do Terceiro Setor, o qual carrega também uma ideia de coesão social, com apelo moral ao “bem comum”, discurso concomitante a reprodução das desigualdades sociais, da violência e da pobreza, percebemos um incentivo ao trabalho comunitário através do voluntariado como protagonista. Isso porque o que se pretende é manter a hegemonia da classe dominante, em um contexto adverso, que necessita de uma investida ideológica e política para assegurar que seu projeto de classe se mantenha e amplie suas bases de legitimidade e sustentação. Para evitar que isso aconteça, Iamamoto (2009) afirma que é necessário fortalecer os Conselhos para maior participação da população e fortalecimento das representações já existentes, o que pode ser feito através dos trabalhos de base, a partir da educação, organização e mobilização popular.

Uma consequência dessa ampliação do Terceiro Setor é também a mercantilização do atendimento as necessidades sociais, causadas também pela privatização das políticas sociais. Os serviços sociais passam, portanto, a fazer parte da relação de compra e venda de mercadorias, o que acaba por substituir direitos socialmente conquistados a serem ofertados pelo Estado para direitos atinentes à condição de consumidor (MOTA, 1995). Nesse caso, os(as) assistentes sociais atuam de modo a serem responsáveis por mediações entre necessidades sociais dos usuários e do mercado.

Segundo Simionatto (2009 apud Bastos, 2013, p. 376), a profissão se encontra atualmente sobre duas tendências no direcionamento do seu exercício profissional,

³⁰ “Neologismo criado para melhor expressar uma das novas formulas de implementação das Políticas Sociais, a que ocorre através de políticas compensatórias e/ou da filantropia e da solidariedade pública ou privada.” (JÚNIOR, 2006, n.p.).

uma vinculada ao fortalecimento do neoconservadorismo inspirado nas tendências pós-modernas, que compreende a ação profissional como um campo de fragmentos, restrita às demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimentos e técnicas que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais; e outra relacionada à tradição marxista, que compreende o exercício profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico, remetendo o particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais.

Sendo assim, o Serviço Social, na contemporaneidade, caracteriza-se como profissão que acata as demandas e necessidades sociais da população a que atende, através da viabilização do acesso aos direitos sociais intermediado por políticas sociais, projetos, programas e serviços, podendo utilizar-se de atividades diretamente com seu público-alvo ou por meio de planejamento e gestão. Além disso, sua atuação se dá mediante ações socioeducativas que podem interferir nos valores, comportamentos, opiniões, organização da vida e/ou de resistência de seu público-alvo, a classe trabalhadora, para construção de uma contra hegemonia. Tendo isso em vista, a atuação do(a) assistente social está totalmente interligada a questão social e a redefinição de suas expressões mediante o movimento do real.

Já no que diz respeito aos espaços sócio-ocupacionais podemos perceber que eles se ampliaram e se fortaleceram através da luta coletiva por espaço no mercado de trabalho. Essa, por sua vez, pode ser percebida com o esforço da categoria, sob a coordenação do conjunto CFESS/CRESS, para construir uma fundamentação que trate dos processos que fazem parte do exercício profissional através da elaboração da Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais³¹. Esse trabalho consistiu na abordagem acerca da intervenção profissional em diversos espaços sócio-ocupacionais, de modo a indicar parâmetros para atuação dos(as) assistentes sociais em áreas como a da saúde, da educação, da assistência social e da sociojurídica. Tais documentos são de suma importância para categoria profissional haja vista que podem ser considerados como documentos que complementam a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética já que se vale dos mesmos valores e princípios.

Ainda sobre a atuação do Serviço Social notamos que ela se concretiza no seio de uma sociedade imbricada pelo conservadorismo que está aliado ao desmonte dos direitos sociais e das políticas públicas, a flexibilização das relações trabalhistas, a precarização

³¹ Série pode ser consultada no *site* do CFESS: <http://www.cfess.org.br/>

das condições de trabalho e a criminalização dos movimentos sociais e das expressões da questão social.

O processo de flexibilização e a precarização do trabalho, como partes da política neoliberal, e a reestruturação produtiva são peças fundamentais na estratégia, defendida pelo governo, de enfrentamento à crise mundial do capitalismo, iniciada na década de 1970, mas que possui rebatimentos até a atualidade. No caso do Brasil, a precarização que já existia ganha novas configurações e, a partir de 1990, se intensifica com a contrarreforma do Estado e a adesão do país das ideias neoliberais. Tais transformações no mundo do trabalho atingem também os(as) assistentes sociais, em seus diversos espaços de trabalho, através de precárias formas de contratação, insegurança no emprego, péssimas condições de trabalho, cobrança por produtividade e resultados, ausência de perspectiva de ascensão profissional e progressão de carreira, intensificação do trabalho, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros.

Dentre os tipos de precarização do trabalho, segundo Raichelis (2011), estão as formas de mercantilização da força de trabalho que possui mercado heterogêneo e com vulnerabilidade estrutural apresentada pela precária inserção do trabalhadores em diversos setores, regiões e atividades, além da desestabilização no trabalho através da perda de direitos e vínculo; o processo de construção das identidades individual e coletiva, em que se intensifica a alienação haja vista que radicaliza a coisificação³² das relações humanas; a organização e as condições de trabalho, uma vez que a ampliação do ritmo do trabalho, a polivalência, as metas inalcançáveis, a rotatividade e a extensão da jornada são marcadores dessa precarização; as frágeis condições de segurança do trabalho já que o aumento da produtividade expõe o trabalhador a riscos a sua saúde; e as condições de representação e organização sindical que se encontram frágeis, pois como efeitos políticos da terceirização tem-se a produção de discriminação, pulverização e competição entre os trabalhadores, o que enfraquece a representação política da classe trabalhadora.

No que concerne ao mercado de trabalho do(a) assistente social percebemos que além dos aspectos citados da precarização do trabalho, a reestruturação produtiva incidiu mudanças nos espaços sócio-ocupacionais dos(as) profissionais, dado que reduziu os postos de trabalho de áreas como empresas e aumentou na seguridade social, com destaque para a assistência social no âmbito municipal, por exemplo. Esse aumento por

³² Termo criado por Marx para nomear o processo em que, numa sociedade baseada na propriedade privada e na exploração do homem pelo homem, as relações entre pessoas transformam-se em relações entre coisas, de modo a não permitir que o homem se reconheça enquanto homem (PIMENTEL, 2014).

sua vez se deu devido ao processo de descentralização dos serviços sociais públicos que resultou na ampliação das demandas dos municípios. Ademais, se intensificaram processos de terceirização e de subcontratação de assistentes sociais em empresas para serviço de assessoria, bem como serviços prestados a ONG's, cooperativas e o exercício profissional de maneira autônoma, temporária, por projeto ou por tarefa (RAICHELIS, 2011).

Para além dos desafios impostos no próprio exercício profissional não se pode deixar de destacar a dificuldade de inserção nos espaços sócio-ocupacionais tendo em vista que esse processo de terceirização, precarização e flexibilização também recai nos(as) profissionais que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, sobretudo para aqueles(as) que procuram o primeiro emprego. Nesse sentido,

Os dados sobre condições de contratação, remuneração e trabalho dos jovens assistentes sociais permitem constatar para quase 50% dos respondentes 'o aviltamento da precarização dos contratos de trabalho no interior da profissão, seja por contratos temporários, seja por ausência de vínculo empregatício, ou travestidos de profissionais autônomos' (DELGADO, 2010 apud RAICHELIS, 2011, p. 432).

A respeito da terceirização, em específico, podemos afirmar que ela é um tipo de flexibilização do trabalho, pois transfere a responsabilidade na relação empregatícia de modo a ocultar as relações entre capital e trabalho além de descaracterizar o vínculo empregado/empregador. Sendo assim, Raichelis (2011, p. 432) aponta as seguintes consequências dessa terceirização para o trabalho:

Desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais; b) Desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas; c) Subordina as ações desenvolvidas a prazos contratuais e aos recursos financeiros definidos, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas; d) Realiza uma cisão entre prestação de serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito.

Junto a esses efeitos da terceirização e da precarização já trabalhada podemos apontar também os baixos salários, diminuição dos postos de trabalho, contratos de trabalhos temporários e aumento do desemprego estrutural.

2.2 Determinantes da desvalorização profissional e discriminação salarial no Serviço Social

A partir do pressuposto de que a discriminação salarial acontece, se comparada à remuneração do Serviço Social com outras profissões, e contraditoriamente também entre os espaços sócio-ocupacionais de atuação dos(as) assistentes sociais, esse subitem pretende apresentar o que se pode entender como discriminação salarial e quais são as principais imbricações do primeiro fenômeno aqui referido.

Por discriminação compreende-se o tratamento diferenciado e menos favorável, baseado em preconceitos e estereótipos, a partir de determinadas características pessoais como, raça, sexo, cor, gênero, origem étnica, religião, classe social, opiniões políticas etc. (ABRAMO, 2005). Se considerarmos as condições das desigualdades sociais da contemporaneidade, citadas anteriormente, podemos classificar a discriminação salarial em relação ao Serviço Social como um reflexo de tais iniquidades, visto que tal fenômeno se materializa a partir da desvalorização do trabalho desempenhado por assistentes sociais, sobretudo, por se referir a uma profissão marcada pela presença feminina, e que está circunscrita, também do ponto de vista macro, em questões de discriminação de gênero. Destarte, “A existência de valores arraigados, numa dada sociedade, que levem à discriminação por raça e/ou gênero significa que essas características exercem influência no mercado de trabalho, tanto na admissão em um determinado tipo ou relação de emprego quanto na definição de sua remuneração [...]”. (CACCIAMALI; HIRATA, 2005, p. 771).

[...] a discriminação no mercado de trabalho incide nos diferenciais salariais e na segregação ocupacional, os chamados “guetos” ocupacionais, como nas profissões de Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia, Biblioteconomia e em outras ocupações, como o trabalho doméstico (diarista ou mensalista), auxiliar administrativo, ou ainda em serviços de limpeza e conservação (BOLZAN, 2015, p. 330).

Além disso, percebemos que a profissão é marcada por estigmas sociais como o baixo prestígio social, baixas remunerações, alta taxa de feminização, entre outros. Isso por conta seja das origens da profissão, do papel que desempenha na sociedade, seu posicionamento ético-político ou a caracterização do público que atende, visto que, em sua maioria, é caracterizado por mulheres em condições de discriminação, empobrecidas, sob circunstâncias de desemprego, ausência de acesso à moradia, à saúde, à escolaridade, e distinções de cor, raça, gênero, idade etc. (BOLZAN, 2015).

Nesse sentido, o trabalho de Bolzan apresenta uma discussão interessante para a temática haja vista que traça um perfil da profissão, de modo a demonstrar que ela possui sexo, cor e predominância feminina e branca com forte incidência da desigualdade de gênero e de raça circunscritas tanto na educação quanto no mercado de trabalho brasileiro. Esse perfil foi indicado pela pesquisa, desenvolvida pelo CFESS (2005), a qual constatou que 97% dos(as) assistente sociais são mulheres, enquanto apenas 3% são homens.

Bolzan (2015) demarca também a questão salarial ao tempo em que demonstra a discrepância salarial dentro da profissão.

[...] dados nacionais de 2009 da PNAD mostram que “o maior salário observado é 48 vezes maior do que o menor. Se há profissionais que recebem 40% do salário mínimo (2009), a média é que os profissionais recebem 3,9 salários mínimos, chegando ao máximo de 18 salários mínimos” (SIMÕES, 2012, p.148). E o Centro-Oeste é a região que registra a maior desigualdade salarial da categoria, na qual “o maior salário é 45 vezes maior do que o menor” em 2009. (SIMÕES, 2012, p. 4).

Por outro lado, faz-se necessário apontar que, segundo a pesquisa de Bolzan (2015), realizada com depoimentos de profissionais inseridos no mercado de trabalho, mesmo em condições de discriminação salarial e desvalorização da profissão, o Serviço Social foi apontado como responsável por uma mobilidade educacional e ocupacional na vida dos indivíduos, o que representa uma certa valorização social, tanto simbólica quanto material.

Nesse sentido, consideramos que a discriminação salarial no Serviço Social perpassa por relações sociais fruto do trabalho desde sua condição de fundante do ser social a sua submissão no modo de produção capitalista, diante das novas condições tanto na vida social quanto no trabalho desenvolvido pelo homem, sobretudo no que diz respeito às particularidades da formação sócio histórica brasileira.

O processo de profissionalização do Serviço Social está vinculado à dinâmica da ordem monopólica, a qual gesta “[...] as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social.” (NETTO, 2005, 69). Com isso, os(as) assistentes sociais se desvinculam do caráter de “evolução da ajuda” ou racionalização da filantropia” ou “organização da caridade” que lhes fora atribuído antes de sua profissionalização. Isso também foi possível devido a “[...] um processo de socialização particular *juridicamente caucionada* e reiterável segundo procedimentos reconhecidos

pelo Estado” (NETTO, 2005, p. 70, grifos do autor), que proporcionou a laicização do Serviço Social.

É na ordem monopólica, nos seus moldes em que o Estado Burguês se enfrenta com a questão social, que surge o espaço para atuação do(a) assistente social no mercado de trabalho, inserido na divisão social e técnica do trabalho e reconhecido como profissão. Quanto a questão social, seu enfrentamento é realizado através das políticas sociais e estas passam a ser operacionalizadas por distintos profissionais, entre eles os(as) assistentes sociais, que, no processo histórico de lutas e conquistas, passam a se constituírem em um dos seus formuladores e implementadores. Sendo assim, o(a) assistente social se insere no mercado de trabalho, de início, como executor das políticas sociais, as quais são subordinadas ao desenvolvimento dos monopólios e presas a lógica e estratégias do Estado. (NETTO, 2005). Assim, o(a) assistente social

Enquanto interveniente nos mecanismos elementares da preservação e do controle da força de trabalho e, simultaneamente, nos “serviços” que o Estado aciona para reduzir o conjunto de óbices que a valorização do capital encontra na ordem monopólica, o Serviço Social não desempenha funções produtivas, mas se insere nas atividades que se tornaram acólitas dos processos especificamente monopólicos da reprodução, da acumulação e da valorização do capital. (NETTO, 2005, p. 72).

Segundo Montaña (2009), o Serviço Social, dentro dessa ordem monopólica, se encontra subordinado e subalternizado por quatro fatores principais, sendo eles: 1 – a questão de gênero; 2- o empobrecimento do estudante/profissional de Serviço Social; 3 – a condição de funcionário público e empregado do capital; 4 - a conceituação do Serviço Social como tecnologia e sua relação com as “ciências sociais”.

Acerca da questão de gênero Montaña (2009, p. 99) afirma que por ser o Serviço Social uma profissão eminentemente feminina, ela se encontra em caráter de subalternidade, pois está inserida em “sociedades marcadas e regidas por padrões patriarcais e ‘machistas’”. Com isso, a associação da mulher com a execução do assistencialismo acaba por trazer uma relação com “[...] um estatuto subalterno de mulher, a um estatuto verdadeiramente de dominação desta sociedade, já que na nossa cultura, o assistencialismo é predominantemente feminino [e] está vinculado e reproduz o substrato assistencialista da profissão”. (MONTAÑO, 2009, p. 99). Apesar de ser o Serviço Social um espaço de inserção da mulher no mercado de trabalho ainda não há uma relação de

igualdade social, ocupacional e política, visto que tal inclusão não implica num rompimento com sua condição de subalternidade se comparado a profissões consideradas masculinas.

Isto posto,

[...] o Serviço Social é estigmatizado como uma profissão auxiliar, de assistência. De assistência em duplo sentido: por um lado, a assistência que realiza aos setores carenciados da população, aos seus “usuários”; mas também, por outro lado, aquela assistência que dirige, como profissional subalterno e auxiliar, a outros profissionais – médicos, advogados etc.

[...] O Serviço Social não é visto, portanto, como uma profissão que toma decisões, que participa “produtivamente” na divisão do trabalho, que participa na definição dos objetivos gerais das políticas sociais ou no seu desenho, com autonomia para definir os recursos a empregar, os beneficiários da sua ação, que possui um conhecimento teórico-universal sobre o social (apesar de que diversos assistentes sociais sim atuem nestes níveis). Pelo contrário, o Serviço Social é em geral identificado, em concordância com o papel que as sociedades “patriarcais” atribuem as mulheres, como uma profissão que executa as decisões dos outros (os “políticos”), que conhece a realidade social por meio dos olhares do[s] outros (os “cientistas sociais”) e que assiste às populações carentes, mas como auxiliar de outros profissionais (médicos, advogados etc.). (MONTAÑO, 2009, p. 101).

No que diz respeito ao empobrecimento do estudante/profissional do Serviço Social o que Montaño (2009, p. 103) nos apresenta é que há, a partir das décadas de 1960 e 1970, uma segregação socioeconômica, política e cultural na profissão haja vista que ela é estigmatizada como “uma profissão de pobres, para pobres”. Isso se deu por conta das transformações sociais, econômicas e políticas que possibilitaram o ingresso, das camadas mais pobres da sociedade, às universidades e, portanto, no curso de Serviço Social.

Isto conduziu a profissão, antes mais voluntarista, mais assistencialista [nos primórdios da profissão com as mulheres de classes média-alta], a um processo de constante e ascendente nível de [...] “assalariamento” do assistente social. É que o voluntarismo de mulheres que não precisam do seu salário para manter seus padrões de vida é substituído por trabalhadores(as) com uma profissão determinada, com uma relação de emprego e um salário, necessário para este novo perfil de profissionais. (MONTAÑO, 2009, p. 103).

Com isso, a partir dessa relação de assalariamento, os(as) assistentes sociais agora passam a ter condições socioeconômicas muito mais próximas as dos usuários os quais

atendem (as classes subalternas e populares) do que com aqueles que lhes contratam, ou seja, as classes hegemônicas. Sendo por isso, portanto, que “[...] é recrutado, por aparecer como necessário para dar esse vínculo empático, essa ponte, essa mediação, entre as políticas sociais e seus destinatários.” (MONTAÑO, 2009, p. 104).

A condição de funcionário público e empregado do capital se configura num aspecto de subalternidade pois “[...] o assistente social trabalha fortemente pressionado por ‘expectativas institucionais de papéis’ e demandas ambíguas e até contraditórias” (MONTAÑO, 2009, p. 108) e, por outro lado, ele também “[...] se apresenta como um ‘profissional da coerção e do consenso’ (cf. IAMAMOTO, 1992a: 40-53), se debatendo ambígua e contraditoriamente entre os interesses institucionais e as necessidades populares.” (MONTAÑO, 2009, p. 110). Isso porque o profissional realmente comprometido com a profissão, que se atualiza e se qualifica, não se conforma com apenas ações imediatistas e emergenciais e procura, portanto, desenvolver uma prática profissional “[...] que incorpore as demandas (do empregador) [em sua maioria, o Estado], mas que as transcenda (atingindo a compreensão das verdadeiras causas das necessidades/demandas da população e intervindo nesta perspectiva de totalidade). (MONTAÑO, 2009, p. 107).

A respeito do quarto aspecto de subalternidade, anteriormente mencionado, Montaño (2009) afirma que esse aspecto se dá pela relação polarizada entre ciência/técnica, e teoria/prática.

Historicamente, não constitui atividade proeminente para essa categoria profissional a produção de conhecimentos científicos. Emerge e se afirma em sua evolução como uma categoria voltada para a *intervenção na realidade*, utilizando-se dos conhecimentos socialmente acumulados e produzidos por outras ciências, aplicando-as à realidade social para subsidiar sua prática.

[...] A consideração do assistente social como um intelectual subalterno situa, necessariamente, a reflexão de seu papel profissional numa dimensão eminentemente política, estando em jogo o sentido social da atividade desse agente. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 88, grifos dos autores).

Ao considerarmos as transformações sociais e profissionais ao longo da história do Serviço Social, é a partir sobretudo do neoliberalismo, que o(a) assistente social tem seus espaços sócio-ocupacionais reconfigurados de modo a acompanhar o desenvolvimento das políticas sociais. Desse modo, essas mudanças atingem não só o cotidiano do exercício profissional como as relações com os usuários. Diante disso, o(a)

assistente social “[...] está incluído nos desafios expostos pela tendência neoconservadora e focalistas das questões sociais, com uma conjuntura limitadora dos direitos legitimamente conquistados” (COSTA, 2019, p. 35). Dentre esses desafios está uma tendência de ajuste estrutural para os usuários e, um processo de desqualificação profissional, afetado por relações de trabalho precarizadas, além de aspectos advindos de um processo de formação profissional aligeirado devido, entre outros fatores, a expansão dos cursos de Serviço Social, principalmente no âmbito de instituições privadas e na modalidade do ensino a distância (EAD).

Com a ampliação das políticas sociais, a partir da Constituição de 1988, como por exemplo a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o mercado de trabalho para os(as) assistentes sociais se expandiu, o que acarretou na ampliação dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Assim,

O espaço ocupacional ampliou-se também com atividades voltadas para implantação, orientação e representação em Conselhos de Políticas Sociais e de Direitos, organização e mobilização popular, elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos, ampliação e interiorização dos cursos de Serviço Social; além de assessoria e consultoria e requisições no campo da pesquisa. (DELGADO, 2013, p. 133).

O resgate histórico, realizado nesse capítulo, acerca dos espaços sócio-ocupacionais³³ em sua gênese junto a institucionalização da profissão é importante para demarcar sua presença, especialmente em algumas áreas tais como, assistência social, educação, saúde, previdência social, desde o início da profissão, assim como pontuar a ampliação desses espaços dentro da conjuntura da contemporaneidade. Além disso, Mota (2014, p. 696) afirma que os espaços sócio-ocupacionais tradicionais “[...] atualizam [suas] demandas, a abrangência do seu público, as modalidades de intervenção e o conteúdo do trabalho dos assistentes sociais”. Exemplos disso são: na saúde, a expansão dos planos e seguros privados, mudanças nos programas de saúde mental e das drogas e a expansão de serviços de pronto atendimento e de emergência; na assistência social, a ampliação da oferta de serviços e a definição de parâmetros de atuação e gerenciamento, propiciados pela criação do SUAS; e no espaço sócio jurídico, a criação de novos espaços

³³ Enfatizamos que os documentos acessados para reconstruir esses espaços sócio-ocupacionais não mencionavam dados sobre o salário da época.

de trabalho nos tribunais, defensorias públicas, Ministério Público etc., além da emergência de demandas por articulação interinstitucional (MOTA, 2014).

É importante abordar que, junto às mudanças nos espaços sócio-ocupacionais, têm-se também um processo de tensionamento do projeto ético-político do Serviço Social, haja vista que esses espaços se encontram inseridos nas determinações da política macroeconômica marcada pelo neoliberalismo que ameaça o projeto profissional do Serviço Social. Esse tensionamento, por sua vez, é marcado por dois fatores: “[...] as diretrizes, os valores, os fundamentos e requerimentos teóricos e políticos expressos no projeto ético-político profissional; [e] os determinantes técnico-institucionais e da divisão sociotécnica do trabalho que mediatizam a produção e a reprodução social.” (MOTA, 2014, p. 700).

Há de se mencionar também que apesar da ampliação da requisição de profissionais do Serviço Social nas políticas sociais, sobretudo com a Constituição de 1988, não houve a devida valorização da profissão, haja vista que ela continua ainda mal remunerada, como será possível observar no capítulo seguinte mediante análise de um dos indicadores, a oferta salarial, presente nos editais dos processos seletivos e dos concursos públicos federais do estado Sergipe, no período de 2011 a 2021.

CAPÍTULO III

EDITAIS COM VAGAS PARA ASSISTENTES SOCIAIS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE SERGIPE: análise da desvalorização profissional a partir da discriminação salarial

Nos capítulos anteriores foi realizada uma fundamentação acerca de aspectos que circundam o objeto a ser trabalhado neste capítulo: a desvalorização profissional dos(as) assistentes sociais a partir da discriminação salarial existente entre os distintos espaços sócio-ocupacionais na contratação de profissionais do Serviço Social, isto é, a discriminação salarial no interior da própria profissão. No presente capítulo realizamos uma análise dos resultados apreendidos a partir dos dados coletados nos editais de processos seletivos e concursos públicos em Sergipe, de 2011 a 2021. Esses dados foram coletados a partir de um roteiro de coleta de informações contendo os seguintes itens: ano de publicação do edital, qual o tipo de edital (processo seletivo ou concurso público), local onde o cargo será exercido, número de vagas, salário, carga horária de trabalho, política pública para a qual foi ofertada a vaga e a nomenclatura designada para o cargo a ser ocupado por profissional com formação em Serviço Social. Os dados vão ser apresentados a partir de quatro eixos básicos relacionados a proposta de trabalho, sendo eles: 1 – Dados gerais acerca dos editais; 2 – Padrões salariais nas principais áreas de atuação dos(as) assistentes sociais; 3 – Adequação da carga horária ofertada nos editais conforme o previsto na lei 12.317 de 2010; e 4 – Áreas de atuação dos(as) assistentes sociais e cargos ofertados.

3.1 Dados gerais acerca dos editais de abertura referentes a processos seletivos e concursos públicos

Esse item compreende informações a respeito da quantidade de processos seletivos e concursos públicos no período de 2011 a 2021; enfatiza a quantidade de editais organizados por 45 municípios sergipanos e aqueles organizados pelo estado de Sergipe; e focaliza ainda o quantitativo de vagas ofertadas nos editais.

Tabela 1: Processos Seletivos x Concursos Públicos

	Frequência	Percentual
Processos Seletivos	19	27,53%
Concursos Públicos	50	72,46%
Total	69	100%

Fonte: Elaboração própria.

Ao todo foram encontrados 69 editais, sendo eles 19 (27,53%) correspondentes a processos seletivos e 50 (72,46%) a concursos públicos. Em consonância com esses resultados temos a pesquisa realizada pelo CFESS, em 2005, a qual constatou que 55,68% dos(as) assistentes sociais possuíam vínculo estatutário, 27,24% contratados através do regimento da CLT, 9,41% por contratos temporários e 5,84% de serviços prestados. Os dados reforçam que a esfera estatal, seja federal, estadual ou municipal, continua sendo o maior empregador do Serviço Social, a despeito de uma conjuntura com os traços marcantes do neoliberalismo.

Se considerarmos a diferença de contratação através de concursos públicos e de processos seletivos, percebemos que o profissional que é contratado por processo seletivo não possui a estabilidade no emprego enquanto aqueles contratados através de concursos públicos possuem. Notamos, portanto, que há uma fragilidade do vínculo empregatício dos processos seletivos, pois eles determinam prazo final de término do trabalho e também não possibilitam a progressão de carreira do cargo exercido. Isto posto, a forma de contratação através de processos seletivos se configura numa precariedade, sobretudo quando utilizado como recurso recorrente. O que observamos, portanto, é que muitas vezes se deixa de ofertar empregos através de concursos públicos para não manter o compromisso com o trabalhador já que no regime estatutário ele passa a ser um servidor público. Dito isso, e ao analisarmos a conjuntura da contemporaneidade, marcada pela política neoliberal, pelo desfinanciamento das políticas sociais e pela precarização do trabalho, esse resultado se mostra bastante surpreendente haja vista que a maioria dos editais corresponderam a concursos públicos. Isto porque segundo Gomes e Sória (2014, p. 225) “[...] no início do governo Dilma Rousseff houve paralisação dos concursos públicos, sendo provável que o ritmo de contratação tenha caído em relação ao observado no governo Lula”. Já no governo Temer, com a necessidade de ampliar a adesão ao

“regime de recuperação fiscal” teve como uma de suas consequências a não realização de concursos (SANTOS, 2019). E no governo Bolsonaro segue a mesma lógica.

Tabela 2: Distribuição de editais lançados

Local	Número de editais	Percentual Válido
Sergipe	12	12,9%
Cristinápolis, Cedro de São João e Salgado.	6	6,5%
Japoatã	5	5,4%
Boquim	4	4,3%
Siriri	3	3,2%
Areia Branca, Aquidabã, Barra dos Coqueiros, Capela, Canhoba, Cumbe, Estância, Itabaiana, Laranjeiras, Moita Bonita, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pinhão, Rosário do Catete e São Miguel do Aleixo.	2	2,2%
Araúá, Amparo de São Francisco, Campo do Brito, Carmópolis, Divina Pastora, Gracho Cardoso, Itabaianinha, Japaratuba, Lagarto, Maruim, Neópolis, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Pedra Mole, Porta da Folha, Ribeirópolis, Santo Amaro das Brotas e Tobias Barreto.	1	1,1%

Fonte: Elaboração própria. Obs.: Em negrito os municípios com maior percentual válido.

Na distribuição de editais por município (tabela 2) destacamos os seguintes municípios com maior número de editais: Cristinápolis, Salgado, Cedro de São João, cada município com o lançamento de seis editais representando 6,5%, Japoatã (5,4%), Boquim (4,3%) e Siriri (3,2%). Desses municípios que se destacaram com maior percentual de

editais percebemos que todos são de pequeno porte³⁴, enquanto Aracaju, município de grande porte, não lançou nenhum edital no período pesquisado; Lagarto, também de grande porte, apresentou apenas um edital (1,1%) e Nossa Senhora do Socorro, também de grande porte, correspondeu a dois editais (2,2%), como é demonstrado na tabela 2.

Importante destacar também que a maioria dos editais (87,1%) foram organizados pelos 45 municípios sergipanos, anteriormente mencionados, enquanto 12,9% foram de responsabilidade estadual e federal, sendo distribuído igualmente, ou seja, dos 12,9%, 50% foram organizados pelo governo estadual e 50% pelo governo federal. Isso pode ser explicado pelo processo de descentralização e municipalização pelo qual o país passou, o que justifica “[...] o crescimento expressivo da inserção dos assistentes sociais na instância municipal.” (ARANHA; SILVA; ALMEIDA, 2014). Essa ampliação também pode ser observada pelas análises de Borges, Pinto e Silva (2008, n.p.) acerca de concursos realizados no Nordeste de 2007 a 2008, que constataram “[...] que 91,4% desses concursos foram lançados por prefeituras municipais e apenas 5,2% por governos ou empresas estaduais; e 3,4% pela administração federal.”

Ainda no que se refere aos municípios nos quais encontramos editais de processos seletivos e concursos públicos há um importante elemento a ser problematizado. Dos 75 municípios existentes no estado de Sergipe só foram localizados editais em 45 deles, o que corresponde a um percentual de 60%. Ou seja, de todo o estado de Sergipe, 40% de seus municípios não publicaram nenhum edital tanto de processos seletivos como de concursos públicos dentro do período de 2011 a 2021. Cabe, portanto, questionar como tem se dado a contratação dos profissionais do Serviço Social, bem como quais são seus vínculos empregatícios, nesses 30 municípios que não foram localizados editais.

Tabela 3: Quantitativo de vagas ofertadas

Nº de Vagas	Frequência	Percentual Válido
01 vaga	57	61,3%
02 vagas	18	19,4%
03 vagas	6	6,5%
04 vagas	2	2,2%
05 vagas	1	1,1%

³⁴ Considerada a estratificação dos municípios em pequeno, médio e grande porte com base na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004. Sendo considerado município de pequeno porte I aqueles com até 20.000 habitantes, de pequeno porte II aqueles que contém de 20.001 a 50.000 habitantes, de médio porte aqueles que contém de 50.001 a 100.000 habitantes e os de grande porte acima de 100.001 habitantes.

06 vagas	3	3,2%
07 vagas	1	1,1%
08 vagas	1	1,1%
10 vagas	3	3,2%
12 vagas	1	1,1%

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito as vagas observamos que a maioria (61,3%) dos editais ofertaram apenas uma vaga, enquanto 19,4% corresponderam a duas vagas, 6,5% a três vagas, 3,2% a seis vagas, 3,2% a dez vagas e a oferta de quatro, cinco, sete, oito e doze vagas equivaleram a 1,1% cada um. Podemos inferir, a partir disso, que ainda são ofertadas poucas vagas na maioria dos editais tanto de processos seletivos quanto de concursos públicos. Observamos também que o alto índice de ofertas de apenas uma vaga pode estar relacionado ao fato de que muitas vezes o concurso ou processo seletivo é criado apenas para atender a obrigatoriedade de pelo menos um(a) profissional do Serviço Social na instituição, de modo a não considerar a real necessidade de quantitativo de assistentes sociais. Isso significa, pois, uma precariedade no trabalho tendo em vista que o baixo quantitativo de profissionais contratados pode resultar em sobrecarga de trabalho. Importante ressaltar acerca do edital da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), de 2013, que ofertou 12 vagas para área da saúde, o qual foi uma exceção visto que a maioria ofertou apenas uma vaga. Apesar de se configurar em um ganho um edital com esse quantitativo elevado de vagas, se comparado aos outros editais, é preciso ressaltar que a partir da implementação da EBSEH na gestão dos Hospitais Universitários Federais do país observamos um crescimento na busca massiva por lucros regida por uma lógica neoliberal e empresarial principalmente no âmbito da saúde. Desse modo, Cardial (2013, p. 64) afirma que o objetivo real desses modelos de gestão é “[...] atender às necessidades do grande capital em supervalorizar-se, utilizando-se de suas agências autônomas para administrar e gerir serviços de responsabilidade do Estado: neste caso específico a saúde e a educação.” Assim, a passagem da gestão do SUS à EBSEH desencadeou mudanças que afetaram a qualidade dos serviços prestados aos usuários do SUS, a qualificação dos profissionais da saúde e sua estabilidade trabalhista. Desse modo, estas novas modalidades de gestão e a implantação da EBSEH, para Cardial (2013, p. 64) “[...] representam um retrocesso na caminhada histórica da conquista de direitos pela classe trabalhadora brasileira, correspondendo a uma afronta aos princípios constitucionais.”

3.2 Padrões salariais nas principais áreas de atuação dos(as) assistentes sociais

Esse item compreende informações que envolvem a questão dos salários e sua relação com os cargos ofertados nas diferentes áreas de atuação para os(as) assistentes sociais, nos editais pesquisados de 2011 a 2021.

Tabela 4: Quantitativo de salário ofertado

Salário	Frequência	Percentual Válido
Menor que 1	11	11,8%
Entre 1 e 2	68	73,1%
Entre 2 e 3	6	6,5%
Entre 3 e 4	5	5,4%
Entre 4 e 5	2	2,2%
Entre 5 e 7	1	1,1%

Fonte: Elaboração própria.

Quanto a remuneração encontramos que 73,1% dos editais ofertaram valores entre um e dois salários mínimos, enquanto 11,8% ofertaram menos que um salário mínimo, 6,5% entre dois e três salários mínimos, 5,4% entre três e quatro salários mínimos, 2,2% entre quatro e cinco salários mínimos, e 1,1% entre cinco e sete salários mínimos. Resultados semelhantes foram encontrados em pesquisa desenvolvida em Juiz de Fora por Yacoub e Ribeiro (2007), no período de 2000 a 2004, a qual constatou que 45,8% dos(as) assistentes sociais recebiam de três a cinco salários mínimos. Já em pesquisa desenvolvida no Sudeste, no período de 2009 a 2019, por Santos (2021) observou-se que 35% possui faixa salarial de dois a três salários mínimos e 22% de três a quatro salários mínimos. Esses resultados demonstram nitidamente a desvalorização profissional dos(as) assistentes sociais visto que a média salarial não ultrapassou cinco salários mínimos. Expressão importante dessa desvalorização pode ser percebida no percentual de 11,8% dos editais que ofertaram menos que um salário-mínimo. Cabe aqui problematizar o quão grave é uma profissão na qual é exigida uma formação de ensino superior receber ofertas de remuneração menor que um salário-mínimo. Uma prova nítida da discriminação salarial sofrida pelos(as) assistentes sociais e outras profissões está nos dados encontrados em pesquisa realizada, em 2017, por Santos (2021).

Essa é uma realidade que atinge a todos profissionais com ensino superior no país. Em 2017, o Sindicato das Entidades Mantedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no estado de São Paulo (SEMESP) realizou pesquisa e verificou que grande parcela dos alunos que concluíram o ensino superior no Brasil (47,1%) recebe mensalmente salário entre R\$ 1.000,00 (mil reais) e R\$ 3.000,00 (três mil reais). (SANTOS, 2021, p. 76).

Podemos questionar se essa má remuneração possui relação com a profissão ser exercida, majoritariamente, por mulheres haja vista que, como discutido anteriormente, as profissões consideradas femininas possuem menor valor social se comparada as consideradas masculinas. Esse questionamento pode ser sustentado pelo fato de que nos editais pesquisados pela presente pesquisa encontramos alguns editais que ofertaram salários baixos para outras profissões consideradas prioritariamente femininas, como do cuidado, a exemplo da Psicologia e da Enfermagem, se comparados a de profissões de renome e predominantemente ocupadas por homens, como a medicina. Tal elucidação pode ser percebida na figura 1, a qual demonstra que os salários ofertados para o Serviço Social e a Psicologia são iguais, enquanto o da Enfermagem é um pouco maior, no entanto, ainda inferior ao de Medicina.

Figura 1 – Edital de Cedro de São João, do ano de 2019

29.	PSIQUIATRA - CAPS	01	-	20h/s	Nível Superior Completo em Medicina com especialização em psiquiatria + Registro no Conselho de Classe específico	R\$ 5.000,00
13.	ENFERMEIRO - ESF	02	-	40h/s	Nível Superior Completo em Enfermagem + Registro no	R\$ 2.200,00
10.	ASSISTENTE SOCIAL	02	-	30h/s	Nível Superior Completo em Serviço Social + Registro no Conselho de Classe específico	R\$ 2.000,00
11.	ASSISTENTE SOCIAL - NASF	01	-	20h/s	Nível Superior Completo em Serviço Social + Registro no Conselho de Classe específico	R\$ 1.400,00
25.	PSICÓLOGO	01	-	30h/s	Nível Superior Completo em Psicologia + Registro no Conselho de Classe específico	R\$ 2.000,00
26.	PSICÓLOGO - NASF	01	-	20h/s	Nível Superior Completo em Psicologia + Registro no Conselho de Classe específico	R\$ 1.400,00

Fonte: Elaboração própria

Outra expressão dessa desvalorização profissional pode ser visualizada pela quantidade de vínculos empregatícios os quais os(as) assistentes sociais mantém, pois, diante da baixa remuneração os profissionais precisam recorrer a diferentes fontes de renda. Sendo assim, a pesquisa do CFESS (2005) constatou que 77,19% dos(as) assistentes sociais possuíam apenas um vínculo empregatício, seguido de 10,31% com dois, 0,76% com três ou mais, e 11,74% sem nenhum vínculo. Esse dado é bastante expressivo no que diz respeito a não inserção de profissionais do Serviço Social no mercado de trabalho.

Essa situação de má remuneração pode ser compreendida também pela ausência de um piso salarial para categoria com vistas a garantir melhores condições de trabalho e melhor desempenho profissional. A luta pelo piso salarial para os(as) assistentes sociais, em nível nacional, é antiga e marcada por trâmites no parlamento através de vários Projetos de Leis (PL) que tratam sobre o salário mínimo do(a) assistente social, mas, sem

ainda obter êxito. Há orientações do CFESS (2022) para que essa luta seja desenvolvida nos estados. Nessa direção, atualmente, está em andamento, no estado de Sergipe, o Projeto de Lei 288/2021, de autoria do deputado estadual Iran Barbosa, o qual estabelece uma relação entre a jornada de trabalho e o piso salarial do(a) assistente social ao propor “[...] deve ser estabelecido de acordo com a jornada de trabalho, por exemplo: 20h semanais o valor estabelecido seria R\$3.300,00 reais e 30h semanais o valor estabelecido seria de R\$5.500,00, respeitando a titulação e o tempo de efetivo exercício profissional.” (CUT, 2022). Na busca pela aprovação dessa PL foi lançada, por segmentos organizados da categoria, movimento sindical e entidades representativas do Serviço Social, uma campanha denominada “Quem se importa com o Povo Valoriza a Quem ele Presta Assistência, Piso Salarial Do/A Assistente Social Eu Digo Sim”, a qual conta com a participação dos(as) Assistentes Sociais dos 75 municípios sergipanos que trabalham em diversas políticas sociais. Além da questão salarial, a PL 288/2021 também trata sobre a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS do Estado.

Quadro 1: Salário x Carga Horária

	CARGA HORÁRIA						Total
	30h	40h	20h	90h	160h	32h	
<1	4	4	2	1	0	0	11
	4,3%	4,3%	2,2%	1,1%	0,0%	0,0%	11,8%
1~2	52	8	6	0	1	1	68
	55,9%	8,6%	6,5%	0,0%	1,1%	1,1%	73,1%
2~3	6	0	0	0	0	0	6
	6,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,5%
3~4	2	3	0	0	0	0	5
	2,2%	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,4%
4~5	1	1	0	0	0	0	2
	1,1%	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,2%
5~7	0	0	0	0	0	1	1
	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%	1,1%
Total	65	16	8	1	1	2	93
	69,9%	17,2%	8,6%	1,1%	1,1%	2,2%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Observamos que há uma associação estatisticamente significativa entre carga horária e salário ($p = 0,013$). Segundo o quadro 1, a maioria dos assistentes sociais que trabalham 30 horas semanais, recebem entre 1~2 salários mínimos.

Quadro 2: Área x Salário

	SALÁRIO						Total	p
	<1	1~2	2~3	3~4	4~5	5~7		
Geral	8 8,7%	30 32,6%	4 4,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	42 45,7%	
Assistência Social	2 2,2%	24 26,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	26 28,3%	
Saúde	0 0,0%	10 10,9%	2 2,2%	2 2,2%	1 1,1%	0 0,0%	15 16,3%	
ÁREA Educação	0 0,0%	3 3,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 3,3%	
Ação Social	1 1,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 1,1%	0,001
Sócio Jurídico	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 2,2%	1 1,1%	1 1,1%	3 3,3%	
Marinha	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 1,1%	0 0,0%	0 0,0%	1 1,1%	
Total	11 12,0%	67 72,8%	6 6,5%	5 5,4%	2 2,2%	1 1,1%	92 100,0%	

Fonte: Elaboração própria.

Verificamos que há uma associação estatisticamente significativa da área de atuação com o salário ($p=0,001$). Segundo análise a partir do quadro 2, as áreas com maiores salários são do sócio jurídico (>3 salários mínimos chegando até 7 salários mínimos), todavia são as áreas com menor número de vagas ($n = 3$). Cabe questionar o motivo pelo qual a área jurídica tem maior remuneração e, portanto, maior reconhecimento e valorização. Uma possível justificativa é que a área jurídica, ao longo da história, foi predominantemente constituída por homens. Dado que eles possuem maior valor social, na sociedade patriarcal, devido a divisão sexual do trabalho, explicitada no

primeiro capítulo. Um exemplo disso é a valorização do curso de direito que historicamente foi protagonizado por homens.

As vagas com menores salários estão destinadas principalmente aqueles editais que não definem qual será a área que o assistente social irá atuar, com percentual equivalente a 45,7%, como pode ser observado na tabela 6. Na área da assistência social, 26,1% ofertaram entre 1 e 2 salários mínimos; na saúde, 10,9% ofertaram entre 1 e 2 salários mínimos; na educação 3,3% ofertaram entre 1 e 2 salários mínimos; e no sócio jurídico 2,2% ofertaram entre 3 e 4 salários mínimos, enquanto 1,1% ofertaram, cada um, entre 4 e 5 salários mínimos e entre 5 e 7 salários mínimos. Diante desses resultados podemos inferir que há uma discriminação salarial entre os espaços sócio-ocupacionais do(a) assistente social. A assistência, por exemplo, é historicamente, mesmo antes de ser reconhecida como política social, uma das áreas de maior atuação dos(das) assistentes sociais, contudo tem remuneração menor se comparada a área sociojurídica, por exemplo. No processo histórico de conformação da assistência social enquanto política social passou por transformações importantes nas duas últimas décadas tendo em vista que “[...] a transportou, da concepção de favor, da pulverização e dispersão, ao estatuto de Política Pública e da ação focal e pontual à dimensão da universalização. A Constituição Federal de 1988 situou-a no âmbito da Seguridade Social e abriu caminho para os avanços que se seguiram.” (CFESS, 2011, p. 11).

A saúde, segundo a pesquisa de Silva (2011), é a área que mais emprega assistentes sociais dado que 59% dos assistentes sociais de Manaus atuavam nesse espaço sócio-ocupacional. Já na presente pesquisa, como pode ser observado na tabela, a saúde é segunda área com mais cargos ofertados, com um percentual de 16,3%. A respeito desse campo de atuação é importante destacar que “[...] muitas das demandas constitutivas da ampliação do espaço ocupacional dos assistentes sociais, originam-se de uma ‘refuncionalização’ das tradicionais práticas do Serviço Social na área da saúde.” (COSTA, 2000, n.p.).

No que diz respeito a área educacional, vale ressaltar que se configura num espaço sócio-ocupacional tradicional para o Serviço Social, mas que

[...] nos últimos anos, percebe-se um crescente interesse dos assistentes sociais por esta área, em seu aspecto teórico-metodológico, como objeto de pesquisa e como campo interventivo, sobretudo na esfera pública, através de muitas contratações desse profissional para integrar a equipe profissional da educação nas escolas, em assessorias e consultorias no

âmbito da política educacional estadual e nacional. (PIANA, 2009, p. 185).

Em relação a área sociojurídica é importante trazer dados da pesquisa do CFESS (2014, p. 33), a qual verificou que dentre as instituições vinculadas a área sociojurídica, 74,19% corresponde ao poder judiciário, “[...] seguido pelo Sistema Penal, com 11,87% [e] o espaço sócio-ocupacional com menor empregabilidade para os/as assistentes sociais, no momento da coleta, é a Defensoria Pública, que perfaz 0,44%.”. Além disso, a referida pesquisa observou que o “[...] vínculo estatutário se sobressai, na medida em que aparece em todas as instituições [...]. Todavia, também se apresentam variações importantes de modalidades de contrato, como celetistas, comissionados/as, temporários/as, cedidos/as, terceirizados/as.” (CFESS, 2014, p. 34).

3.3 Adequação da carga horária ofertada nos editais conforme o previsto na lei 12.317 de 2010

Esse item compreende informações sobre o quantitativo de carga horária exigida como jornada de trabalho e apresenta dados a respeito da adequação da carga horária ofertada a partir da lei 12.317/2010, a qual estabeleceu as 30 horas semanais de trabalho para os(as) assistentes sociais.

Tabela 5: Quantitativo de carga horária ofertada

Carga Horária	Frequência	Percentual Válido
20h semanais	8	8,6%
30h semanais	65	69,9%
32h semanais	2	2,2%
40h semanais	16	17,2%
90h mensais	1	1,1%
160h mensais	1	1,1%

Fonte: Elaboração própria.

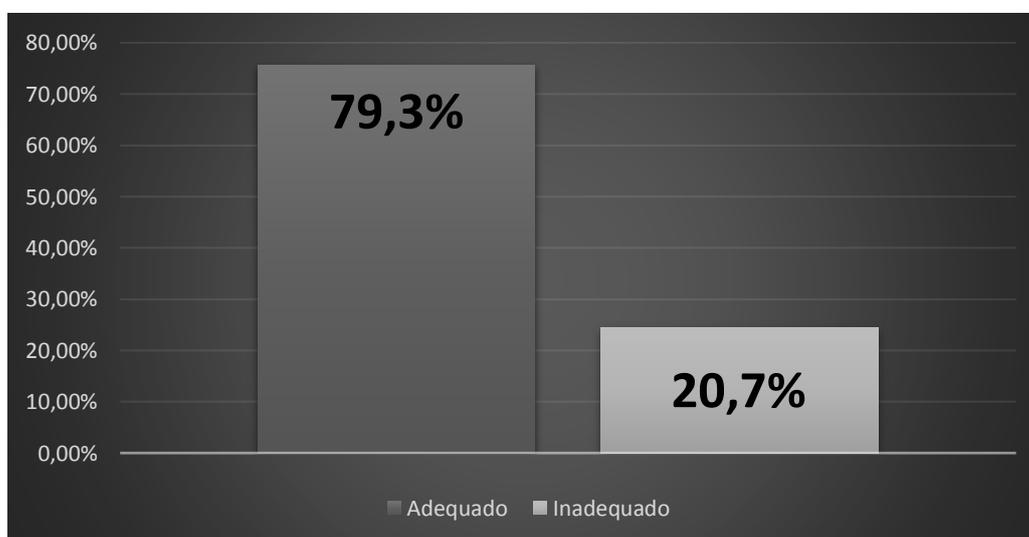
Em relação a carga horária ofertada pelos editais encontramos que a maioria (69,9%) é de 30 horas semanais, seguido por 17,2% com carga horária de 40 horas

semanais, 8,6% de 20 horas semanais, 2,2% de 32 horas semanais, 1,1% de 90 horas mensais e 1,1% de 160 horas mensais. Esses resultados se assemelham a pesquisa realizada por Santos (2021) a qual também constatou que na região sudeste a maioria dos editais (195 de uma amostra de 310) oferecem cargos com carga horária de 30 horas semanais, enquanto 66 editais correspondem a 40 horas semanais. Com isso, podemos inferir que mesmo a maioria dos editais sendo de carga horária de 30 horas ainda há um quantitativo expressivo de contratações de 40 horas. Importante destacar o quantitativo de 8,6% correspondente a 20 horas semanais, haja vista que na pesquisa de Santos (2021, p. 71) verificou-se

[...] que a partir de 2011, houve aumento de editais de Concursos Públicos com ofertas de carga horária de 20 horas semanais, o que pode representar manobra para que a Lei 12.317 não seja cumprida. Nesse caso, a vaga que antes era ocupada por um (a) profissional que trabalhava quarenta horas semanais é dividida por dois (as) profissionais com carga horária de vinte horas semanais, tendo seu salário igualmente reduzido.

Com isso, percebemos que a situação da carga horária reduzida (20 horas semanais) com um salário também reduzido pode induzir os profissionais a possuírem mais de um vínculo empregatício dado que um salário apenas, na maioria das vezes, não é suficiente para atender as suas necessidades básicas.

Gráfico 1: Adequação de carga horária ofertada com a lei 12.317/2010



Fonte: Elaboração própria.

A defesa pelas 30 horas semanais teve como importante motivação o desgaste físico e mental que o(a) assistente social está exposto(a) na intervenção frente as expressões da questão social. Com isso, a redução da carga horária se justifica pela submissão dos(as) profissionais a longas jornadas de trabalho desgastantes, estressantes e de contato direto e constante com situações de dor, sofrimento, lágrimas e tristeza. Ao lado de enfermeiros e médicos, os(as) assistentes sociais apresentam os maiores índices de fadiga mental, estresse e desgaste físico e/ou psicológico (DELGADO, 2013). Em consequência da diminuição na carga horária tem-se uma contradição importante: ao tempo em que amplia os postos de trabalho não necessariamente emprega mais pessoas, pois, num contexto de trabalho extremamente precarizado e com baixos salários, os profissionais muitas vezes possuem dois vínculos empregatícios de modo a resultar no duplo ou pluriemprego (DELGADO, 2013). Diante disso, após muita luta coletiva por parte da categoria, em 2010 a lei 12.317 foi aprovada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, a qual determinou como carga horária do(a) assistente social 30 horas semanais, sem redução salarial. Importante destacar que antes da aprovação da referida lei já se podia observar um percentual expressivo de carga horária de 30 horas como pode ser observado na pesquisa do CFESS (2005) em que a jornada de trabalho, em sua maioria (50,70%) era de 40 horas semanais e 28,65% de 30 horas.

O gráfico 1 ilustra acerca da adequação dos editais a carga horária estabelecida com a lei 12.317/2010. Assim, encontramos que 79,3% dos editais estavam de acordo com a lei, enquanto 20,7% não estavam. Tendo em vista os motivos pelos quais a lei foi aprovada, essa inadequação vai de encontro a luta dos(as) assistentes sociais por melhores condições de trabalho, visto que a conquista das 30 horas é caracterizada por Raichelis (2011) como o “movimento coletivo mais importante desses últimos anos em defesa de direitos do(a) Assistente Social como trabalhador assalariado”. Portanto, o não cumprimento da lei 12.317/2010 é um indicativo do desrespeito a categoria profissional e as entidades representativas da profissão que travaram uma luta coletiva para conquistá-la.

Segundo Lopes (2018, p. 136) algumas normativas representaram uma afronta a aprovação e regulamentação da lei, sendo elas:

Dia 26.08.2010 – aprovada a Lei 12.317 que dispõe sobre a duração da jornada de trabalho do Assistente social, sem diminuição salarial e altera a Lei 8662/93;

Dia 20.12.2010 – baixada a Portaria do MPOG n. 3353 que inclui o Assistente social, junto a outras 19 profissões no rol de profissões detentoras de jornada de trabalho inferior a quarenta horas semanais;
 Dia 02.02.2011, em menos de 06 meses da vigência da nova lei, e 02 meses da inclusão desse direito na Portaria do MPOG, é baixada pelo SPCAPF a Orientação Normativa N. 01/2011 estabelecendo que os servidores públicos poderão optar pela adequação da jornada de trabalho para 30 horas, desde que haja adequação salarial;
 Dia 07.02.2012 a AGU lança uma nota técnica tornando a referida lei inválida para o servidor público, já que este deve ser regida pela lei específica 8.112 de 1990 que disciplina que o servidor público tem jornada de trabalho de 40 horas;
 Dia 17.02.2010, baixada uma nova Portaria do MPOG, de N. 97 que exclui apenas o Assistente social enquanto profissão com direito à jornada de trabalho inferior a de 40 horas dentro do serviço público.

Dentro do percentual de 20,7% de editais que não se encontravam em acordo com a lei nº 12.317 destacamos os editais de Laranjeiras, que ofertou como carga horária 90 horas mensais, e o de Nossa Senhora de Lourdes que ofertou 160 horas mensais. Alertamos, portanto, que essa forma de apresentação da carga horária de trabalho, que oferta um quantitativo de horas mensais e não semanais, pode ser considerada como uma estratégia para camuflar o não cumprimento da legislação vigente.

3.4 Áreas de atuação dos(as) assistentes sociais e cargos ofertados

Esse item compreende informações sobre a distribuição de vagas por área de atuação dos(as) assistentes sociais, bem como expõe informes sobre as diferentes nomenclaturas usadas para oferta de cargos com exigência de formação de ensino superior em Serviço Social.

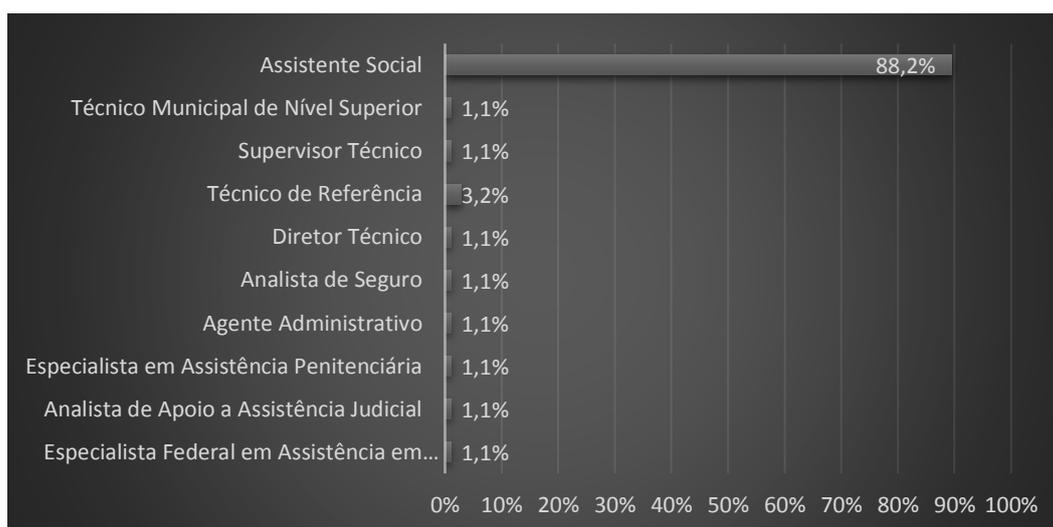
Tabela 6: Distribuição de vagas por área de atuação

Área de Atuação	Frequência	Percentual Válido
Indefinido	42	45,7%
Assistência Social	26	28,3%
Saúde	15	16,3%
Educação	3	3,3%
Ação Social	1	1,1%
Sócio Jurídico	4	4,4%
Marinha	1	1,1%

Fonte: Elaboração própria.

Acerca da distribuição de vagas por área de atuação constatou-se que a maioria (45,7%) dos editais não identificaram qual área o profissional iria, o que pode ser um ponto negativo dado que o profissional que irá ocupar o cargo pode ser remanejado para diferentes espaços sócio-ocupacionais, o que impede que o profissional crie vínculos com seu público-alvo. Já 28,3% dos editais ofereceram vagas para a assistência social, 16,3% a saúde, 3,3% a educação, 4,4% ao sócio jurídico, 1,1% a ação social, e 1,1% a marinha.

Gráfico 2: Distribuição de cargos ofertados



Fonte: Elaboração própria.

Os cargos ofertados nos editais em sua maioria (88,2%) são nomeados como cargo de assistente social, enquanto 3,2% é designado como técnico de referência, e as demais nomenclaturas (técnico municipal de nível superior, supervisor técnico, diretor técnico, analista de seguro, agente administrativo, especialista em assistência penitenciária, analista de apoio a assistência judicial e especialista federal em assistência em execução penal) correspondem a 1,1% cada. As diferentes nomeações para o cargo com exigência de formação profissional em Serviço Social, apesar de serem representados por um baixo percentual nessa pesquisa, ainda se configura numa problemática pelo fato de o cargo não ser nomeado como assistente social. Isso porque, uma vez que são utilizados outros termos que não assistente social, acaba por comprometer o reconhecimento e também a valorização da profissão, pois os outros termos utilizados generalizam e comprometem a identidade da profissão. Além do que contribui para processos de desmobilização política

da categoria, e suscitar, por vezes, ações em que é “[...] invisibilizad[a] a profissão ao atender às nomenclaturas que dissipam o legado do Serviço Social no campo da gestão, a exemplo de termos como técnico social, analista social, gerentes, etc.” (BARROS; SILVA, 2018, p. 7).

Outra problemática é que ao ocuparem cargos com outras nomenclaturas os profissionais,

[...] abrem mão da identidade profissional de assistente social quando da chegada aos cargos de gestão/chefia/coordenação tem sido gerados impasses jurídicos acarretando o exercício profissional irregular, uma vez que embora assumindo nomenclatura genérica (técnico social, técnico de referência, analista social, gestor(a) de programas e projetos) desempenham efetivamente aquelas atribuições preconizadas na Lei de Regulamentação da Profissão, provocando dois efeitos mais evidentes: o primeiro no plano jurídico-administrativo mediante a não inscrição destes profissionais nos Conselho Regionais que regulamentam a profissão; em segundo lugar atingindo o aspecto político-organizativo da categoria profissional e suas bandeiras de luta em defesa do Projeto Ético-Político. (BARROS; SILVA, 2018, p. 8).

Em síntese, os resultados aqui apresentados apontam diferentes expressões que demonstram a desvalorização profissional dos(as) assistentes sociais que vão além da discriminação salarial, dado que questões como o quantitativo de vagas, carga horária adequada e oferta de cargos também incidem na problemática aqui desenvolvida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desvalorização profissional do Serviço Social tem relação com diferentes aspectos vinculados às determinações econômicas, sociais, culturais e históricas que refletem na discriminação salarial identificada nos editais de concursos públicos e processos seletivos analisados. Exemplos dessas determinações foram apresentadas nos capítulos, entre elas, mencionamos a submissão do trabalho ao capital, em que o trabalho ao invés de humanizar acaba por feitichizar as relações sociais, uma vez que os homens estão sujeitos a uma relação de trabalho em que alguns possuem os meios de produção enquanto aos outros só lhes restam a venda da sua força de trabalho. Outro determinante econômico importante enfatizado é quanto a natureza do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, marcado pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, provocando a coexistência de aspectos modernos e arcaicos no desenvolvimento da sociedade brasileira, que imprimem particularidades da formação social brasileira. Este aspecto tem rebatimentos nas mais variadas esferas da vida social e econômica tais como, discriminações relativas à raça/etnia, gênero e classe, inclusive no que diz respeito aos desdobramentos do exercício profissional dos(as) assistentes sociais, entre outras profissões. Ainda para compreender a desvalorização profissional supomos a existência de uma relação entre esse fenômeno com o fato de a profissão ser exercida, majoritariamente, por mulheres, havendo a determinação sociocultural, perpassada pelos ideais da dominação patriarcal apontada na divisão sexual do trabalho.

Ainda em relação a esse aspecto sinalizamos que essa desvalorização profissional pode ser percebida pelo baixo prestígio social da profissão relacionado com os estigmas sociais fruto das origens da profissão quando houve a vinculação da profissão com o perfil de mulher caridosa que tinha como função social ajudar os pobres. Tal vinculação com o perfil feminino acaba por contribuir para a desvalorização profissional tendo em vista que, diante de uma sociedade marcada pela desigualdade de gênero, a mulher sofre com a discriminação salarial. Sendo assim, tendo um perfil feminino, como constatado pela pesquisa do CFESS (2005) anteriormente mencionada, a profissão de maneira geral acaba por não receber a devida valorização, o que foi verificado no percentual de 73,1% dos editais analisados, na nossa pesquisa, que ofertaram remuneração que se encontravam entre 1 e 2 salários-mínimos. Apesar de nos editais não haver uma diferenciação de salário para homens e para mulheres, entendemos que há uma relação entre a desvalorização profissional e a desigualdade de gênero, pois essa vinculação com o feminino acaba por

diminuir o valor social dado a profissão, uma vez que, historicamente, na sociedade patriarcal, profissões consideradas femininas tem menor valor social.

Acrescentamos aos aspectos citados acima a institucionalização do Serviço Social e sua inserção no mercado de trabalho, a partir da década de 1930, num momento de conformação da questão social e que o Estado passa a tê-la como objeto de sua intervenção. É nesse contexto, que o profissional de Serviço Social emerge enquanto profissão que, de início, atua como executor de políticas sociais, mas que no desenrolar da história da profissão passa a conquistar espaços para atuar também como formulador das políticas sociais. Outro aspecto revelado na pesquisa e que merece ser ressaltado é que o(a) assistente social atua em algumas áreas desde o momento de sua origem, a exemplo da saúde, assistência social e educação, e que tais áreas, no decorrer do desenvolvimento da sociedade, adquirem novas demandas sociais que exigem novas formas de intervenção do(a) assistente social.

O presente trabalho constatou que há uma discriminação salarial, sobretudo se observado uma discrepância salarial entre as áreas de atuação do(a) assistente social uma vez que na área da saúde 10,9% dos editais ofereceram entre 1 e 2 salários-mínimos enquanto na área sociojurídica 2,2% ofertaram entre 3 e 4 salários-mínimos, e, 1,1% ofertaram, cada um, entre 4 e 5 salários-mínimos e entre 5 e 7 salários-mínimos. Outra faceta encontrada sobre a desvalorização profissional diz respeito a carga horária ofertada pelos editais dado que um quantitativo considerável, de 20,7%, ofereceu carga horária superior ao previsto pela lei 12.317/2010, a qual versa que a carga horária do(a) assistente social é de 30 horas semanais, sem redução salarial. Uma expressão de que a lei não é respeitada e de que os processos de lutas e resistências devem ser contínuos envolvendo etapas diferenciadas, além das estratégias para aprovação da lei, outras iniciativas são necessárias para a sua operacionalização.

Isto posto, observamos, a partir dos dados da pesquisa, que há uma desvalorização profissional resultando numa discriminação salarial presente na análise dos editais dos processos seletivos e concursos públicos do estado Sergipe, no período de 2011 a 2021. A constatação de que a diferença salarial, nas propostas de vagas para os/as profissionais de Serviço Social, tem relação com as áreas consideradas de maior prestígio é importante para o fortalecimento da luta da categoria pela valorização da profissão independente de área de atuação, uma vez que elucida determinações importantes que desencadeiam a discriminação/desvalorização. Ponderamos que a nossa pesquisa revela pistas capazes de contribuir para compreender ainda mais esse processo bem como pode despertar a

realização de outras pesquisas acerca do assunto, inclusive estudos que façam um comparativo com outras profissões consideradas femininas que também são desvalorizadas, a exemplo da Psicologia e da Enfermagem. Por fim, é importante assinalar que o conhecimento acerca da temática está em construção de modo a provocar novos questionamentos e novas descobertas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, L. **Integração Regional, livre comércio e direitos laborais**. Brasília: MTE, Assessoria Internacional (Cadernos de Relações Internacionais), v. 3. 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/tr000021.pdf>. Acesso em: nov. 2021.
- AGUIAR, A. G. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ARANHA, L.; SILVA, A. M.; ALMEIDA, M. da C. V. Um desenho do mercado de trabalho do assistente social no Brasil (1998-2008). **Serviço social, trabalho e direitos. Orgs** Francisco Henrique da Costa Rozendo ... Et. al. – Cruz das Almas/BA: UFRB, 2014. Disponível em: [file:///D:/Downloads/servios%20social%20trabalho%20e%20direitos%20\(4\).pdf](file:///D:/Downloads/servios%20social%20trabalho%20e%20direitos%20(4).pdf). Acesso em: nov. 2021
- ARAÚJO, A. C. **A mercadorização dos serviços sociais públicos: tendências contemporâneas e inflexões no exercício profissional de assistentes sociais**. 2022. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, 2022. Disponível em: https://sigaa.ufpe.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=fr_FR&id=845. Acesso em: set. 2022.
- BARBOSA, M. T. **Legião brasileira de assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)**. 2017. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/48900/R%20-%20T%20-%20MICHELE%20TUPICH%20BARBOSA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: mar. 2022.
- BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2010.
- BARROSO, M. F. **“O começo do fim do mundo”**: violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte. 2018. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.btd.uerj.br:8443/bitstream/1/17723/2/Tese%20-%20Milena%20Fernandes%20Barroso%20-%202018%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: jan. 2022.
- BARROS, P. C. C.; SILVA, A. V. B. F. A identidade profissional em xeque: cargos genéricos e os desafios do serviço social. In: **Anais do 16º Encontro Nacional de**

Pesquisadores em Serviço Social. Vitória, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23227>. Acesso em: mai. 2022.

BASTOS, A. S. F. A renovação do Serviço Social e vigência na contemporaneidade. **Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira ANOVI**, n. 8, 2013, p. 365-378. Disponível em: https://www.academia.edu/36103527/A_RENOVA%C3%87%C3%83O_DO_SERVI%C3%87O_SOCIAL_E_VIG%C3%8ANCIA_NA_CONTEMPORANEIDADE. Acesso em: mar. 2022.

BATTINI, O. **Apontamentos sobre a história do Serviço Social no Brasil – 80 anos.** Serviço Social, Londrina, v. 19, n.1, jul/dez. 2016, p. 155-170. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/28150>. Acesso em: fev. 2022.

BEHRING; E. R., BOSHETTI, I. **Política Social:** fundamentos e história. Cortez, 6ª ed, São Paulo, Cortez, 2009. Biblioteca Básica, v. 2.

BOLZAN, D. de P. Discriminação e valorização: diferentes dimensões do trabalho em Serviço Social. **O Social em Questão**, n. 33 - Ano XVIII, 2015, p. 327-348. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5522/552256667015.pdf>. Acesso em: dez. 2022.

BORGES, A. M. C; PINTO, J. S.; SILVA, S. J. Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Nordeste: o que revelam os editais de concursos públicos. In: Encontro Nacional de pesquisadores em Serviço Social. 2008, São Luís. **Anais [...]** São Luís: ABEPSS, 2008.

BOTTINI, L. M.; BATISTA, R. L. **O trabalho da mulher durante a revolução industrial inglesa (1780 a 1850).** In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE: Produção Didático-pedagógica, 2013. Curitiba: SEED/PR., 2016. V.2. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_fafipa_hist_artigo_lucia_mamus_bottini.pdf. Acesso em: set. 2021.

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** 2004. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ceJ472Fic4P2HK6fVV92.pdf>. Acesso em: mar. 2022.

CACCIAMALI, M. C.; HIRATA, G. I. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda – uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 35, n. 4, out/dez, 2005, p. 767-795. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/53XpnkhC6HZBNYQh3MwQjXJ/?lang=pt#:~:text=Os%2>

Otestes%20estat%20C3%ADsticos%20foram%20realizados,registro%20e%20empregados%20sem%20registro. Acesso em: nov. 2021.

CAMPOS, M. S.; TEIXEIRA, S. M. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Katálisis**, Santa Catarina, v. 13, n. 1, jan./jun., 2010, p. 20-28. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/fmXdwG7SdXBggJTcVvHjqVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: ago. 2021.

CARDIAL, A. M. D. N. **Novas determinações do capital na saúde brasileira: a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares em questão**. 2013. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em:
https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6221/1/ANDREA_MATTOS_DN_CARDIAL.pdf. Acesso em set. 2022.

CASTRO, M. G.; LAVINAS, L. **Do feminino ao gênero: a construção de um objeto**. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (orgs). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 216-251.

CASTRO, S. O que é o feminismo decolonial? **Dossiê**. Out. 2020. Disponível em:
<https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-o-que-e-o-feminismo-decolonial/#%3A~%3Atext%3DO%20feminismo%20decolonial%20latino-americano%2Cconsiderar%20nossa%20heran%C3%A7a%20colonial%20escravista>. Acesso em: mar. 2022.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CFESS. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na política de assistência social**. Brasília (DF), 2011. (Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais). Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em: jun. 2022.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão**. Brasília (DF), 2014. (Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais). Disponível em:
http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsidiios_sociojuridico2014.pdf. Acesso em: jun. 2022.

CFESS (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para estudo do perfil profissional**. Brasília /Maceió, UCFESS-UFALCRESS, 2005. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em: abr. 2022.

CFESS. **Assista ao 3º episódio da websérie sobre o piso salarial**. 24 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1890>. Acesso em: jun. 2022.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza**. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

COELHO, V. P. *et al.* Reflexões sobre a violência: poder e dominação nas relações sociais de sexo. **Políticas Públicas**, São Luís, v. 18, n. 2, jul./dez. 2014, p. 471-479. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321133267011>. Acesso em: dez. 2022.

COSTA, L. M. R. **O Serviço Social e o terceiro setor**: Uma reflexão acerca dos desafios e possibilidades do/a Assistente Social na APAE/Natal. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: RN. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/36186>. Acesso em: mar. 2022.

COSTA, M. D. H. da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. **Serviço Social e Sociedade**, n. 62. São Paulo: Ed. Cortez, 2000. Disponível em: <https://www.poderesocial.com.br/wp-content/uploads/2021/03/texto-O-Trabalho-nos-Servi%C3%A7os-de-Sa%C3%BAde-e-a-Inser%C3%A7%C3%A3o-dos-Assistentes.pdf>. Acesso em: jun. 2022.

CUT (Central Única dos Trabalhadores). **Assistentes Sociais lançam campanha pelo piso salarial da categoria**. 06 abr. 2022. Disponível em: <https://se.cut.org.br/noticias/assistentes-sociais-lancam-campanha-pelo-piso-salarial-da-categoria-f056>. Acesso em: abr. 2022.

D'EAUBONNE, F. **As mulheres antes do patriarcado**. Lisboa: Editorial Vega, 1977.

DELGADO, L. B. Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 113, jan./mar. 2013, p. 131-151. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dnMqfvWR7KVZpnh3t7x7JFM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: abr. 2022.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 173–178. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf. Acesso em: out. 2021.

DEMIER, F. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. **Outubro**, n. 6, p. 75-107, 2007. Disponível em:

<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-16-Artigo-03.pdf>. Acesso em: jun. 2022.

DUTRA, P. V.; PATRIARCHA, T. F. **As determinações da Ordem Patriarcal de Gênero na trajetória do Serviço Social brasileiro**: reflexões introdutórias. III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos IV Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais III Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. Londrina (PR), 2019, p. 1-13. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/466673~1.pdf>. Acesso em: nov. 2021.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. [S. l]: ebooksbrasil, 1999. *E-book*. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>. Acesso em: mai. 2021.

FEDERICI, J. F.; HUMBELINO, T. M. Contribuições acerca das (in)visíveis implicações de gênero e feminismo no Serviço Social. In: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. 2019, Brasília. **Anais** [...] Brasília: UFMT, 2019. p. 1-11. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/881/858>. Acesso em: jan. 2022.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. 413 p. (Biblioteca de Ciências Sociais).

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. **Atlas**, 6ª ed., 2002.

GOMES, L. D. **A origem do patriarcado**: da veneração à opressão da mulher. In 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Tema: “40 anos da ‘Virada’ do Serviço Social”. Brasília – DF. 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/164/161>. Acesso em: jan. 2022.

GOMES, D. C.; SÓRIA, S. Política de recursos humanos do governo federal: a experiência dos governos Lula e Dilma Rousseff. **Revista da ABET**, v. 13, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/25673/13862>. Acesso em: abr. 2022.

GONÇALVES, M. C. V. **Resgate da Fundação da Escola de Serviço Social**. Jubileu de Ouro do Curso de Serviço Social, Aracaju, p. 13-24, 2004.

GREGÓRIO, J. R. B. Contexto atual do capitalismo: retornando aos conceitos de desenvolvimento desigual e combinado; capitalismo dependente; mundialização financeira; e acumulação flexível. **Arma da Crítica**, n. 4, 2012, p. 82-104. Disponível

em http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/artigo5_20131.pdf. Acesso em: nov. 2021.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, p. 595-609. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: mar. 2022.

HIRATA, H. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, 2018, p. 14-27. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552>. Acesso em: jan. 2022.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014, p. 61-73. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?lang=pt>. Acesso em: jun. 2022.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009, p. 1-40. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>. Acesso em: jan. 2022.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017**. IBGE: Rio Janeiro, Brasil. 2017.

IBGE. **Apresentação PNAD – 1 tri 18**. 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/13cb9deabd276b35d2894eed87bbec93.pdf. Acesso em: ago. 2019.

JÚNIOR, J. C. de A. **A refilantropização da solidariedade: um estudo sobre as novas formulas de implementação das políticas sociais no neoliberalismo**. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/1551/1/arquivo4824_1.pdf. Acesso em: nov. 2021.

- LEORATO, S. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro. **Maiêutica**, Indaial, v. 4, n. 1, 2017, p. 25-33. Disponível em: http://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/SES_EaD/article/view/1814/902. Acesso em: mar. 2022.
- LESSA, S. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **ABEPSS**. Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 2, CEAD-UNB, 2006, p. 1-16. Disponível em: <https://docplayer.com.br/403043-O-processo-de-producao-reproducao-social-trabalho-e-sociabilidade-1.html>. Acesso em: set. 2021.
- LOBO, E. S. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.
- LOPES, C. F. **Concursos públicos para assistentes sociais e as diretrizes curriculares**: tensionamento entre perfis de competências. 2018. 202 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2018. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?view=vtls000225238>. Acesso em: abr. 2022.
- LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Actuel Marx**, v. 18, 1995, p. 73-80. Disponível em: <https://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>. Acesso em: mai. 2022.
- LUKÁCS, G. V. A ontologia do Serviço Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo, **Livraria Editora Ciências Humanas**, 1979.
- MACHADO, L. Z. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) **Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo**, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/lia-patriarcado.pdf. Acesso em: fev. 2022.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. v. I.
- MENDES, R. S.; VAZ, B. J. O.; CARVALHO, A. F. O movimento feminista e a luta pelo empoderamento da mulher. **Gênero & Direito**, n. 3, 2015, p. 88-99. Disponível

em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/25106/14464>. Acesso em: jan. 2022.

MONTAÑO, C. **A Natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 17-93.

MORGANTE, M. M.; NADER, M. B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: **Anais XVI Encontro Regional de História Anpuh-Rio Saberes e Práticas Científicas**. Anpuh-Rio. 2014. Disponível em: http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf. Acesso em: fev. 2022.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**. Um estudo das tendências da previdência e da assistência social nos anos 80-90. São Paulo: Cortez, 1995. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/2020.1/estagio-supervisionado-ii/Bibliografia/complementar/docsity-mota-ana-elizabete-cultura-da-crise-e-seguridade-social-um-estudo-sobre-as-tendencias-da-previdencia-e-da-assistencia.pdf/view>. Acesso em: dez. 2021.

MOTA, A. E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, out./dez. 2014, p. 694-705. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/gkDFx8PW5zwSCRRbDrhWwcv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: abr. 2022.

NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método em Marx. **Expressão Popular**. 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 9.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. 1999. Disponível em: https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf. Acesso em: abr. 2022.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NIKITIN, P. Economía política. Moscou: **Lenguas Extranjeras**, s.d. Disponível em: <https://leonesrojos.files.wordpress.com/2010/07/economia-politica-p-nikitin.pdf>. Acesso em: nov. 2021.

NOGUEIRA, C. M. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Aurora**, v. 4, n. 6, 2010, p. 59-62. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1231#:~:text=AS%20RELA%C3%87%C3%95ES%20SOCIAIS%20DE%20G%C3%8ANERO%20NO%20TRABALHO%20E%20NA%20REPRODU%C3%87%C3%83O,-Autores&text=rela%C3%A7%C3%B5es%20sociais%20de%20g%C3%AAnero%2C%20entendidas,articula%C3%A7%C3%A3o%20fundamental%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20reprodu%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: ago. 2021.

OLIVEIRA, E. M. Transformações no mundo do trabalho, da revolução industrial até nossos dias. **Caminhos de geografia**. Uberlândia, v. 5, n.11, 2004, p. 84-96. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15327/8626>. Acesso em: nov. 2021.

OPPEN, F. **O feminismo radical e o surgimento das teorias do patriarcado** – um ponto de vista marxista. s. L., 2018, p. 175-198. Disponível em: <https://doceru.com/doc/n0e0s8>. Acesso em: jan. 2022.

PATEMAN, C. **O contrato sexual** (1988). Tradução de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PIANA, M. C. Serviço Social e educação: olhares que se entrecruzam. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, n. 2, 2009, p. 182-206. Disponível em: [file:///D:/Downloads/136-Texto%20do%20artigo-537-1-10-20100209%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/136-Texto%20do%20artigo-537-1-10-20100209%20(1).pdf). Acesso em: jun. 2022.

PIMENTEL, M. C. **Meios de comunicação de massa como veículo da alienação: caráter manipulatório e ideológico sob a perspectiva de György Lukács**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió: AL, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2182465#. Acesso em: mar. 2022.

PINTO, C. R. J. **O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces**. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p. (Coleção História do Povo Brasileiro). Disponível em: https://www.academia.edu/8856080/O_feminismo_no_Brasil_suas_m%C3%BAltiplas_faces. Acesso em: fev. 2022.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, 2010, p. 15-23. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: jan. 2022.

QUERINO, L. C. S.; DOMINGUES, M. D. S.; LUZ, R. C. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **E-FACEQ**: revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós, n. 2, 2013, p. 1-32. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170427174519.pdf. Acesso em: ago. 2021.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/xJZpht8LVT96vSvn7cPNQMR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: mar. 2022.

SAFFIOTI, H. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil**, 2009. Disponível em: http://flasco.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf. Acesso em: set. 2021.

SAFFIOTI, H. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 71-75. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie29Dossie%202.pdf. Acesso em: fev. 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. "Rearticulando gênero e classe social". In: COSTA, A. O; BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos tempos, 1992.

SANTOS, F. E. S.; SANTOS, J. M. D.; RESENDE, L. A.; BEZERRA, C. A. A. S. Os novos espaços sócio-ocupacionais do assistente social na realidade sergipana. **Cadernos de Graduação**. Ciências Humanas e Sociais, Aracaju, v.1, n.17, 2013, p. 157-174. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/657/518>. Acesso em: mar. 2022.

SANTOS, J. S. O enfrentamento conservador da “questão social” e desafios para o Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 136, set./dez. 2019, p. 484-496. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1043410>. Acesso em: mar. 2022.

SANTOS, E. B. **As transformações no mundo do trabalho e o (a) profissional do serviço social**: pesquisa sobre os editais de Concursos Públicos na região Sudeste brasileira de 2009 a 2019. 2021. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista – UNESP. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca: SP. 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/216099/Santos_EB_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: abr. 2022.

SEGATTO, J. A. Revolução e História. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v. 3, n. 5. 1998. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/847/706>. Acesso em: out. 2021.

SILVA, C.; CAMURÇA, S. Feminismo e movimento de mulheres. **SOS Corpo – Instituto Feminista para a democracia**, n.1., Recife, 2010. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/sos-corpo/20170920041351/pdf_950.pdf. Acesso em: fev. 2022.

SILVA, T. A. da. “O feminismo veio para ficar... Nós não vamos sair mais”. In: **Mulheres de Luta: Feminismo de esquerda no Brasil (1964 -1985)**. Org. WOLFF, C. S.; ZANDORÁ, J.; MELLO, S. C. de. – 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/201257/Cristina%20Wolff%20e%20Jair%20Zandon%C3%A1_com%20capa.pdf?sequence=6. Acesso em: ago. 2021.

SILVA, D. T.; LOPES, N. F. S.; VANNY, R. **Trabalho feminino?** A configuração de gênero do Serviço Social no Brasil. 5º Encontro Internacional de Política Social. 12º Encontro Nacional de Política Social. Tema: “Restauração conservadora e novas resistências”. Vitória (ES), 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/16460#:~:text=O%20servi%C3%A7o%20social%20brasileiro%20%C3%A9,e%20divis%C3%A3o%20sexual%20do%20trabalho>. Acesso em: set. 2021.

SILVA, L. M. A.; SANTOS, R. V. Serviço Social: uma breve reflexão, do surgimento à contemporaneidade. Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social” Brasília. In: **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 2019. p. 1-9. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1409/1379>. Acesso em: mar. 2022.

SILVA, T. J. de O. B.; LEAL, T. S. **A inserção da mulher no mercado de trabalho:** Um estudo de caso sobre igualdade de gênero em uma empresa do ramo siderúrgico. [s. l], s. d., p. 1-16. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/6942/THAISA%20JORD%C3%O%20DE%20OLIVEIRA%20BALBI%20SILVA%20-%20THAISA%20SANTOS%20LEAL.pdf?sequence=1>. Acesso em: nov. 2021.

SILVA, K. G. da. **As transformações no mercado de trabalho e a inserção feminina.** Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180948/Eixo_1_35.pdf?sequence=1. Acesso em: out. 2021.

SILVA, S. B. da. Mudanças no mundo do trabalho e a inserção do assistente social no mercado de trabalho em Manaus/AM. 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

(PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=17832@1>. Acesso em: jun. 2022.

SIMIONATTO, I. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009, p. 1-23. Disponível em: <https://www.poteresocial.com.br/wp-content/uploads/2017/08/1.4-Express%C3%B5es-ideoculturais-da-crise-capitalista-na-atualidade-e-sua-influ%C3%Aancia-te%C3%B3rica-pr%C3%A1tica-%E2%80%93Ivete-Simionatto.pdf>. Acesso em: out. 2021.

SIMÕES, P. *Assistentes sociais no Brasil: um estudo a partir das Pnads*. Rio de Janeiro: **E-papers Serviços Editoriais Ltda.**, 2012.

SIQUEIRA, A. A.; FERREIRA, I. T. D.; SILVA, J. R. Os reflexos das desigualdades de gênero nas políticas sociais: uma análise a partir da questão social. **Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, Edição Especial, p. 59-71. 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/1674/1855>. Acesso em: set. 2021.

VIANA, B. B.; CARNEIRO, K. K. C.; GONÇALVES, C. F. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade. In: **Seminário Nacional de Serviço Social**, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, n. p. Disponível em: https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_139.pdf. Acesso em: mar. 2022.

YACOUB, L. B. D.; RIBEIRO, L. C. Emprego, Desemprego e Precariedade do Trabalho do Assistente Social. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 20, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/165/191>. Acesso em: mar. 2022.

YAZBEK, M. C. O significado sócio histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009a, p. 1-21. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/3D6F81pn1Nsm7IhGdgh1.pdf>. Acesso em: mar. 2022.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009b, p. 1-27. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: mar. 2022.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Roteiro da coleta de dados

1. Municípios que lançaram editais para processos seletivos e concursos públicos. Quais os municípios com mais concursos?
2. Número de vagas ofertadas. Qual a prevalência do número de vagas?
3. Salário ofertado. Qual o salário médio?
4. Carga horária ofertada. Qual a carga horária média?
5. Relação entre a carga horária prevista nos editais com a lei da carga horária de trinta horas semanais. Os editais estão em acordo com a lei?
6. Áreas para oferta de vagas para profissionais com formação em Serviço Social. Qual a prevalência da área?
7. Nomenclatura presente nos editais. Qual a prevalência da nomenclatura?
8. Carga horária x salário. Qual a associação entre carga horaria e salário?
9. Área e salário. Qual a associação entre área e salário?
10. Área e carga horária. Qual a associação entre área e carga horária?

Apêndice 2 – Lista de editais

Local	Ano	Tipo de edital	Link de acesso
Amparo de São Francisco	2019	Processo Seletivo	https://amparodosaofrancisco.se.gov.br/portalthtransparencia/?servico=cidadao/diariooficial
Aquidabã	2018	Processo Seletivo	https://aquidaba.se.gov.br/sites/aquidaba.se.gov.br/files/EDITAL%20N%C2%BA%2001%20PROCESSO%20SELETIVO%20SIMPLIFICADO%20SECRETARIA%20MUNICIPAL%20DE%20SA%C3%9ADE.pdf
Araúá	2015	Concurso Público	https://arquivos.qconcursos.com/regulamento/arquivo/5984/prefeitura_de_araua_se_2015-edital.pdf
Areia Branca	2011	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-areia-branca-se-93-vagas
Areia Branca	2018	Concurso Público	https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-areia-branca-se-retifica-concurso-publico-com-64-vagas/1435183/da8d57ecd3/edital_de_abertura_retificado_n_01_2018.pdf
Barra dos Coqueiros	2020	Concurso Público	https://arquivo.pciconcursos.com.br/concurso-publico-com-mais-de-580-vagas-e-retificado-pela-prefeitura-de-barra-dos-coqueiros-se/1507807/1a86b0f0c4/edital_de_abertura_n_01_2020.pdf
Boquim	2012	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-boquim-se-137-vagas
Boquim	2019	Processo Seletivo	https://portal.sitesagapesistemas.com.br/agape2/upload/concursos/20/arq_3d1a5bfa0d6cb443b9bf060d77159098-24-03-2019.pdf
Campo do Brito	2012	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-campo-do-brito-se-73-vagas
Canhoba	2011	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-canhoba-se-24-vagas
Canhoba	2013	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-canhoba-se-23-vagas
Capela	2017	Processo Seletivo	https://capela.se.gov.br/pub/prefeituras/se/capela/importacao/diario/diarioOficial/download/858/8/0.pdf
Carmópolis	2019	Processo Seletivo	https://municipioonline.com.br/se/prefeitura/carmopolis/cidadao/diariooficial
Cedro de São João	2012	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-cedro-de-sao-joao-se-27-vagas
Cedro de São João	2016	Processo Seletivo	https://portal.sitesagapesistemas.com.br/agape2/upload/arquivos/45/arq_ae6ebc52ec7ccc283e599b12831f6da3-28-12-2017.pdf
Cedro de São João	2017	Processo Seletivo	https://portal.sitesagapesistemas.com.br/agape2/upload/arquivos/45/arq_c882fe9de6562fca1c5e62f187fd8790-26-12-2017.pdf
Cedro de São João	2019	Concurso Público	https://arquivo.pciconcursos.com.br/concurso-publico-tem-inscricoes-prorrogadas-pela-prefeitura-de-cedro-de-sao-joao

			se/1479150/84589fad71/edital_de_abertura_retificado_n_01_2019.pdf
Cristinápolis	2016	Processo Seletivo	http://seprod.com.br/concursos/0113/9541.8411.4328.5873.2724.pdf
Cristinápolis	2019	Processo Seletivo	https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-cristinapolis-se-anuncia-dois-processos-seletivos/1501691/d4ecd78397/edital_de_abertura_retificado_n_02_2019.pdf
Cumbe	2011	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-cumbe-se-9-vagas
Cumbe	2019	Concurso Público	https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-cumbe-se-prorroga-inscricoes-e-retifica-processo-seletivo/1471477/0f1cbc4847/edital_retificado_n_01_2019.pdf
Divina Pastora	2011	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-divina-pastora-se-110-vagas
Estancia	2012	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-estancia-se-242-vagas
Gracho Cardoso	2018	Concurso Público	https://arquivo.pciconcursos.com.br/concurso-publico-e-divulgado-pela-prefeitura-de-gracho-cardoso-se/1446536/b506683df0/edital_de_abertura_n_01_2018.pdf
Itabaiana	2015	Concurso Público	https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-itabaiana-se-retifica-edital-do-concurso-publico-com-mais-de-170-vagas/1335568/3f67470620/edital_de_abertura_retificado_n_01_2015.pdf
Itabaiana	2020	Concurso Público	https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-itabaiana-se-anuncia-nova-retificacao-de-concurso-publico/1509643/8883edb31b/edital_de_abertura_n_01_2020.pdf
Itabaianinha	2012	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-itabaianinha-se-117-vagas
Japaratuba	2014	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-japaratuba-se-159-vagas
Japoatã	2012	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-japoata-se-89-vagas
Japoatã	2018	Processo Seletivo	https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-japoata-se-retifica-o-edital-do-processo-seletivo/1422371/b2469a10f6/edital_de_abertura_n_01_2018.pdf
Japoatã	2019	Processo Seletivo	https://portal.sitesagapesistemas.com.br/agape2/upload/arquivos/17/arq_b46d98806ec81e898e4d47093253c8a9-28-02-2019.pdf
Lagarto	2011	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-lagarto-se-693-vagas
Laranjeiras	2013	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-laranjeiras-se-9-vagas
Laranjeiras	2018	Processo Seletivo	https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-laranjeiras-se-abre-inscricoes-de-processo-seletivo-com-mais-de-150-vagas/1425444/5f57f1b3d1/edital_de_abertura_n_01_2018.pdf
Maruim	2019	Processo Seletivo	https://www.pciconcursos.com.br/noticias/prefeitura-municipal-de-maruim-anunciou-abertura-de-mais-um-processo-seletivo-no-estado-de-sergipe

Moita Bonita	2015	Processo Seletivo	https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-moita-bonita-se-retifica-processo-seletivo/1326488/b70866144c/edital_de_abertura_retificado_n_002_2015.pdf
Moita Bonita	2016	Concurso Público	https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-moita-bonita-se-retoma-concurso-de-2015/1366432/da263cdcdbc/edital_de_abertura_republicado_n_01_2015_01_2016.pdf
Neópolis	2012	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-neopolis-se-35-vagas
Nossa Senhora Aparecida	2012	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-nossa-senhora-aparecida-se-28-vagas
Nossa Senhora da Glória	2018	Concurso Público	https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-nossa-senhora-da-gloria-se-retifica-novo-concurso-publico/1437596/9fd035ddd4/edital_de_abertura_n_001_2018.pdf
Nossa Senhora das Dores	2013	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-nossa-senhora-das-dores-se-74-vagas
Nossa Senhora de Lourdes	2011	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-nossa-senhora-de-lourdes-se-50-vagas
Nossa Senhora de Lourdes	2019	Concurso Público	https://arquivo.pciconcursos.com.br/concurso-publico-e-retificado-novamente-em-nossa-senhora-de-lourdes-se/1479465/c3fc52416d/edital_de_abertura_n_01_2019.pdf
Nossa Senhora do Socorro	2011	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-nossa-senhora-do-socorro-smtt-se-346-vagas
Nossa Senhora do Socorro	2019	Processo Seletivo	https://editalconcursosbrasil.com.br/wp-content/uploads/2019/12/edital-processo-seletivo-Instituto-de-pesquisas-humaniza-se-2019.pdf
Pacatuba	2012	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-pacatuba-se-91-vagas
Pedra Mole	2020	Processo Seletivo	https://arquivo.pciconcursos.com.br/municipio-de-pedra-mole-se-anuncia-suspensao-de-processo-seletivo-com-mais-de-50-vagas/1519510/687e824ece/edital_de_abertura_n_001_2020.pdf
Pinhão	2014	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-pinhao-se-136-vagas
Pinhão	2019	Concurso Público	https://editalconcursosbrasil.com.br/wp-content/uploads/2019/01/edital-001-2019-pinhao-se.pdf
Ribeirópolis	2018	Concurso Público	https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-ribeiropolis-se-prorroga-concurso-publico-com-36-oportunidades/1436533/a4a2924375/edital_de_abertura_n_01_2018.pdf
Rosário do Catete	2011	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-rosario-do-catete-se-208-vagas
Rosário do Catete	2014	Concurso Público	https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-rosario-do-catete-se-17-vagas

Salgado	2019	Processo Seletivo	https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-municipal-de-salgado-se-anuncia-processo-seletivo/1461574/c6fc2ee408/edital_de_abertura_n_001_2019.pdf
Santo Amaro das Brotas	2020	Processo Seletivo	file:///D:/Downloads/diariopersonalizado%20(6).pdf
São Miguel do Aleixo	2018	Processo Seletivo	https://portal.sitesagapesistemas.com.br/agape2/upload/arquivos/11/arq_ea037ef6911f3d93e6a05dfd961ea443-11-12-2018.pdf
Tobias Barreto	2019	Concurso Público	https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-tobias-barreto-se-retifica-o-concurso-publico/1459901/a5deca7c60/edital_de_abertura_retificado_n_01_2019.pdf
Sergipe	2020	Concurso Público	http://www.quadrix.org.br/web/visualizar.html?file=http://www.quadrix.org.br/Archives/General/22458/23892/23893/D541A8B0B772/1_CRESS-SE_concurso_publico_2020_edital_1.pdf
Sergipe	2014	Concurso Público	https://fs.ibfc.org.br/arquivos/2981-D40r.pdf
Sergipe	2013	Concurso Público	https://www.gov.br/ebserh/pt-br/aceso-a-informacao/agentes-publicos/concursos-e-selecoes/concursos/2013/concurso-no-09-2013-hu-ufs/edital-normativo/edital-no-03-anexo-i-quadro-de-vagas-salario-e-carga-horaria-semanal-area-assistencial.pdf/view
Sergipe	2016	Concurso Público	file:///D:/Downloads/Edital%20n%C2%BA%2003%20-%20Anexo%20I%20-%20Quadro%20de%20vagas,%20sal%C3%A1rio%20e%20carga%20hor%C3%A1ria%20semanal%20-%20C3%81rea%20Assistencial%20(6).pdf
Sergipe	2020	Processo Seletivo	https://www.sead.se.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/Edital-Abertura-PSS-revisado-FINAL-2-1.pdf
Sergipe	2015	Concurso Público	https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/INSS_2015/arquivos/INSS_ED_1_AB.T.PDF
Sergipe	2018	Concurso Público	https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/EBSERH_18_ASSISTENCIAL/arquivos/ED_3_EBSEHR_ASSISTENCIAL__ABERTURA.PDF
Sergipe	2015	Concurso Público	https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/DPU_15_ADMINISTRATIVO/arquivos/ED_1_2015_DPU_ADM__EDITAL_DE_ABERTURA.PDF
Sergipe	2015	Concurso Público	https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/DEPEN_15/arquivos/ED_1_2015_DEPEN_15_AB.T.PDF
Sergipe	2020	Concurso Público	https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/DPDF_20_ANALISTA/arquivos/ED_1_2020_DPDF_ANALISTA_ABERTURA.PDF
Sergipe	2021	Concurso Público	file:///D:/Downloads/8744bf01f378c7aa24651defb5df16bd.pdf
Sergipe	2020	Concurso Público	https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/DEPEN_20/arquivos/ED_1_DEPEN_2020_AB.T.PDF
Siriri	2015	Processo Seletivo	https://siriri.se.gov.br/sites/siriri.se.gov.br/files/anexos_concurso/diarioOficial.pdf